



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

**RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES
DESENVOLVIDAS EM 2009
E PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2010**



Fevereiro/2010

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA	10
2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA	10
2.1.1. <i>Receita Global.....</i>	10
2.1.2. <i>Receitas Fiscais.....</i>	11
2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS	12
2.2.1. <i>Impostos Sobre o Rendimento</i>	12
2.2.2. <i>Impostos Sobre Bens e Serviços</i>	14
2.2.3. <i>Outros Impostos</i>	17
2.2.4. <i>Receitas Não Fiscais</i>	20
2.2.5. <i>Receitas Consignadas</i>	21
2.2.6. <i>Receitas de Capital</i>	23
2.2.7. <i>Contribuição Fiscal dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras</i>	24
2.3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA	27
2.3.1. <i>Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária.....</i>	27
2.3.2. <i>Análise de Processos de Contas.....</i>	30
2.3.3. <i>Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira</i>	31
2.3.4. <i>Resultados de Outras Actividades Realizadas</i>	33
2.4. CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS	33
2.4.1. <i>Contencioso Tributário</i>	33
2.4.2. <i>Contencioso Aduaneiro.....</i>	35
2.4.3. <i>Execuções Fiscais</i>	36
2.5. REEMBOLSOS.....	38
2.5.1. <i>SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</i>	39
2.5.2. <i>SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DO IVA</i>	41
2.6. BENEFÍCIOS FISCAIS – ISENÇÕES ADUANEIRAS	43
3. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA.....	45
3.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA.....	45
3.2. REGISTO DE CONTRIBUENTES.....	46
4. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	47
4.1. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	47
4.1.1. <i>Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)</i>	47
4.1.2. <i>Distribuição de funcionários por Regiões.....</i>	48
4.1.3. <i>Situação de funcionários por níveis académicos</i>	49
4.1.4. <i>Óbitos de funcionários em 2008.....</i>	51
4.1.5. <i>Enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias.....</i>	51
4.1.6. <i>Assistência Social aos funcionários</i>	51
4.1.7. <i>Aposentação de funcionários</i>	52
4.1.8. <i>Formação.....</i>	52
5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI.....	53
5.1. FUNCIONAMENTO E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS	53
5.1.1. <i>Sistemas de Comunicações.....</i>	53

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

5.1.2. Gestão do Equipamento	54
5.1.3. Sistema TIMS	55
5.1.4. Sistema SICR.....	55
5.1.5. Sistema NUIT.....	55
5.1.6. Sistema PHC	56
5.1.7. Outros Sistemas.....	56
5.1.8. Melhoria do uso dos Sistemas	56
5.2. DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS NO ÂMBITO DO PDTI.....	57
5.2.1. E-Tributação	57
5.2.2. Janela Única Electrónica.....	57
5.2.3. Página WEB.....	57
6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	57
6.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.....	58
6.1.1. Salários e Remunerações	59
6.1.2. Bens e Serviços.....	60
6.1.3. Outras Despesas Correntes.....	60
6.1.4. Despesas de Investimento.....	60
6.1.5. Execução do Orçamento da Fronteira de paragem única	60
6.1.6. Impacto da utilização dos recursos do Fundo Comum no incremento das reformas	60
7. PLANEAMENTO E ESTUDOS	61
7.1. PLANEAMENTO	61
7.2. ESTUDOS FISCAIS E ADUANEIROS	62
8. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	62
9. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL	65
9.1. INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	65
9.2. COOPERAÇÃO BILATERAL	67
9.3. COOPERAÇÃO MULTILATERAL.....	68
9.4. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	68
10. ACÇÕES NO ÂMBITO DO CONTROLO INTERNO	69
10.1. INSPECÇÕES E AUDITORIAS INTERNAS	69
10.2. APOIO PARA A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE COBRANÇA DE RECEITAS	70
10.3. INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	71
11. PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO	72
11.1. IRREGULARIDADES DO PESSOAL E ANTI-CORRUPÇÃO	72
12. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS DA AT	73
12.1. CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO.....	73
12.2. CONSELHO DIRECTIVO	74
12.3. CONSELHO DE FISCALIDADE	74
12.4. SEMINÁRIO NACIONAL	75
12.5. OUTROS EVENTOS.....	75
13. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2010.....	76
13.1. NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS	76
13.2. NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	76
13.3. NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	77

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Programa da Receita do Estado - 2009	10
Tabela 2 – Balanço Global da Receita do Estado – 2009	10
Tabela 3 – Receitas Fiscais – 2009	12
Tabela 4 – Impostos sobre o Rendimento	12
Tabela 5 – Impostos sobre Bens e Serviços	15
Tabela 6 – Uso da Preferência no âmbito Protocolo Comercial da SADC - 2009	17
Tabela 7 – Outros Impostos	18
Tabela 8 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis	19
Tabela 9 – Receitas não Fiscais	20
Tabela 10 – Receitas Consignadas	22
Tabela 11 – Receitas de Capital	23
Tabela 12 – Contribuição dos Megaprojectos	25
Tabela 13 – Contribuição das Intuições Financeiras	26
Tabela 14 – Resultados globais (Matéria colectável e Imposto Apurado)	28
Tabela 15 - Auditorias e Fiscalizações – Impostos cobrados	29
Tabela 16 – Análise de Processos de Contas das Empresas	30
Tabela 17 – Auditorias Pós-Desembarço	31
Tabela 18 – Resultados das Inspeções e Fiscalizações – DAI	33
Tabela 19 - Processos do Contencioso Tributário	34
Tabela 20 - Processos do Contencioso Fiscal Recorridos ao TA	35
Tabela 21 - Processos do Contencioso Aduaneiro	36
Tabela 22 – Processos de Execuções Fiscais	37
Tabela 23 – Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade	38
Tabela 24 – Pedidos de Reembolso de IR - global	39
Tabela 25 - Resumo dos pedidos de Reembolso de IVA	41
Tabela 26 – Reembolsos do IVA – por Regime (Normal/Diplomatas)	42
Tabela 27 – Evolução do volume de isenções – 2008/2009	43
Tabela 28 – Isenções concedidas – 2009	44
Tabela 29 – Registo Fiscal	46
Tabela 30 – Distribuição de funcionários por carreira e por género	48
Tabela 31 – Distribuição de funcionários por região e por género	49
Tabela 32 – Distribuição de funcionários por nível académico e por género	50
Tabela 33 - Balancete de execução do orçamento da despesa – 2009	58
Tabela 34 – Certificados de Origem – Quantidades e Valores	65
Tabela 35 – Impacto/Despesa Fiscal	66
Tabela 36 – Impacto/Despesa Fiscal – pesos nas receitas e no PIB	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Receitas Totais cobradas – (2008/2009).....	11
Gráfico 2 – Estrutura das Receitas Totais cobradas – 2009.....	11
Gráfico 3 – Peso das Receitas Fiscais – comparação com período homólogo	12
Gráfico 4 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre o Rendimento- 2008/2009.....	13
Gráfico 5 – Estrutura dos Impostos sobre o Rendimento	14
Gráfico 6 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviço – 2008/2009	16
Gráfico 7 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços	16
Gráfico 8 – Outros Impostos.....	18
Gráfico 9 – Estrutura dos Outros Impostos.....	19
Gráfico 10 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis	19
Gráfico 11 – Estrutura da Taxa sobre os Combustíveis.....	20
Gráfico 12 – Receitas Não Fiscais	21
Gráfico 13 – Estrutura das Receitas Não Fiscais	21
Gráfico 14 – Receitas Consignadas	22
Gráfico 15 – Estrutura das Receitas Consignadas.....	23
Gráfico 16 – Receitas de Capital.....	24
Gráfico 17 – Estrutura das Receitas de Capital.....	24
Gráfico 18 – Evolução da contribuição dos Mega projectos – por imposto	26
Gráfico 19 – Contribuição das Instituições Financeiras – por imposto e por sector.....	27
Gráfico 20 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações	28
Gráfico 20 A – Resultados das Auditorias/Fiscalizações – Imposto Apurado	29
Gráfico 21 – Estrutura dos impostos cobrados resultantes de auditorias.....	30
Gráfico 22 – Análise de processos de contas das empresas.....	31
Gráfico 23 – Auditorias Pós-Desembaraço – valores e quantidades	32
Gráfico 24 – Processos do Contencioso Tributário – quantidades.....	34
Gráfico 25 – Processos do Contencioso Tributário - Valores.....	35
Gráfico 26 – Processos do Contencioso Aduaneiro - Valores	36
Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades	37
Gráfico 28 - Processos de Execuções Fiscais – Valores	37
Gráfico 29 - Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade (qtde e valor)	38
Gráfico 30 – Reembolsos dos Impostos sobre os Rendimentos (% - qtde e valores)	39
Gráfico 31 – Reembolsos do IRPS (% - qtde e valores)	40
Gráfico 32 – Reembolsos do IRPC (% - qtde e valores).....	40
Gráfico 33 - Resumo dos Reembolsos de IVA – quantidades/regime.....	42
Gráfico 34 - Resumo dos Reembolsos de IVA - valores	42
Gráfico 35 – Evolução das Isenções – 2008/2009	43
Gráfico 36 – Isenções por Base Legal	44
Gráfico 37 – estrutura das Isenções por Imposto	45
Gráfico 38 – Registo de Contribuintes.....	46
Gráfico 39 – Registo de Contribuintes – Grau de realização em percentagem.....	47
Gráfico 40: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero	48
Gráfico 41: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero	49
Gráfico 42: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero	49
Gráfico 43: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero	50
Gráfico 44: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero	50
Gráfico 45 – Execução Orçamental Total.....	59
Gráfico 46 – Execução do Orçamento: recursos internos e externos.....	59
Gráfico 47 – Pesos, uso das preferências nas receitas	67

ABREVIATURAS

AR – Assembleia da República
AT – Autoridade Tributária de Moçambique
CD – Conselho Directivo
CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique
CIF – Cost Insurance & Freight
CM – Conselho de Ministros
CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DAF – Direcção da Área Fiscal
DAFI – Direcção de Serviços de Auditoria, Fiscalização e Investigação
DAPCR – Divisão de Análise, Previsão e Controlo da Receita
DCCRBF – Direcção de Controlo de Cobrança, Reembolsos e Benefícios Fiscais
DCT – Direcção de Serviços de Contencioso Tributário
DFID – Department For International Development
DGA – Direcção Geral das Alfândegas
DGI – Direcção Geral de Impostos
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns
DRIR – Divisão de Reembolsos de Impostos sobre o Rendimento
DRIVA – Divisão de Reembolsos do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DTIC – Direcção de Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação
DU – Documento Único
E-CAF – Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (Aplicativo Informático)
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
IFRS – International Financial Reporting Standard
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado
JPEF – Juízo Privativo das Execuções Fiscais
JUE – Janela Única
MEO – Módulo de Execução Orçamental
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
OMA – Organização Mundial das Alfândegas
PDTI – Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda. (Produtora de software)
PIB – Produto Interno Bruto
PRM – Polícia da República de Moçambique
RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária
SADC - Southern Africa Development Community
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas
SPA – Serviços Provinciais das Alfândegas
TIMS – Trading Information Management System
TIRO – Terminal Internacional Rodoviário
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes
USD – Dólar norte-americano

SUMÁRIO EXECUTIVO

Pela Lei n.º 1/2009, de 8 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para 2009, as receitas do Estado foram fixadas em 46.216,34 milhões de MT, tendo a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), com base nessa meta, obtido um desempenho, em termos de colecta, na ordem de 102,6%, correspondente a uma arrecadação de 47.401,46 milhões de MT, equivalentes a 17,8% do PIB. Este resultado permitiu alcançar um crescimento nominal de 21,0%, comparativamente ao período homólogo de 2008.

Da totalidade das receitas cobradas neste período, 45.874,33 milhões de MT são receitas correntes e 1.527,13 milhões de MT receitas de capital, numa contribuição respectivamente repartida em 96,8% e 3,2% das Receitas Totais do Estado. Do total das receitas arrecadadas, 29.871,11 milhões de MT foram cobrados pela área operativa dos impostos internos e 17.530,35 milhões de MT pela área operativa das Alfândegas, representando 63,1% e 36,9%, respectivamente.

Nos esforços tendentes ao alargamento da base tributária, neste período foram atribuídos 188.215 NUIs, correspondentes a 86,1% do programa anual fixado em 218.475, sendo 183.235 a pessoas singulares e 4.980 a pessoas colectivas, correspondente a uma realização de 85,6% e 111,3%, respectivamente. Em termos acumulados, até 31 de Dezembro de 2009, foram inscritos 960.281 NUIs.

No que respeita à reforma tributária e com vista à criação de condições para a introdução do Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o respectivo Regulamento. Foi feito o lançamento deste imposto a nível nacional e criada a Divisão do ISPC, de nível central e as respectivas repartições regionais. Até 31 de Dezembro, existiam 9.040 contribuintes do ISPC, número que constitui cerca de 1% do universo dos contribuintes. Daquele número, 95% são novos contribuintes e os restantes emigraram do regime simplificado do IVA.

Ainda no âmbito da reforma, foram regulamentadas e implementadas as leis aprovadas no ano anterior, com destaque para (i) o Código do Benefícios Fiscais; e (ii) as Regras Gerais do Desembaraço Aduaneiro de Mercadorias. Foram igualmente aprovadas: a Lei que aprova o Código do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e o respectivo regulamento; a Lei que altera o Código Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, para implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs); o Decreto que cria a Taxa de Segurança Aeroportuária e aprova o respectivo Regulamento de Cobrança e o Decreto que autoriza o Ministro que superintende a área das Finanças a aprovar os Termos de Referência e a celebrar um contrato de concessão para o desenho, implementação e exploração de um sistema de Janela Única Electrónica para o desembaraço aduaneiro de mercadorias.

A implementação do Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação (PDTI) incidiu sobre a concepção e desenvolvimento do Modelo Conceptual do e-tributação, a formação de técnicos para a configuração e parametrização do respectivo aplicativo, o início da elaboração do modelo de

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

negócio e a realização de acções tendentes à implementação da Janela Única Electrónica, que culminaram com a assinatura e homologação do respectivo contrato de concessão.

Foi criada e operacionalizada ao nível do Conselho Superior Tributário a Equipa Executiva para a Gestão de Mudanças, cujo propósito é incrementar o envolvimento dos gestores seniores na planificação e realização efectiva das numerosas actividades no âmbito da realização dos objectivos estratégicos da AT. Esta equipa se circunscreve na consolidação das reformas de modo a tornar a AT numa instituição forte, eficiente e eficaz, fortalecendo os processos de planificação e gestão.

Para o financiamento das actividades da AT no ano de 2009, o Governo fixou o montante de 1.971,84 milhões de MT como orçamento de despesa. Deste montante, 1.830,55 milhões de MT são provenientes dos recursos internos e os restantes 141,29 milhões de MT foram disponibilizados pelos parceiros de cooperação. A execução do Orçamento da despesa correspondeu a 99,0% da dotação disponível.

No desenvolvimento de acções tendentes à melhoria da vida e estabilidade social dos funcionários e no âmbito das 2^{as} jornadas de testes voluntários do HIV/SIDA, foram submetidos a testes 252 funcionários, dos quais 146 são do sexo masculino e 106 do sexo feminino, tendo os resultados indicado que o índice de seroprevalência se situa em cerca 5%.

Prosseguiram as acções de promoção de integridade e combate à corrupção, com destaque para a divulgação do Código de Conduta pelos funcionários. Foram efectuados balanços de transição e visitas a algumas Estâncias Aduaneiras e nas Direcções das Áreas Fiscais e a continuação dos trabalhos de apoio aos esforços das Auditorias da DGA e DGI. Foram ainda detectadas irregularidades que conduziram à abertura de 61 processos disciplinares e 57 processos de inquérito, tendo sido concluídos 41 processos disciplinares, dos quais 5 com propostas de expulsão, 2 demissões, 7 despromoções, 6 multas e 11 repreensões públicas.

Em termos de infra-estruturas, foram feitas intervenções de natureza diversa, a título de exemplo, a conclusão do complexo residencial de Nacala, a construção de escritórios dos Postos Fiscais de Nicoadala e Chimura na Zambézia, Machaze e Macossa em Manica, Páfuri em Gaza e Ponta D'Ouro em Maputo. Neste período, foram ainda abertas 26 unidades de cobrança, para aproximar a Autoridade Tributária aos contribuintes, para maior comodidade no cumprimento das suas obrigações, sendo 3 na Região Sul, 17 na Região Centro e 6 na Região Norte.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório retrata as principais actividades realizadas pela Autoridade Tributária de Moçambique no período de Janeiro a Dezembro de 2009, destacando a cobrança das receitas do Estado no valor de 47.401,46 milhões de MT, equivalentes a 17,8% do PIB a preços correntes, 0,9% acima do crescimento indicativo anual de 0,5% do PIB, e um crescimento nominal de cerca de 21%. Destaca-se também, a realização do III Seminário Nacional de Execução da Política Fiscal e Aduaneira, sob o lema “Por um maior protagonismo de cada um e de todos no alargamento da base tributária e na popularização do imposto”, onde se fez o balanço das actividades realizadas em 2008 e foram perspectivadas as acções para o ano de 2009.

Destas acções e no âmbito da reforma, destaca-se a revisão e actualização da legislação com especial enfoque para (i) a regulamentação do Código do Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes, (ii) a regulamentação do Código dos Benefícios Fiscais, (iii) a aprovação das Regras Gerais do Desembarço Aduaneiro, e (iv) o tratamento fiscal dos Mega Projectos, que ganham particular importância, no âmbito da simplificação do sistema tributário e do alargamento da base tributária, incentivando o investimento, contribuindo desta forma para o desenvolvimento económico do País.

Ainda no âmbito da reforma, foram programadas e realizadas acções de educação fiscal e aduaneira, o que contribuiu para o alargamento da base tributária; na implementação do PDTI, o desenho do modelo conceptual para o e-tributação e a selecção por via de concurso do parceiro do Estado e CTA, para a implementação do Projecto da Janela Única Electrónica, para o desembarço aduaneiro de mercadorias, cujo contrato foi assinado.

Em termos de infra-estruturas, foram feitas 23 intervenções de vulto, sendo 13 construções de raiz e 10 reabilitações e/ou remodelações e ampliações. Foram ainda abertas 26 unidades de cobrança, para aproximar a Autoridade Tributária aos contribuintes, para maior comodidade no cumprimento das suas obrigações, sendo 3 na Região Sul, 17 na Região Centro e 6 na Região Norte.

O presente relatório contém treze partes, que incluem a abordagem analítica das actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita pelas áreas operacionais dos impostos internos e das Alfândegas; as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária, as actividades desenvolvidas no âmbito de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, as actividades realizadas na gestão e desenvolvimento das tecnologias de informação, a execução do orçamento da despesa, e a concernente a reforma da legislação fiscal e aduaneira.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

2.1.1. Receita Global

Pela Lei n.º 1/2009, de 8 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para 2009, foi fixado o Orçamento de Receitas do Estado em 46.216,34 milhões de MT, sendo 43.989,18 milhões de MT de Receitas Correntes e 2.227,16 milhões de MT de Receitas de Capital, representando uma expectativa de crescimento nominal de 17,9% até ao final do ano, relativamente a cobrança de 2008 e 17,3% do PIB previsto para 2009, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Programa da Receita do Estado - 2009

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobr. 2008	Prog. 2009	Expectativa Cresc.	% PIB	Cobr. 2009	% real	Cresc. Nominal
Receita Total	39.190,07	46.216,34	17,9%	17,3%	47.401,46	102,6%	21,0%
Receitas Correntes	37.449,82	43.989,18	17,5%	16,5%	45.874,33	104,3%	22,5%
Receitas de Capital	1.740,26	2.227,16	28,0%	0,8%	1.527,13	68,6%	-12,2%

Fonte: BR N° 1 – I SÉRIE

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Durante o ano de 2009, foram cobrados 47.401,46 milhões MT, correspondentes a um grau de realização de 102,6% em relação ao programa fixado para o período em 46.216,34 milhões de MT, e cerca de 17,8% do PIB a preços correntes previsto para 2009. Comparativamente a 2008, as receitas cobradas cresceram em 21,0% em termos nominais, como se mostra na tabela 2.

Tabela 2 – Balanço Global da Receita do Estado – 2009

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Receita Total	39.190,07	46.216,34	47.401,46	102,6%	21,0%	17,8%
Receita Corrente	37.449,82	43.989,18	45.874,33	104,3%	22,5%	17,2%
Receitas Fiscais	32.415,43	37.197,86	39.198,95	105,4%	20,9%	14,7%
Receitas Não Fiscais	2.401,05	2.613,79	3.030,77	116,0%	26,2%	1,1%
Receitas Consignadas	2.633,34	4.177,54	3.644,61	87,2%	38,4%	1,4%
Receitas de Capital	1.740,26	2.227,16	1.527,13	68,6%	-12,2%	0,6%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

O gráfico 1, que reporta a receita total cobrada no ano de 2009, comparativamente à receita cobrada no período homólogo, bem como a previsão estabelecida para o período, ilustra claramente o crescimento da cobrança de um período para o outro em 21%, não obstante o fraco desempenho verificado na cobrança das receitas de capital, que se situou em cerca de 68,6% e da cobrança das Receitas Consignadas, situada em cerca de 87,2%.

Gráfico 1 – Receitas Totais cobradas – (2008/2009)

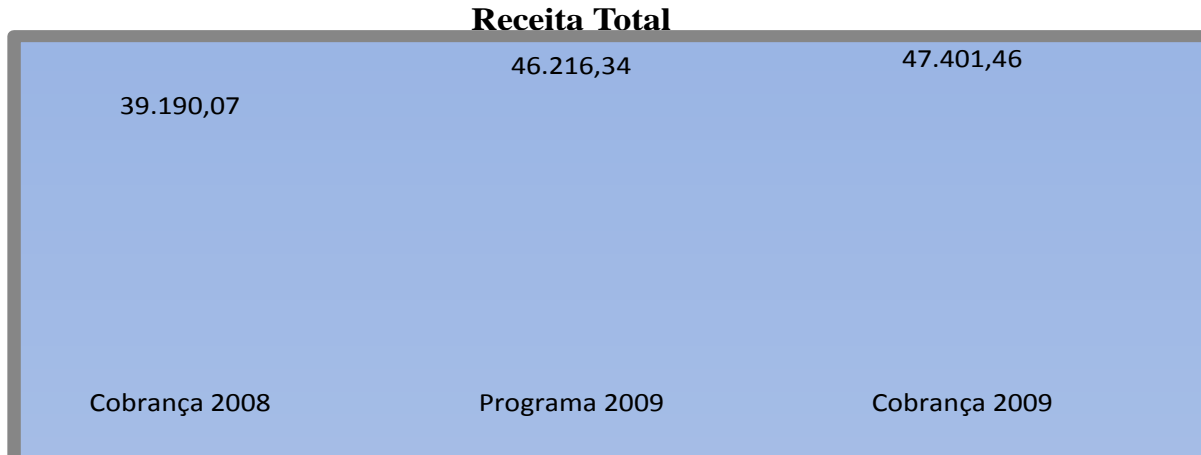
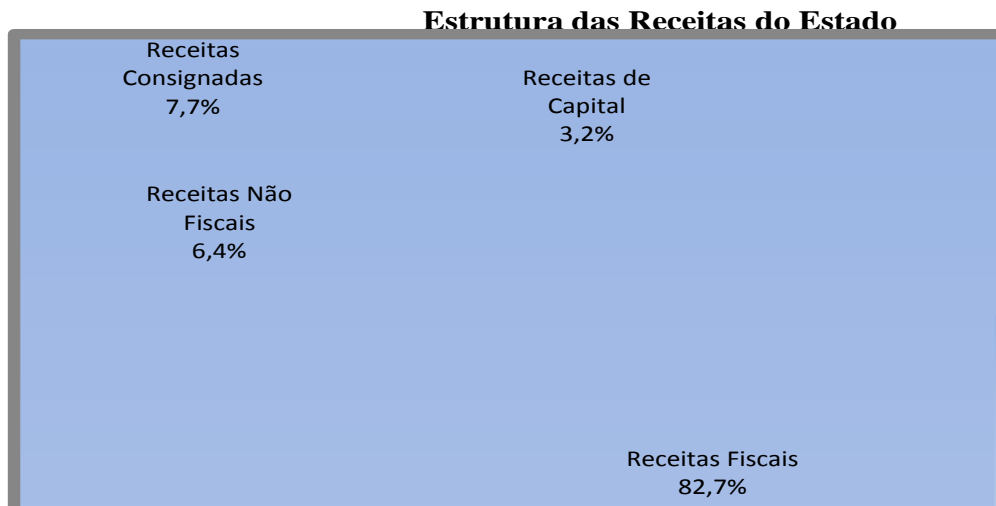


Gráfico 2 – Estrutura das Receitas Totais cobradas – 2009



2.1.2. Receitas Fiscais

Em termos das receitas fiscais comparativamente ao ano de 2008, verificou-se um decréscimo de variação em 1,15%, do peso dos Impostos sobre o Rendimento, elevando-se o peso dos Impostos sobre Bens e Serviços em 1,11% e em 0,05% nos Outros Impostos, respectivamente, sendo que a cobrança destes impostos cresceu em termos nominais em 2.000,87 milhões de MT, 4.458,15 milhões de MT e 324,50 milhões de MT. Entretanto, importa frisar que o nível alcançado no período em análise resulta, principalmente, do desempenho na cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços, que arrecadou 4.458,15 milhões de meticais a mais, quando comparado com a cobrança de 2008, como ilustra a tabela 3.

Tabela 3 – Receitas Fiscais – 2009

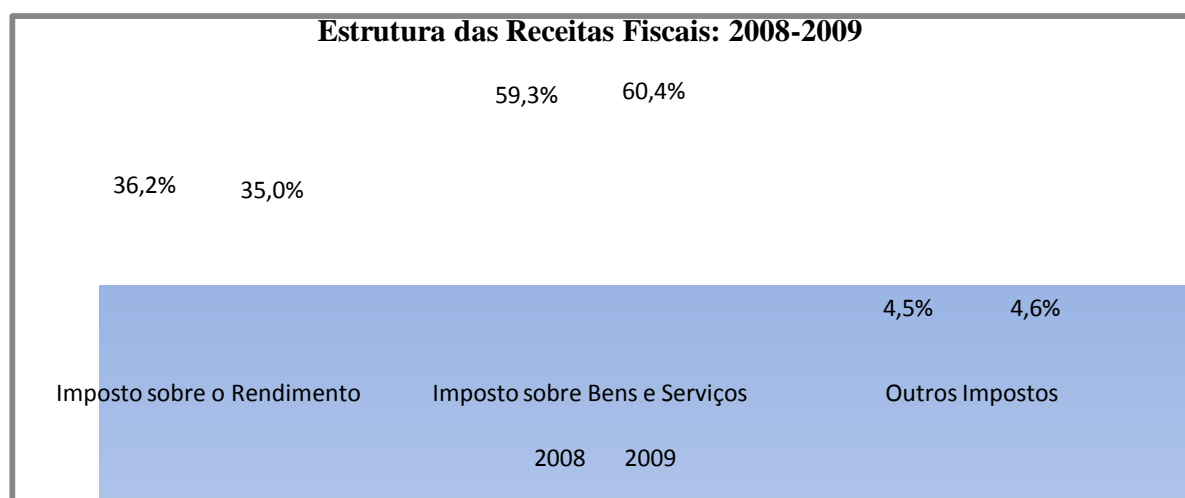
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2008		2009		Variação cobrança	Variação peso
	Cobrança	Peso %	Cobrança	Peso %		
Receitas Fiscais	32.415,43	100,0%	39.198,95	100,0%	6.783,52	0,00%
Imposto sobre o Rendimento	11.722,75	36,2%	13.723,62	35,0%	2.000,87	-1,15%
Imposto sobre Bens e Serviços	19.231,84	59,3%	23.689,99	60,4%	4.458,15	1,11%
Outros Impostos	1.460,84	4,5%	1.785,34	4,6%	324,50	0,05%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Gráfico 3 – Peso das Receitas Fiscais – comparação com período homólogo



2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS

2.2.1. Impostos Sobre o Rendimento

Durante o período em análise a cobrança dos Impostos sobre o Rendimento ascendeu aos 13.723,62 milhões de MT contra um programa de 12.385,13 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 110,8%, um crescimento nominal de 17,1% e 5,1% do PIB, conforme ilustram a tabela 4 e o gráfico 4.

Tabela 4 – Impostos sobre o Rendimento

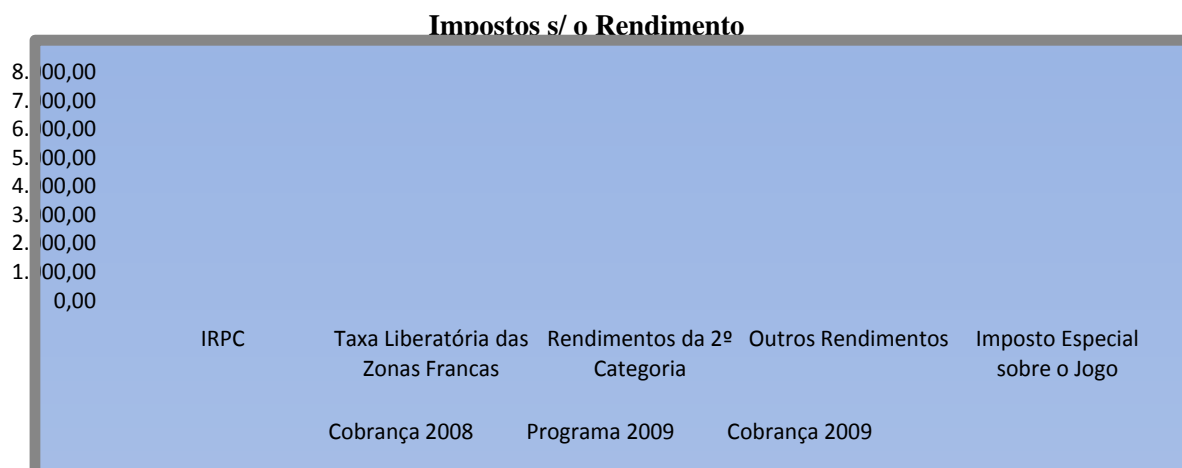
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Impostos sobre o Rendimento	11.722,75	12.385,13	13.723,62	110,8%	17,1%	5,1%
Imposto s/Rend.Pessoas Colectivas+Taxa Liber.	5.721,52	6.153,89	7.335,73	119,2%	28,2%	2,8%
IRPC	5.425,92	5.875,83	7.051,45	120,0%	30,0%	2,6%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	295,59	278,06	284,28	102,2%	-3,8%	0,1%
Imposto s/Rend.Pessoas Singulares	5.957,21	6.181,22	6.340,51	102,6%	6,4%	2,4%
Rendimentos da 2ª Categoria	511,50	463,67	617,32	133,1%	20,7%	0,2%
Outros Rendimentos	5.445,71	5.717,55	5.723,19	100,1%	5,1%	2,1%
Imposto Especial sobre o Jogo	44,02	50,02	47,38	94,7%	7,6%	0,0%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Gráfico 4 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre o Rendimento- 2008/2009



Contribuíram para o desempenho na cobrança do Impostos s/Rendimentos:

- i. IRPC, (i) a verificação e correcção pontual das Declarações Anuais de Rendimento e de Informação Contabilística e Fiscal; (ii) melhoria no controlo dos pagamentos a não residentes; (iii) melhoria da autoliquidação; e (iv) tributação de juros provenientes de operações financeiras.o pagamento significativo de algumas empresas com período de tributação diferente do ano civil;
- ii. IRPS, o grau de cumprimento, foi grandemente influenciado: (i) pela cobrança de valores dos anos anteriores; (ii) pelo controlo dos faltosos; (iii) pela melhoria da autoliquidação devido às acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal; e (iv) pela fiscalização dos contratos de arrendamento; e
- iii. O aumento do número de contribuintes em 188.215, sendo 4.980 pessoas colectivas e 183.235 pessoas singulares.

Com efeito, dos 6.153,89 milhões de MT de IRPC programados para o ano, foi alcançado um nível de cobrança de 7.335,73 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 119,2% e um crescimento nominal substancial de 28,2% comparativamente à 2008. Contudo, a cobrança da taxa liberatória das zonas francas registou um decréscimo em 3,8% devido, principalmente à:

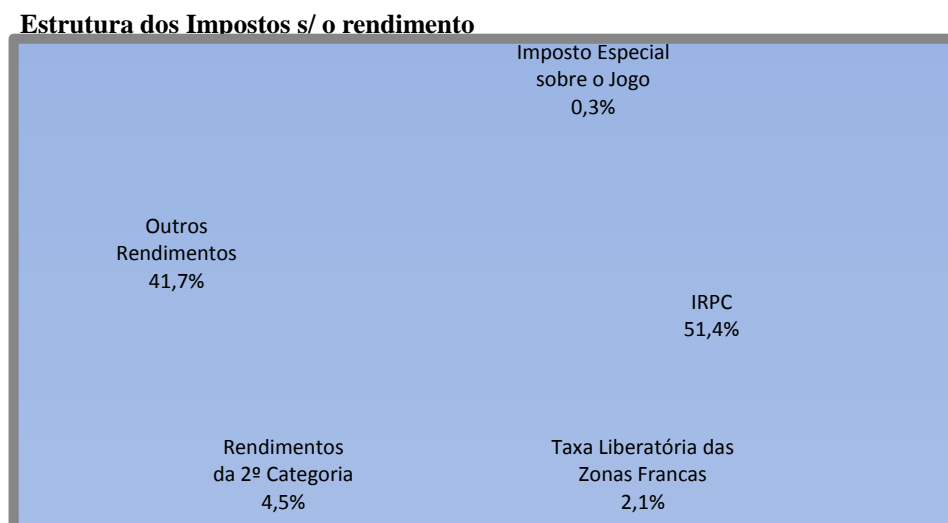
- i. Redução para cerca de metade preço de alumínio, acordada com o Governo de Moçambique através de um memorando de entendimento recentemente assinado com a MOZAL, em decorrência da crise financeira mundial;
- ii. Redução das quantidades produzidas e exportadas em 2,3% e 1%, devido a crise energética¹ na África Austral que restringiu o fornecimento da energia eléctrica em 10% pela ESKOM.

¹ A Mozal consome actualmente em média 915 Megawatts contra 950 Megawatts antes da crise energética.

Para o IRPS foi programada a cobrança de 6.181,23 milhões de MT, tendo sido alcançado o nível de 6.340,51 milhões de MT, o que representa uma taxa de realização de 102,6%. Comparativamente à 2008, as receitas cobradas do IRPS cresceram em 6,4% em termos nominais.

Relativamente ao Imposto Especial sobre o Jogo, de um programa de 50,02 milhões de MT, foram cobrados 47,38 milhões de MT, o que representa um nível de realização de 94,7% influenciado pela redução de frequentadores e conseqüentemente, do volume de jogos. Todavia, comparativamente à 2008 a cobrança deste imposto cresceu em 7,6% em termos nominais.

Gráfico 5 – Estrutura dos Impostos sobre o Rendimento



No gráfico 5 acima, verifica-se que o IRPC representa cerca de 51,4% do total dos Impostos sobre o Rendimento, sendo que a Taxa Liberatória corresponde a 2,1%, seguido do IRPS com 46,2%, divididos entre Rendimentos da 2ª Categoria (4,5%) e Outros rendimentos (41,7%), e finalmente, do Imposto Especial Sobre o Jogo com um peso minimal (0,3%).

2.2.2. Impostos Sobre Bens e Serviços

A cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços atingiu 23.689,99 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização de 104,2% e a 8,9% do PIB, tendo crescido 23,2% em termos nominais, relativamente a igual período do ano transacto. Este crescimento foi grandemente influenciado pelo IVA que cresceu nominalmente 30,1%, sendo 24,9% IVA nas Operações Internas e 34,2% IVA na Importação, como ilustra a tabela 5.

Tabela 5 – Impostos sobre Bens e Serviços

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobr. Jan/Dez 08	Prog. Jan/Dez 09	Cobr. Jan/Dez 09	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Impostos sobre Bens e Serviços	19.231,84	22.740,30	23.689,99	104,2%	23,2%	8,9%
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.969,59	15.815,96	16.875,00	106,7%	30,1%	6,3%
IVA nas Operações Internas	5.662,16	6.614,90	7.069,73	106,9%	24,9%	2,7%
IVA na Importação	7.307,43	9.201,06	9.805,27	106,6%	34,2%	3,7%
ICE-Produção Nacional	1.633,43	1.997,50	1.771,99	88,7%	8,5%	0,7%
Cerveja	1.213,98	1.540,09	1.364,83	88,6%	12,4%	0,5%
Tabaco	278,40	391,47	315,72	80,7%	13,4%	0,1%
Outras Bebidas Alcoólicas	141,05	65,94	91,44	138,7%	-35,2%	0,0%
ICE-Produtos Importados	1.000,92	1.321,19	965,39	73,1%	-3,5%	0,4%
Impostos sobre o Comércio Externo	3.627,89	3.605,64	4.077,61	113,1%	12,4%	1,5%
Direitos Aduaneiros	3.597,40	3.580,06	4.073,21	113,8%	13,2%	1,5%
Sobretaxa	30,49	25,58	4,41	17,2%	-85,5%	0,0%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Imposto sobre o Valor Acrescentado

De um programa fixado em 15.815,96 milhões de MT na rubrica do IVA, foram cobrados 16.875,00 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização de 106,7% e a um crescimento nominal de 30,1%, comparando com o período homólogo, sendo que esta cobrança representa 6,3% do PIB. Este desempenho deveu-se a (i) a melhoria da autoliquidação influenciado pelas acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal; (ii) as acções de auditoria e fiscalização tributárias incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação; (iii) ao controlo de IVA devido no arrendamento de imóveis localizados nas zonas urbanas, destinados a prestação de serviços e comércio; (iv) à melhoria contínua do controlo de sujeitos passivos faltosos, e (v) à correcção dos créditos sistemáticos.

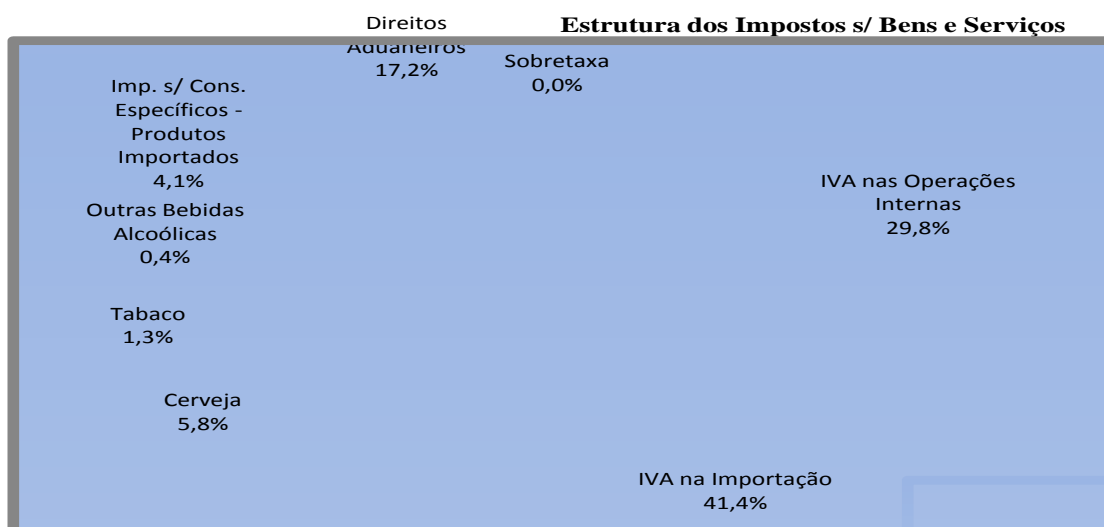
O IVA cobrado nas operações internas situou-se em 7.069,73 milhões de MT, contra um programa fixado em 6.614,90 milhões de MT, o que representa uma realização de 106,8% e um crescimento nominal de 24,9%, equivalentes a 2,7% do PIB.

O IVA na Importação cifrou-se em 9.805,27 milhões de MT, contra uma meta de 9.201,06 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização de 106,6% e a 3,7% do PIB, a qual se associa uma taxa de crescimento nominal de 34,2% relativamente a igual período do ano transacto. O cumprimento da meta do IVA no período em análise, está implicitamente relacionado com o aumento do volume das importações, quando comparado com igual período do ano transacto, elevando consequentemente, o volume das transacções no mercado interno.

Gráfico 6 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviço – 2008/2009



Gráfico 7 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços



Imposto sobre Consumos Específicos

O ICE na produção nacional situou-se em 1.771,99 milhões de MT equivalentes a 88,7% do programado (1.997,50 milhões de MT) e a 0,7% do PIB, tendo crescido nominalmente em 8,5%, se comparado a igual período do ano anterior. Este desempenho deve-se em grande parte a arrecadação do imposto referente a Outras Bebidas Alcoólicas, que do programado atingiu a cifra de 138,7%, apesar de ter decrescido em relação ao ano anterior. Por outro lado, a redução das vendas da cerveja devido ao aumento dos preços efectuados em meados de Fevereiro do período em análise, implicando uma baixa realização na cobrança do ICE na cerveja (88,6% do programado), resultou na deslocação do consumo para as bebidas espirituosas de baixo custo.

No que diz respeito ao ICE na Importação, de um programa de 1.321,19 milhões de MT, cobraram-se 965,39 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização de 73,1%, e um decréscimo

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

nominal de 3,5% e a 0,4% do PIB. As razões deste incumprimento prendem-se com, o adiamento da entrada em vigor da lei revista do ICE, contrariamente à previsão inicialmente feita.

O valor total de direitos aduaneiros e do IVA sobre o comércio externo, que o país deixou de colectar em 2009, como resultado da implementação do Protocolo Comercial da SADC foi de 978,01 milhões de MT, sendo 834,78 milhões de MT em direitos aduaneiros e 143,23 milhões de MT em IVA em virtude da redução da matéria colectável em sede do IVA, como consequência da não cobrança dos direitos aduaneiros e da não adição destes no valor aduaneiro para o apuramento da matéria colectável que serve de base para a determinação do IVA.

O impacto fiscal total/despesa fiscal, corresponde a cerca de 24,4%, do valor total dos direitos aduaneiros e do IVA na importação que haviam sido projectados para serem cobrados no período em análise, conforme a Tabela 6 que se segue. Estes dados correspondem a cerca de 32% do volume de importações de Moçambique provenientes da SADC, o que representa um crescimento de cerca 9% em relação ao ano de 2008, em que o uso de certificados de origem na importação situou-se em 23%.

Tabela 6 – Uso da Preferência no âmbito Protocolo Comercial da SADC - 2009

Unidade: 10⁶ MT

Mês	(a) Direitos previstos	(b) Direitos colectados	(c) Direitos preferencial	(d) IVA previsto	(e) IVA colectado	(f) IVA preferencial	Impacto Fiscal (g)= c+f	(h)= c/a	(i)= f/d	(j)= h+i
Janeiro	235,02	258,90	30,27	601,85	537,49	5,07	35,34	12,9%	0,8%	13,7%
Fevereiro	275,91	315,99	40,34	663,24	594,80	6,82	47,16	14,6%	1,0%	15,6%
Março	311,49	259,12	52,93	728,62	537,07	8,81	61,74	17,0%	1,2%	18,2%
Abril	272,48	357,63	54,87	725,12	738,80	9,27	64,14	20,1%	1,3%	21,4%
Mai	317,70	283,01	67,33	816,22	677,56	11,34	78,67	21,2%	1,4%	22,6%
Junho	397,59	315,99	67,01	933,52	594,80	11,31	78,32	16,9%	1,2%	18,1%
Julho	264,15	329,79	84,14	741,75	892,44	14,38	98,53	31,9%	1,9%	33,8%
Agosto	313,24	267,90	86,46	785,76	819,55	14,71	101,18	27,6%	1,9%	29,5%
Setembro	268,52	354,25	93,27	759,76	868,58	15,85	109,12	34,7%	2,1%	36,8%
Outubro	347,77	380,13	102,22	863,66	926,61	18,06	120,29	29,4%	2,1%	31,5%
Novembro	322,89	501,41	129,27	913,30	1.186,84	22,78	152,05	40,0%	2,5%	42,5%
Dezembro	324,93	476,66	26,66	852,24	992,70	4,83	31,49	8,2%	0,6%	8,8%
Total	3.651,67	4.100,77	834,78	9.385,04	9.367,23	143,23	978,01	22,9%	1,5%	24,4%

Fonte: DIR/TIMS

2.2.3. Outros Impostos

Para este grupo de impostos, foi fixado um objectivo de 2.072,43 milhões de MT, tendo sido cobrado o montante de 1.785,34 milhões de MT, que representa um grau de realização de 86,1% e cerca de 0,7 do PIB. Comparativamente a 2008, nota-se um crescimento nominal de 22,2%, como ilustra a tabela 7 e gráficos 8 e 9.

Tabela 7 – Outros Impostos

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobr. Jan/Dez 08	Prog. Jan/Dez 09	Cobr. Jan/Dez 09	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Outros Impostos	1.460,84	2.072,43	1.785,34	86,1%	22,2%	0,7%
Imposto do Selo	322,08	505,37	439,60	87,0%	36,5%	0,2%
Imposto sobre Veículos	47,17	0,33	54,51	16663,8%	15,6%	0,0%
Imposto de Reconstrução Nacional	7,91	8,86	6,39	72,1%	-19,2%	0,0%
Licenças de Pesca	31,05	85,33	55,95	65,6%	80,2%	0,0%
Taxa sobre os Combustíveis	718,73	1.114,61	905,81	81,3%	26,0%	0,3%
Imposto sobre a Produção	122,75	131,23	101,55	77,4%	-17,3%	0,0%
Imposto sobre a Produção de Petróleos	17,55	115,84	83,96	72,5%	378%	0,0%
Imposto sobre a Produção Mineira	105,20	15,39	17,59	114,3%	-83,3%	0,0%
Royalties e Imposto de Superfície	44,35	64,10	42,66	66,6%	-3,8%	0,0%
Royalties	2,36	63,48	7,86	12,4%	232,7%	0,0%
Imposto de Superfície	41,98	0,61	34,81	5664,9%	-17,1%	0,0%
Outros	166,81	162,60	178,86	110,0%	7,2%	0,1%

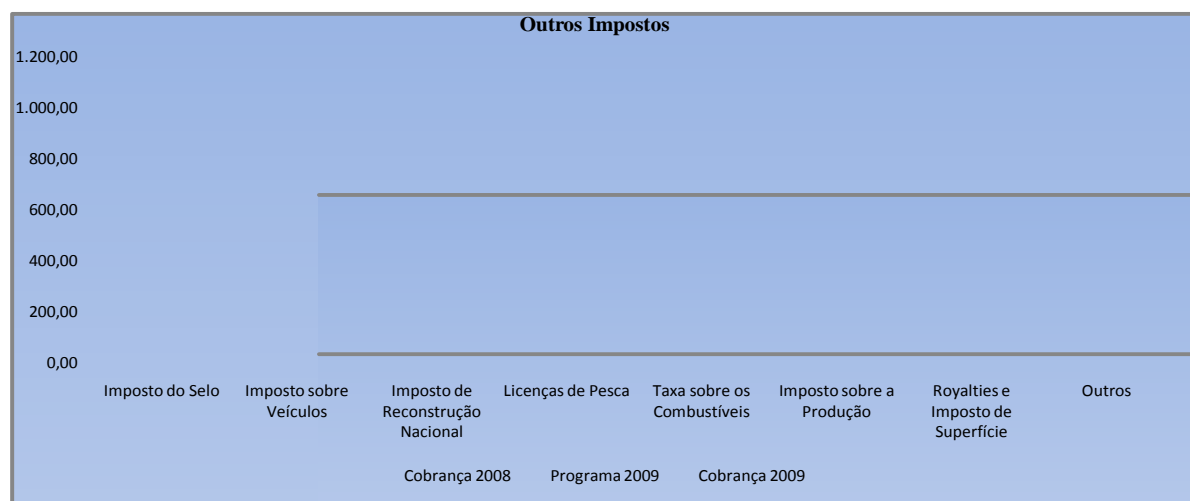
Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Com excepção das rubricas de Imposto de Selo, Imposto sobre Veículos, Licença de Pesca, Taxa sobre os Combustíveis e Imposto de Produção de Petróleo, que apresentaram crescimentos nominais positivos, em relação ao igual período do ano anterior, as restantes linhas orçamentais que compõem o grupo de Outros Impostos, apresentaram variações nominais negativas. Em geral, o baixo nível de realização verificado neste grupo de Impostos, deveu-se fundamentalmente:

- À sobreavaliação do programa do Imposto de Selo e Taxa Sobre Combustíveis², embora, tenham apresentado crescimentos nominais de 36,5% e 26,0%, respectivamente; e
- Ao atraso de pagamento dos Royalties pelas empresas do sector de hidrocarbonetos³.

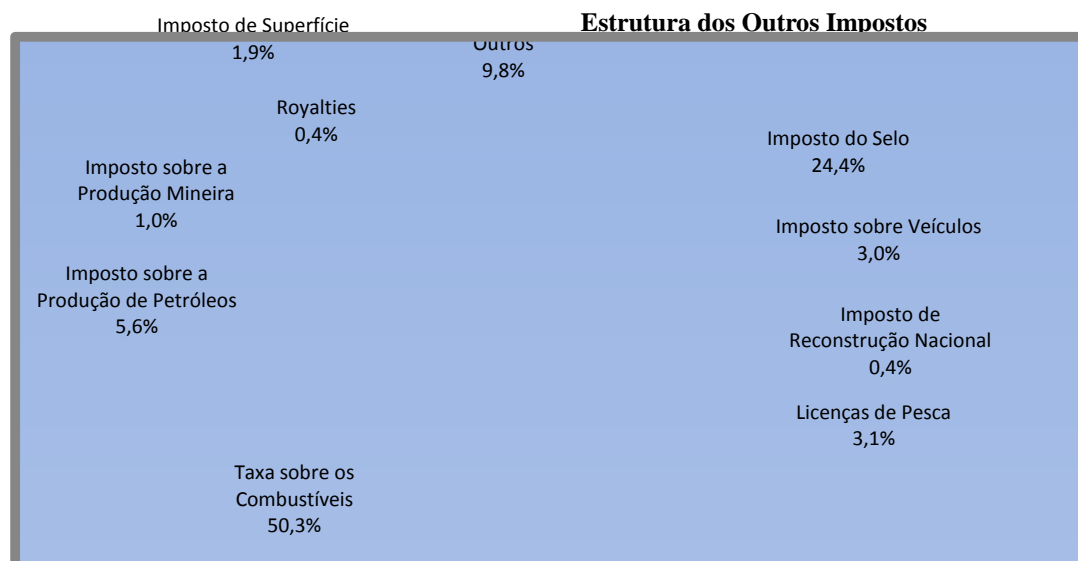
Gráfico 8 – Outros Impostos



² A ausência da actualização da taxa sobre combustíveis não foi reflectida no programa de 2009.

³ Atrasos no pagamento do imposto de produção devido a dedução unilateral da taxa de processamento do gás natural.

Gráfico 9 – Estrutura dos Outros Impostos



Considerando a parte consignada, a Taxa sobre os Combustíveis, no total, teve um crescimento nominal na ordem de 30,5%, como ilustra a tabela 8 e os gráficos 10 e 11.

Tabela 8 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Taxa sobre os Combustíveis	2.508,61	3.591,79	3.273,08	91,1%	30,5%	1,2%
Taxa sobre os Combustíveis	718,73	1.114,61	905,81	81,3%	26,0%	0,3%
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	1.789,88	2.477,18	2.367,27	95,6%	32,3%	0,9%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Gráfico 10 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis

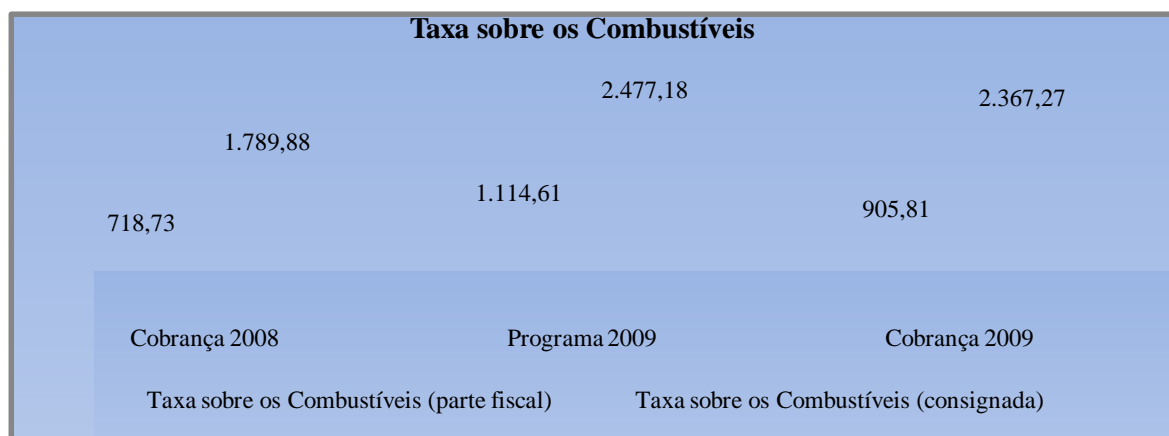
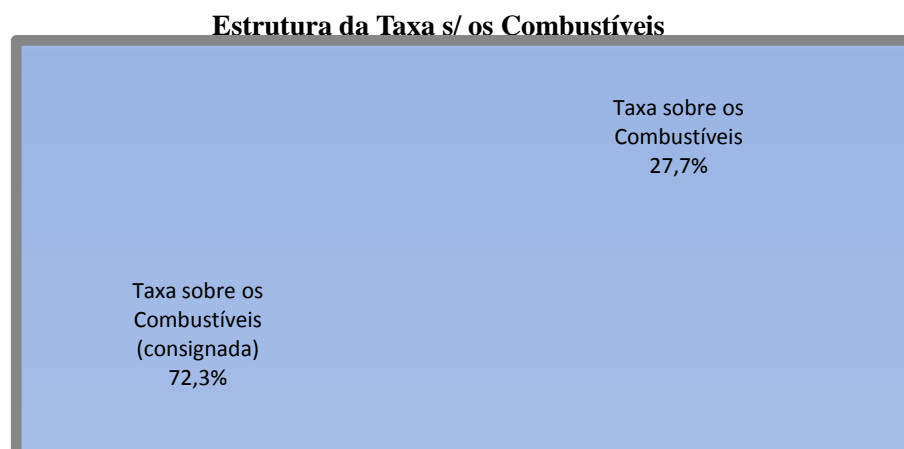


Gráfico 11 – Estrutura da Taxa sobre os Combustíveis



2.2.4. Receitas Não Fiscais

Para as Receitas não Fiscais, foi fixada uma meta de 2.613,79 milhões de MT, tendo sido cobrados 3.030,77 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 116%, equivalentes a cerca de 1,1% do PIB. Comparativamente ao período anterior, foram cobrados a mais 629,72 milhões de MT, representando um crescimento em termos nominais de 26,2%, como ilustram a tabela 9 e os Gráficos 12 e 13.

Tabela 9 – Receitas não Fiscais

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Receitas Não Fiscais	2.401,05	2.613,79	3.030,77	116,0%	26,2%	1,1%
Taxas Diversas de Serviços	243,51	297,21	428,54	144,2%	76,0%	0,2%
Taxas Diversas de Serviços	243,51	297,21	428,54	144,2%	76,0%	0,2%
Outras Receitas Não Fiscais	927,80	1.069,64	1.096,15	102,5%	18,1%	0,4%
Compen. Aposentação e Pensão de Sobrevivência	777,34	925,47	891,65	96,3%	14,7%	0,3%
Rendas de Casa	60,44	50,01	65,13	130,2%	7,8%	0,0%
Outras	90,02	94,16	139,37	148,0%	54,8%	0,1%
Receitas Próprias	1.229,74	1.246,95	1.506,08	120,8%	22,5%	0,6%
de Administração Central	1.137,11	1.087,32	1.336,09	122,9%	17,5%	0,5%
de Administração Provincial	28,59	80,23	114,13	142,3%	299,2%	0,0%
de Administração Distrital	64,05	79,40	55,87	70,4%	-12,8%	0,0%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

A cobrança das Taxas Diversas de Serviços prestados pelas instituições do Estado registou uma realização de 144,2% face a respectiva meta e um crescimento de 76% em termos nominais, comparativamente a igual período de 2008, resultante de trabalhos de sensibilização que a administração fiscal tem vindo a realizar junto das instituições quer de nível central, quer de nível provincial, no sentido de procederem a canalização das receitas por elas cobradas às Direcções das Áreas Fiscais. Importa realçar que o bom desempenho de Rendas de Casa no período, se deve ao

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

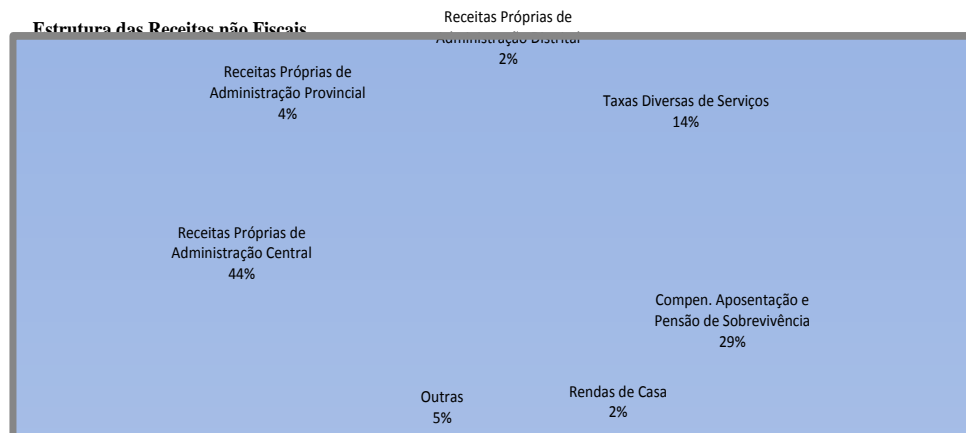
facto de ter melhorado o nível de programação, tendo em conta a redução do parque imobiliário do Estado.

A cobrança das Receitas Próprias, atingiu 1.506,08 milhões de MT, equivalentes a 120,8% do programado para o período em análise, e a 0,6% do PIB. Comparativamente ao período anterior, houve um crescimento nominal de 22,5%. Este desempenho deve-se ao trabalho de consciencialização, à semelhança das Taxas Diversas de Serviços, realizado durante o ano de 2008 junto das entidades que têm a responsabilidade de cobrar, para o repasse à administração tributária dos valores arrecadados.

Gráfico 12 – Receitas Não Fiscais



Gráfico 13 – Estrutura das Receitas Não Fiscais



2.2.5. Receitas Consignadas

Para este grupo de receitas, de um programa de 4.177,54 milhões de MT, foram cobrados 3.644,61 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 87,2% em relação ao objectivo fixado para o período em análise, um crescimento nominal de 38,4%, quando comparado com o período homólogo e 1,4% do PIB, como ilustra a tabela 10.

Tabela 10 – Receitas Consignadas

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Receitas Consignadas	2.633,34	4.177,54	3.644,61	87,2%	38,4%	1,4%
Taxas Diversas Consignadas	1.883,76	2.651,95	2.407,08	90,8%	27,8%	0,9%
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	1.789,88	2.477,18	2.367,27	95,6%	32,3%	0,9%
Taxa de Serviços Alfandegários	7,22	8,99	14,75	164,1%	104,3%	0,0%
Taxa de Sobrevalorização da Castanha de Caju	86,66	165,78	25,05	15,1%	-71,1%	0,0%
Outras Receitas Consignadas	749,58	1.525,58	1.237,53	81,1%	65,1%	0,5%

Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

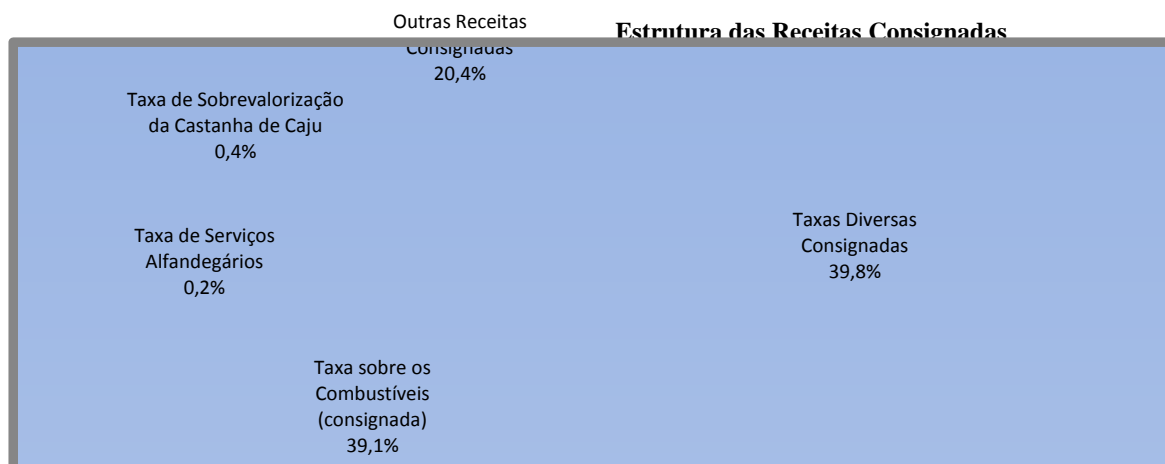
Nesta componente, a excepção da TSA (164,1% de realização, devido à racionalização dos níveis de isenções), todas as rubricas não atingiram as metas programadas, conforme ilustra a tabela 10 e o Gráfico 14, não obstante terem apresentado um crescimento nominal, com a excepção da Taxa de Sobrevalorização da Castanha de Caju que apresenta decréscimos na ordem de 71,1%, devido ao facto de se ter registado uma péssima campanha de produção do caju, em resultado do impacto do ciclone Jókwe, cujos efeitos se traduziram em cerca de um milhão e meio de cajueiros totalmente destruídos.

Não obstante o trabalho de sensibilização junto às entidades públicas que procedem à cobrança de receitas consignadas, o nível de desempenho deste grupo de receitas continua abaixo da meta, apesar do crescimento nominal verificado em cerca de 38,4%, podendo-se visualizar pela rubrica “outras receitas consignadas”, que de um programa de 1.525,58 milhões de MT, foram cobrados apenas 1.237,53 milhões de MT, correspondentes a 81,1% de realização e a um crescimento de cerca de 65,1%, em termos nominais, equivalentes a 0,5% do PIB.

Gráfico 14 – Receitas Consignadas



Gráfico 15 – Estrutura das Receitas Consignadas



2.2.6. Receitas de Capital

Nesta rubrica, para uma meta estabelecida em 2.227,16 milhões de MT, foram cobrados 1.527,13 milhões de MT, que correspondem a uma realização de 68,6% e cerca de 0,6% do PIB. Comparativamente ao período homólogo de 2008, cobraram-se menos 213,13 milhões de MT, o que representa um decréscimo nominal de 12,2%, resultante do término em 2008 da receitação da taxa de concessão paga pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), como ilustram a tabela 11 e os gráficos 16 e 17. Este nível de realização, deveu-se essencialmente à redução das entregas de dividendos pelas empresas participadas pelo Estado em consequência da crise económica e financeira internacional.

Tabela 11 – Receitas de Capital

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2008	Programa a 2009	Cobrança 2009	% real	Cresc. Nominal	% PIB
Receitas de Capital	1.740,26	2.227,16	1.527,13	68,6%	-12,2%	0,6%
Rendimentos do Património do Estado	69,67	1.035,51	668,87	64,6%	860,1%	0,3%
de Administração Central	51,36	1.004,16	642,00	63,9%	1150,1%	0,2%
de Administração Provincial	18,31	31,35	26,87	85,7%	46,8%	0,0%
Outras Receitas de Capital	1.670,59	1.191,65	858,25	72,0%	-48,6%	0,3%

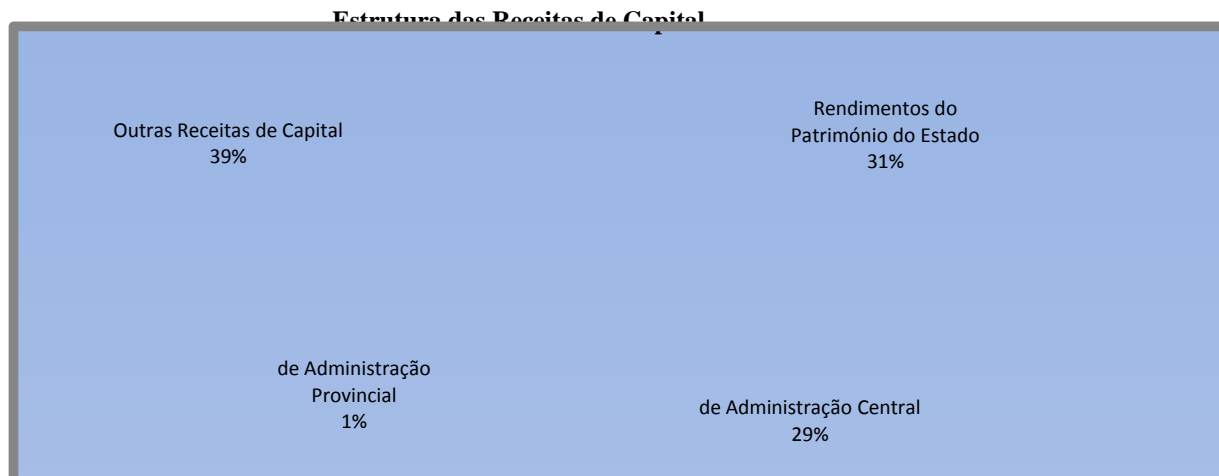
Fonte: DAPCR

PIB a preços correntes de 266.572,00 milhões de MT

Gráfico 16 – Receitas de Capital



Gráfico 17 – Estrutura das Receitas de Capital



2.2.7. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras

a) Mega Projectos

De acordo com o artigo 36 de Código de Benefícios Fiscais aprovado pela Lei 4/2009, de 12 de Janeiro, são considerados Mega Projectos todos os projectos cujo investimento exceda 12 milhões e quinhentos mil meticais, bem como os investimentos em infra-estruturas de domínio público levados a cabo sob o regime de concessões, sendo que actualmente existem 6 Mega Projectos, nomeadamente:

- i) Mozal, SARL;
- ii) Sasol Petroleum Temane;
- iii) Projecto Areias Pesadas de Moma;

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

- iv) Hidroeléctrica de Cahora Bassa;
- v) Riversdale Moçambique; e
- vi) Vale Moçambique, Lda.

Existem outras propostas de mega projectos ainda não implementados, nomeadamente: i) Projecto de Ferro e Aço de Maputo; ii) Projecto da Zona Franca Industrial da Beira e de Ferro e Aço da Beira; iii) Complexo Petroquímico da Beira; iv) Riversdale Mozambique; Lda, v) Procana; vi) Ayr's Logispics (Refinaria de Petróleo de Nacala); vii) M'phanda N'Kuwa; viii) Central Térmica de Moatize; ix) Central Térmica de Benga; x) Linha de Transmissão de Energia Tete-Maputo; xi) Refinaria de Matutuine; xii) Sappi; xiii) Portucel; xiv) Green Resources e xv) UPM encontrando-se em fases, de implementação (1), de negociação com os investidores (6), de trabalho do campo (3), de estudo (1), por submeter a proposta para aprovação (1), de negociação com o consórcio (1), em aprovação (1).

No período de Janeiro a Dezembro de 2009, os Mega Projectos contribuíram com 1.478,78 milhões de MT, sendo: (i) 387,56 milhões de MT de IRPS, correspondentes à um crescimento nominal de 21,4% quando comparado com igual período de 2008; (ii) 436,13 milhões de MT de IRPC, equivalentes a um crescimento nominal de 4% em relação a 2008; (iii) 51,39 milhões de MT de Imposto sobre Produção; e (iv) 603,70 milhões de MT de Taxa de Concessão, como ilustram a tabela 12 e o gráfico 18.

Tabela 12 – Contribuição dos Megaprojectos

Unidade: 10⁶ MT

Megaprojecto	IRPS		IRPC		Imp. s/ a Produção		Taxas de Concessão		Dividendos		Total	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Produção de Energia	83,46	117,48	33,42	64,82	0,00	0,00	338,55	603,70	0,00	0,00	455,43	786,00
Exploração de Petróleo	13,70	15,54	72,22	8,94	90,64	30,06	0,00	0,00	0,00	0,00	176,56	54,54
Exploração de Recursos Minerais	89,66	128,06	28,94	84,31	5,53	21,33	841,03	0,00	0,00	0,00	965,16	233,70
Outros Megaprojectos	132,46	126,48	284,90	278,06	0,00	0,00	0,00	0,00	129,80	0,00	547,16	404,54
Total	319,28	387,56	419,48	436,13	96,16	51,39	1.179,58	603,70	129,80	0,00	2.144,31	1.478,78

Fonte: SAGPIF

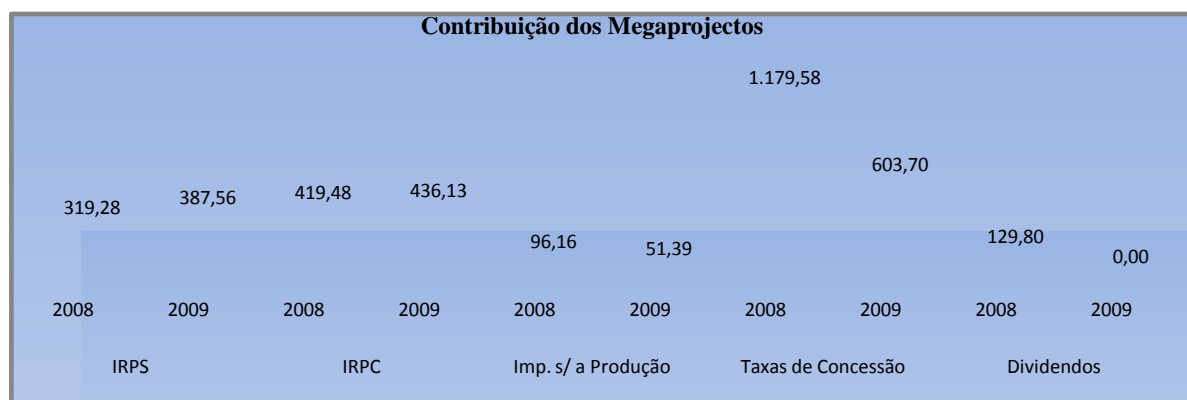
Nota: nos outros megaprojectos, o IRPC refere-se à Taxa Liberatória

O grau de participação dos Megaprojectos, na receita global cobrada pela AT durante o período em análise, é de 3,12%⁴. Relativamente a igual período do ano anterior, a contribuição dos megaprojectos sofreu um decréscimo em termos nominais, de cerca de 31%, basicamente influenciado pela:

- i. Redução do Imposto sobre Produção de Petróleo, devido a constrangimentos de ordem contratual que afectaram negativamente, os prazos da entrega do respectivo imposto;
- ii. Redução das taxas de concessão devido ao término da receitação da taxa de concessão da CVRD; e
- iii. Falta de entrega de dividendos devido às crises económica e financeira internacional.

⁴ Inclui receita da Riversdale, cujo contrato foi assinado este ano.

Gráfico 18 – Evolução da contribuição dos Mega projectos – por imposto



Em termos de contributo por sectores de actividade, destaca-se o sector de produção de energia, devido principalmente, à cobrança da respectiva taxa de concessão, com 786,00 milhões de MT de impostos cobrados em 2009, correspondentes a 72,6% de crescimento nominal quando comparado com 2008.

Os restantes sectores apresentam crescimentos nominais negativos de (i) 69,1% para o petróleo, devido aos constrangimentos de origem contratual que determinaram a entrega do imposto de produção; (ii) 75,8%, para recursos naturais devido ao término da receitação da taxa de concessão da CVRD; e (iii) 26,1%, nos Outros Megaprojectos, devido à redução da mão-de-obra e falta da entrega de dividendos motivada pela crise financeira internacional.

b) Instituições Financeiras

Durante o ano de 2009, as instituições que operam no sector financeiro contribuíram com 2.104,90 milhões de MT, sendo: (i) 155,61 milhões de MT de IVA; (ii) 571,80 milhões de MT de IRPS; (iii) 1.000,67 milhões de MT de IRPC; (iv) 375,86 milhões de MT de Imposto de Selo; e (v) 0,96 milhões de MT de *Royalties*, como ilustram a tabela 13 e o gráfico 19. O grau de comparticipação do sector financeiro na receita total cobrada pela DGI durante o período em análise é de 6,87% e na receita total da AT é de cerca de 4,44%.

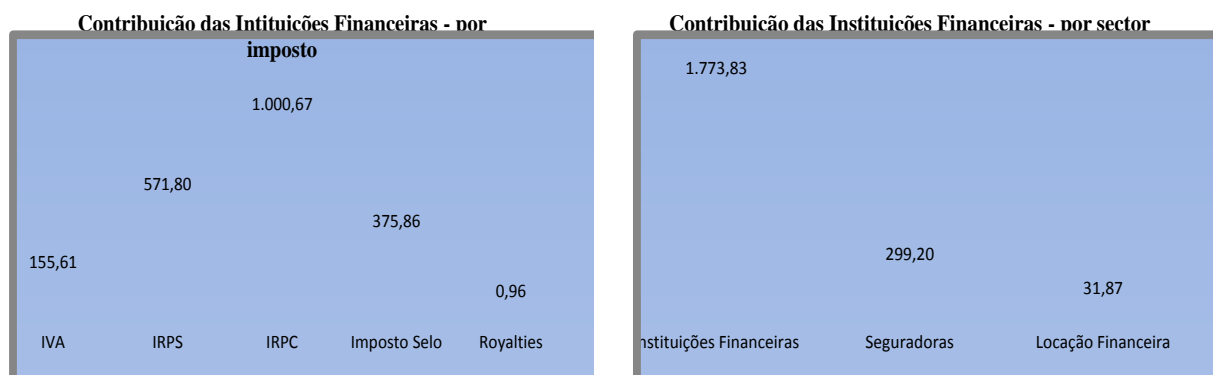
Tabela 13 – Contribuição das Intituições Financeiras

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	IVA	IRPS	IRPC	Imposto Selo	Royalties	Total
Instituições Financeiras	118,73	520,23	855,30	279,57	0,00	1.773,83
Seguradoras	11,43	46,78	144,70	96,29	0,00	299,20
Locação Financeira	25,45	4,79	0,67	0,00	0,96	31,87
Total	155,61	571,80	1.000,67	375,86	0,96	2.104,90

Fonte: SAGPIF

Gráfico 19 – Contribuição das Instituições Financeiras – por imposto e por sector



2.3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA

No período em análise, foram desenvolvidas diversas acções com vista à recuperação de receitas, sendo de destacar, os trabalhos desenvolvidos nas áreas de prevenção e combate à fraude e evasão fiscais e Contencioso Fiscal e Aduaneiro.

Relativamente à matéria de auditoria, fiscalização e investigação, foram, ao longo do período em análise, desenvolvidas as seguintes actividades: (i) verificação e submissão à confirmação dos rendimentos empresariais declarados pelos sujeitos passivos, singulares e colectivos; (ii) Instrução e tramitação das autorizações para a inscrição dos Técnicos de Contas para efeitos fiscais, tendo sido, durante o período, licenciados 25 Técnicos de Contas, perfazendo um total de 2.565 técnicos licenciados a nível nacional; (iii) Capacitação dos técnicos “*on Job training*” em matérias de legislação fiscal, através da introdução de estudos semanais da legislação; e (iv) Controlo das cobranças dos valores de impostos apurados nas auditorias e fiscalizações tributárias realizadas.

No âmbito da implementação do Plano de inspecção fiscalização e auditoria, foram elaborados: (i) o Guião de Auditoria e papéis de trabalho (ainda em processo de melhoramento); e (ii) visitas às tipografias e a algumas empresas para a verificação e controlo das facturas por estas emitidas.

2.3.1. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária

De um programa anual de 1.500 auditorias das quais, 300 para a DAFI e 1.200 para as DAFs e UGCs, foram realizadas 1.595 auditorias, representando um nível de realização de 106,3%, sendo:

- i. Do programa da DAFI, foram fiscalizadas 307 empresas, correspondente a um nível de realização de 102,3%, tendo sido apurado impostos adicionais no valor de 900,71 milhões de MT, assim distribuídas, como ilustra a tabela 14 e o gráfico 20.
 - a. 726,27 Milhões de MT resultantes de trabalhos de auditoria realizados na Cidade de Maputo; e
 - b. 174,44 Milhões de MT nas restantes Províncias.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

- ii. Por seu turno, as DAF's e UGCs efectuaram 1.288 fiscalizações, correspondente a 107,3% de realização, resultando em impostos adicionais de 154,65 milhões de MT.

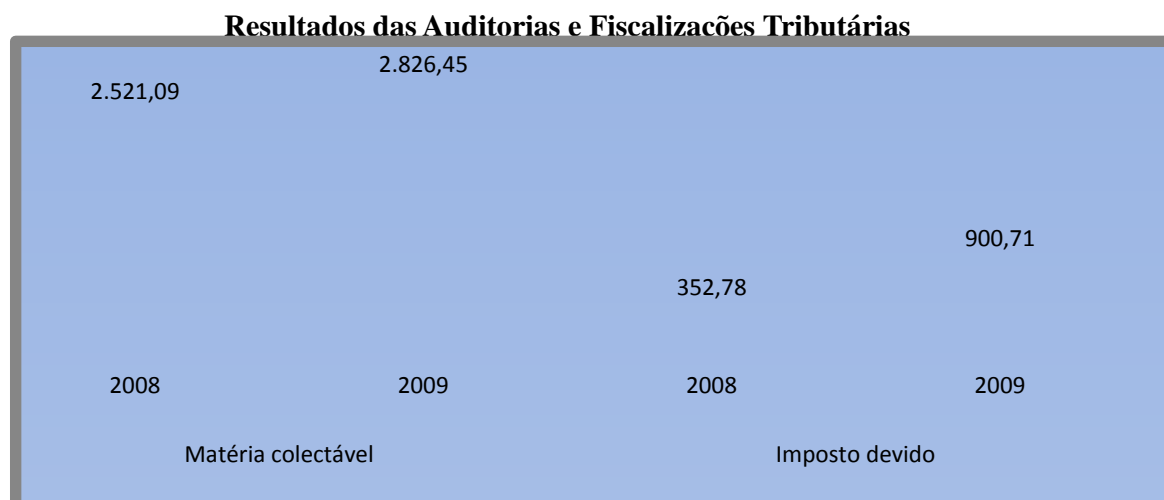
Tabela 14 – Resultados globais (Matéria colectável e Imposto Apurado)

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Matéria colectável		Imposto devido		
	2008	2009	2008	2009	Cres. Nom.
IVA - Transacções sujeitas	936,21	861,77	164,12	164,71	0,4%
IVA - Deducao indevida	0,00	0,00	22,05	157,36	613,8%
IRPS - Trabalho Dependente	8,58	45,56	1,47	1,07	-27,2%
IRPC - Tributação Autónoma	52,52	85,51	18,36	29,93	63,0%
IRPC - Pagamentos a nao Residentes	978,74	261,53	137,32	23,96	-82,6%
IRPC - Materia colectave adicional	471,00	1.567,18	0,00	348,29	
Mercadorias sem Factura	34,69	0,80	5,90	0,14	-97,7%
IRPS (2ª Categoria)	21,68	0,00	0,00	0,00	
IRPS - Rendimentos Prediais	17,68	4,11	3,57	0,82	-77,0%
Total de Maputo	2.521,09	2.826,45	352,78	726,27	105,9%
Restantes províncias				174,44	
Total Geral				900,71	

Fonte: DGI-DAFI

Gráfico 20 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações

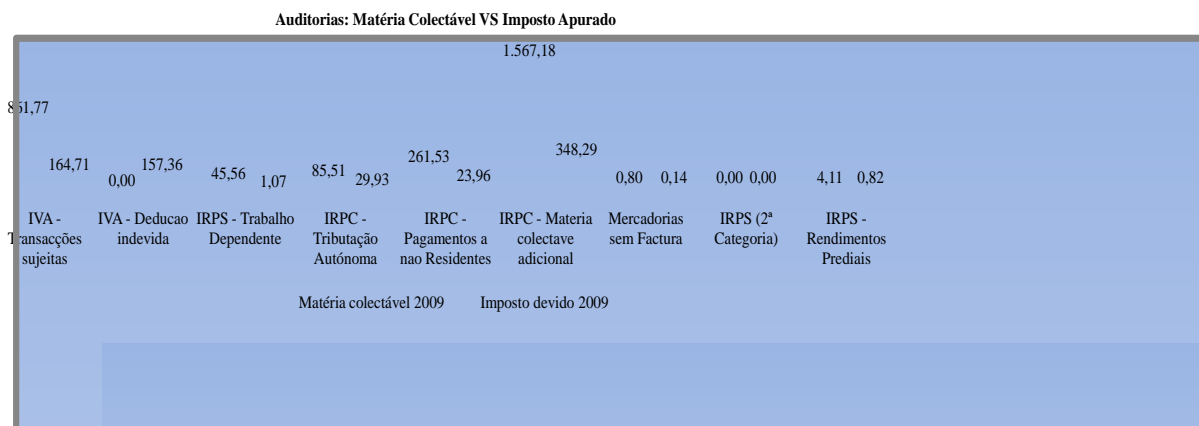


O crescimento nominal de 105,9%, de nível de recuperação fiscal de 2008 para 2009, é justificado pelo incremento na cobrança do IVA como resultado das fiscalizações realizadas na facturação, porta a porta e do controlo das mercadorias em circulação. Entretanto, o nível de recuperação fiscal no (i) IRPS de trabalho dependente; (ii) IRPC de pagamentos a não residentes; (iii) IVA de mercadorias sem factura; e (iv) IRPS, de rendimentos prediais, apresentaram crescimentos nominais

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

negativos de 27,2%, 82,6%, 97,7% e 77%, respectivamente devido ao elevado número de reclamações (vide tabela 14 e gráficos 20 e 20A).

Gráfico 20 A – Resultados das Auditorias/Fiscalizações – Imposto Apurado



No período de Janeiro a Dezembro de 2009, foram cobrados 76,31 milhões de MT, sendo que o valor cobrado representa 7,4%⁵ do imposto apurado resultante das auditorias e corresponde a 0,22% da receita total cobrada pela DGI no ano de 2009, e a 0,16% do total da receita arrecadada pela AT.

Comparando com igual período transacto, constata-se um decréscimo nominal nos níveis de cobrança totais, na ordem dos 22,2%, grandemente influenciado pelos níveis de cobrança do IRPC (-47,9%), no IRPS (-65,9%) e nas multas (-4,6%), como ilustra a tabela 15 e o gráfico 21.

Tabela 15 - Auditorias e Fiscalizações – Impostos cobrados

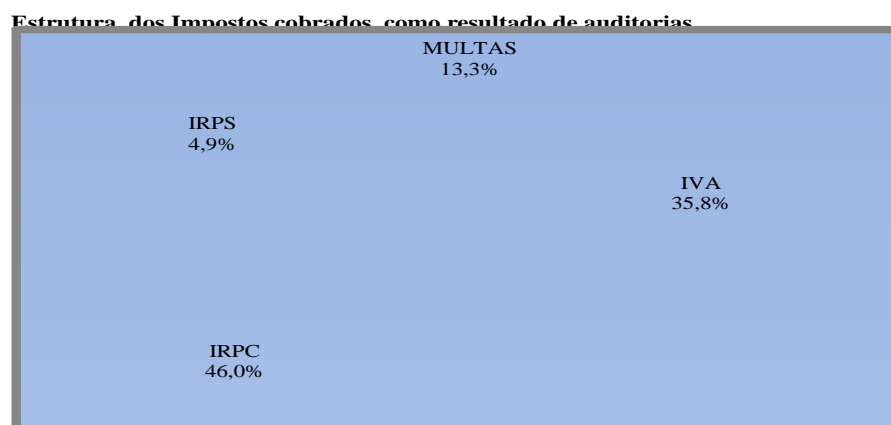
Unidade: 10³ MT

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	MULTAS	TOTAL
Região Sul	11.895,50	32.426,21	2.023,53	9.578,93	55.924,17
Região Centro	12.695,01	2.711,54	207,57	101,35	15.715,47
Região Norte	2.753,19	0,00	1.473,91	439,15	4.666,25
TOTAL - 2009	27.343,70	35.137,75	3.705,01	10.119,43	76.305,89
TOTAL - 2008	9.142,14	67.497,35	10.870,22	10.607,45	98.117,16
Taxas Crescimento	199,1%	-47,9%	-65,9%	-4,6%	-22,2%

Fonte: DGI-DAFI

⁵ Com excluindo as multas cobradas por infracções tributárias.

Gráfico 21 – Estrutura dos impostos cobrados resultantes de auditorias



2.3.2. Análise de Processos de Contas

Foram verificados, no período em análise, 2.113 processos de contas, contra 1.478 analisados em igual período de 2008, o que representa uma realização de 105,7% da meta anual estabelecida de 2000 processos, tendo sido apurado de matéria colectável adicional o valor de 1.488,26 milhões de MT e imposto de 285,45 milhões de MT, sendo que, em termos nominais, a matéria colectável adicional apurada representa um crescimento em 49,3%, relativamente ao ano anterior como ilustra a tabela 16 a seguir e o gráfico 22.

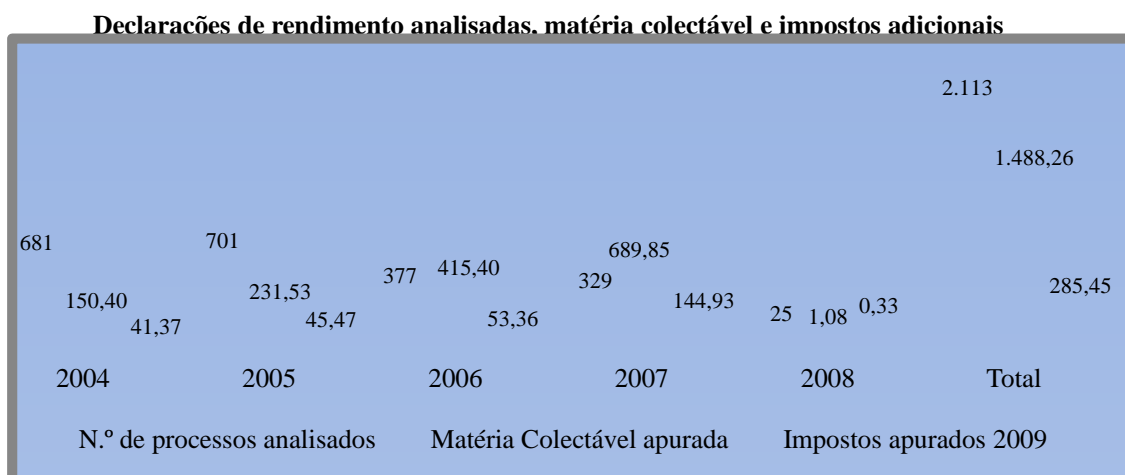
Tabela 16 – Análise de Processos de Contas das Empresas

Unidade: 10⁶ MT

Exercícios Fiscais	N.º de processos analisados			Matéria Colectável apurada			Impostos apurados 2009
	2008	2009	Diferença 2009-2008	2008	2009	Diferença 2009-2008	
2003	324	0	-324	470,65	0,00	-470,65	
2004	349	681	332	211,02	150,40	-60,62	41,37
2005	498	701	203	148,28	231,53	83,25	45,47
2006	281	377	96	161,09	415,40	254,31	53,36
2007	26	329	303	6,11	689,85	683,74	144,93
2008	0	25	0	0,00	1,08	0,00	0,33
Total	1.478	2.113	610	997,15	1.488,26	490,03	285,45

Fonte: DGI-DAFI

Gráfico 22 – Análise de processos de contas das empresas



2.3.3. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira

Foram programadas para o ano em curso 100 auditorias, sendo que no decorrer dos trabalhos, viu-se a necessidade de elevar o número para 135 auditorias, em virtude de se ter realizado com sucesso um processo de selecção formação interna de novos auditores. Durante o período em análise, foram realizadas 127 auditorias a diversas empresas, correspondentes a 94,1% do programado, que culminaram com a apreensão de diversa mercadoria e a recuperação de receitas no valor de 20,36 milhões de MT, equivalentes à 15,7% dos valores esperados (130,6 milhões de MT), o que denota ainda, uma baixa eficácia na recuperação de receitas, embora se tenham verificado crescimentos consideráveis, como ilustram a tabela 17 e o gráfico 23.

Tabela 17 – Auditorias Pós-Desembaraço

Unidade: 10⁶MT

Período	Auditorias Programadas	Auditorias Realizadas	Valores esperados	Valores cobrados
2008	66	63	89,37	11,99
2009	135	127	130,06	20,36
Tx Cresc.	104,5%	101,6%	45,5%	69,8%

Fonte: DAPD-DGA

Gráfico 23 – Auditorias Pós-Desembarço – valores e quantidades



Comparativamente ao período homólogo, em que a receita recuperada foi de 11,99 milhões de MT, verificou-se um crescimento na ordem de 69,8%, sendo que em termos de número de auditorias realizadas, verificou-se um crescimento de 101,6%, que em termos absolutos, representa 64 auditorias, a mais.

Ainda no âmbito da Fiscalização e recuperação de receita, diversas actividades foram desenvolvidas por parte da Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência, com particular destaque para, 61 casos do tipo Miscellaneous abertos em Maputo, relacionados com descaminho, contrabando e transgressão.

Ainda neste âmbito, as Brigadas de Reacção Táctica, registaram 20 casos, tipificados em contrabando (6) e em descaminho (13) de mercadoria diversa, sendo que 1 resultante de má informação do sistema TIMS, tendo como principais mercadorias cigarros, viaturas, produtos de mercearia e diversas bebidas alcoólicas. Estas acções resultaram na recuperação de Direitos aduaneiros e multas, assim discriminadas:

- i. Foram pagos voluntariamente 0,15 milhões de MT.
- ii. Outras cobranças correspondentes a 3 casos, no valor de 1,16 milhões de MT, sendo:
 - 0,52 Milhões de MT, resultantes de um despacho de indicição proferido pelo Tribunal Aduaneiro de Maputo e do pagamento de Imposto de Consumo Específico na produção de bebidas alcoólicas;
 - 0,39 Milhões de MT; e
 - 0,25 Milhões de MT de direitos.

Foram realizadas durante o período em análise de 2009, no âmbito da recuperação da receita, 15 operações contra 30 programadas para este ano, o que implica um grau de realização de 50%, assim distribuídas no território aduaneiro:

Na Região Centro foram realizadas 5 operações, que resultaram na apreensão de 06 (seis) viaturas em Manica e duas na Beira; colectados 8,62 milhões de MT. Na região Sul, foram realizadas 6

operações com destaque para a inspecção de 3.909 viaturas, sendo 2.402 viaturas regularizadas que resultaram numa receita adicional de 46,28 milhões de MT.

Nas operações realizadas na Região Norte, resultaram num conjunto de apreensões, totalizando 51 contentores com diversas mercadorias, tais como pneus, aparelhos electrónicos, cereais, bebidas alcoólicas, entre outros; viaturas e diversa mercadoria avulsa. Da mercadoria que foi avaliada foi apurado o seu valor em 30,63 milhões de MT, correspondentes a 21,58 milhões de MT de direitos esperados.

2.3.4. Resultados de Outras Actividades Realizadas

- Foram executados 19 Mandados de Busca que culminaram com a apreensão de duas viaturas, 590 volumes de cigarros, 82 tambores de 200 litros de óleo por má classificação pautal; diversas bebidas alcoólicas; quatro viaturas volvo, Mercedes Benz, toyota hilux e toyota Rav 4, uma viatura contendo bebidas diversas;
- Por evasão de memorandos, foram efectuados 61 acompanhamentos fiscais de viaturas nas condições de evasão e 50 (cinquenta) viaturas libertas por regularização de memorandos. Foi cobrada uma multa por transgressão no valor de 5.000,00MT e feita uma apreensão de amendoim;
- À partir da Divisão de Inteligência, foram emitidos durante o período em análise 59 UNCI's (formulários de Registo de Apreensões), correspondente à fuga ao fisco de um total de 15,34 milhões MT.

Tabela 18 – Resultados das Inspeções e Fiscalizações – DAI

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Investigação	BRT	APD	Informações	Total	Valores esperados	Grau Real.
2008	28,91	4,32	11,99	21,72	66,93	107,40	62,3%
2009	33,70	8,96	20,36	28,42	91,44	196,86	46,4%
Taxa Cresc.	16,6%	107,4%	69,8%	30,9%	36,6%	83,3%	

Fonte: DAI-DGA

No geral, durante o período em análise, foi cobrado pela DAI um valor total de 91,44 milhões de MT, contra 66,93 milhões de MT cobrados em igual período de 2008, que representa uma taxa de crescimento nominal de 36,6%. Estes valores cobrados, representam 46,4% dos valores esperados, em virtude de parte dele ser pago em regime de prestações, como ilustra a tabela 18.

2.4. CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS

2.4.1. Contencioso Tributário

Relativamente a matéria do contencioso tributário, foram, ao longo do período em análise, desenvolvidas várias tarefas com vista a sanear os processos do contencioso e aumentar a eficiência e rapidez na tramitação dos processos de transgressão e no reconhecimento dos direitos invocados

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

pelos contribuintes e realização dos direitos do Estado, bem como de outro expediente submetido ao sector no âmbito das suas competências.

No que se refere aos processos de contencioso, durante o período em análise, em termos de número, registou-se uma redução do stock de 7.606 para 5.553, e em relação aos valores, nota-se uma subida de 916,24 milhões de MT para 1.012,49 milhões de MT. Foram cobrados 5.468 processos correspondentes a 106,47 milhões de MT, sendo que os processos de natureza contenciosa apresentaram o comportamento ilustrado na tabela 19 e os gráficos 24 e 25.

Tabela 19 - Processos do Contencioso Tributário

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2008		2009		Peso (%)	Variação	
	Número	Valor	Número	Valor		Número	Valor
Saldo inicial em Janeiro	8.306	1.773,80	7.606	916,24	90,5%	-8,4%	-48,3%
Instaurados	6.531	491,36	5.958	598,89	59,2%	-8,8%	21,9%
Cobrados	5.998	171,66	5.468	106,47	10,5%	-8,8%	-38,0%
Anulados	9	1,78	35	5,56	0,5%	288,9%	213,2%
Virtualizados	1.224	1.175,48	2.508	390,62	38,6%	104,9%	-66,8%
Contestados	1.229	69,17	162	76,68	7,6%	-86,8%	10,9%
Recorridos ao TA	230	321,53	41	57,17	5,6%	-82,2%	-82,2%
Saldo final	7.606	916,24	5.553	1.012,49	100,0%	-27,0%	10,5%

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 24 – Processos do Contencioso Tributário – quantidades

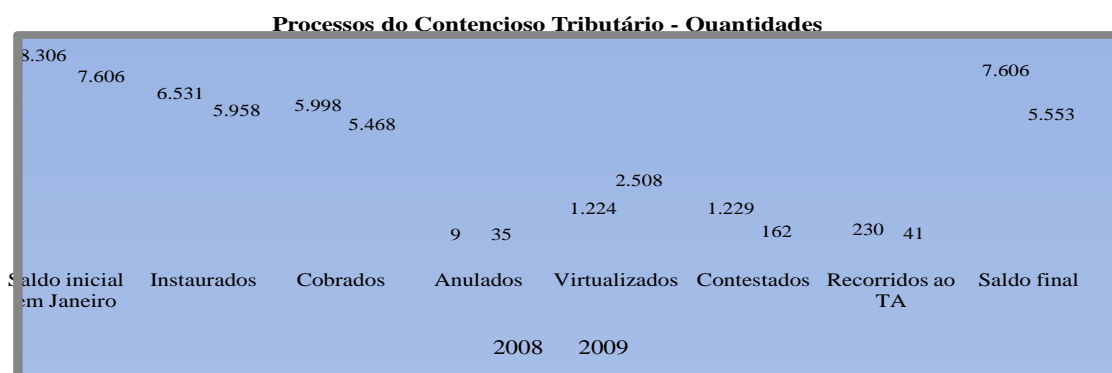
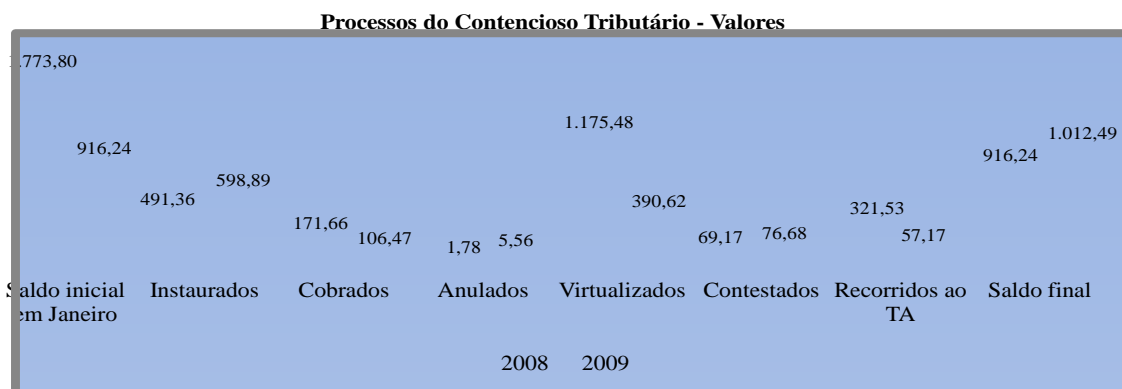


Gráfico 25 – Processos do Contencioso Tributário - Valores



2.4.1.1. Processos de Contencioso Fiscal recorridos ao TA

Em relação aos processos de Contencioso Fiscal que se encontram no TA, as DAF's de Nampula, UGC de Nampula, Quelimane, 1º e 2º Bairro da Beira, UGC da Beira, Chimoio, Inhambane, Quissico, Vilankulos, Chókwè, Xai-Xai, 1º e 2º Bairro de Maputo, UGC Maputo e DAF da Matola possuem 255 processos recorridos, no valor de 330,22 milhões de MT, conforme a tabela 20, sendo que, os JPEFs de Maputo e da Beira, possuem no TA um total de 72 processos no valor de 184,68 milhões de MT.

Tabela 20 - Processos do Contencioso Fiscal Recorridos ao TA

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2009		Variação	
	Número	Valor	Número	Valor
Saldo inicial em Janeiro	230	321,53	100,0%	100,0%
Recursos a 2ª Instancia	25	8,69	10,9%	2,7%
Cobrados	0	0,00	0,0%	0,0%
Anulados	0	0,00	0,0%	0,0%
Virtualizados	0	0,00	0,0%	0,0%
Recursos ao plenário	4	7,94	1,7%	2,5%
Saldo final	255	330,22		

Fonte: DGI – DCT

No que se refere aos processos de contencioso que se encontram nas DPPFs, durante o período em análise, em termos numéricos, registou-se um aumento do *stock* de 35 para 51, e em relação aos valores, nota-se uma redução de 8,79 milhões de MT para 7,98 milhões de MT, que aguardam decisão. O aumento de processos representa 45,7% e o valor reduziu em 9,3%, respectivamente.

2.4.2. Contencioso Aduaneiro

No âmbito do Contencioso Aduaneiro, foram remetidos ao Tribunal Aduaneiro, 82 relatórios/acusações finais referentes a mercadoria diversa, avaliada em 162,59 milhões de MT e 28,06 milhões de MT em direitos, tendo sido emitidos 25 pareceres referentes a pedido de

pagamento voluntário alusivo a mercadoria diversa, avaliada em 29,21 milhões de MT, como ilustram a tabela 21 e o gráfico 26.

- Foram registadas 20 notificações proferidas pelo Tribunal Aduaneiro em processos ordinários, sendo que um foi desfavorável à Administração Tributária, tendo consequentemente, sido objecto de recurso;
- Foram notificados 45 despachos de indicição/não indicição e 05 Acórdãos do Tribunal Administrativo.
-

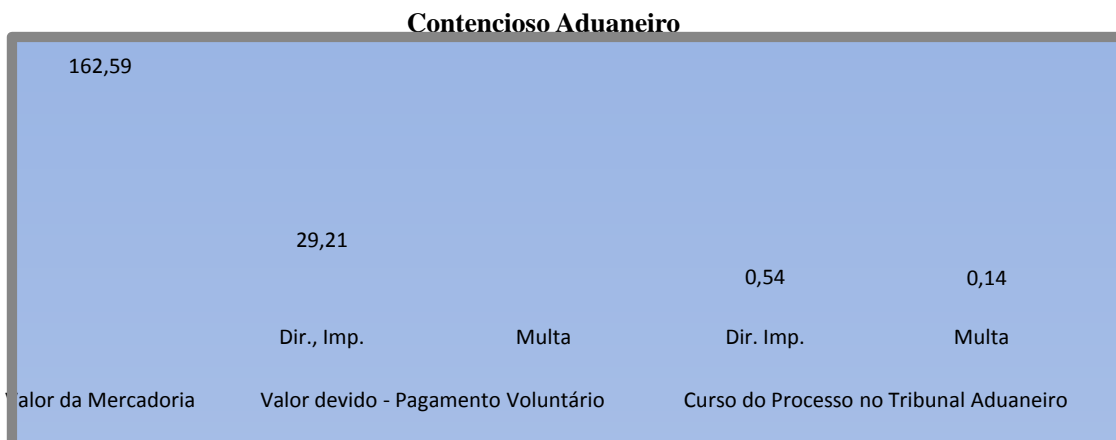
Tabela 21 - Processos do Contencioso Aduaneiro

Unidade: 10⁶MT

Valor da Mercadoria	Valor devido - Pagamento Voluntário		Curso do Processo no Tribunal Aduaneiro	
	Dir., Imp.	Multa	Dir. Imp.	Multa
162,59	29,21	0,00	0,54	0,14

Fonte: DGA – DCA

Gráfico 26 – Processos do Contencioso Aduaneiro - Valores



2.4.3. Execuções Fiscais

Relativamente à matéria de execuções fiscais, foram, ao longo do período em análise, desenvolvidas várias tarefas com vista a sanear processos de execução fiscal e aumentar a eficiência e rapidez na tramitação dos processos.

Assim, a tabela 22 e gráficos 27 e 28, mostram que o índice de cobrança, em termos de quantidade e valor, em relação ao *stock* de 31 de Dezembro de 2008, é de 2,77% e 6,35%, respectivamente, dando indicações de que a Administração Tributária, tem ainda por cobrar 172.053 processos no valor de 2.221,75 milhões de MT.

Tabela 22 – Processos de Execuções Fiscais

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2008		2009		Variação	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Saldo inicial em Janeiro	209.316	2.325,97	189.605	1.748,67	-9,4%	-24,8%
Instaurados	4.512	498,85	7.241	629,88	60,5%	26,3%
Total	213.828	2.824,83	196.846	2.378,56	-7,9%	-15,8%
Cobrados	3.390	85,48	5.243	111,04	54,7%	29,9%
Anulados/julg. em falhas	20.833	990,67	19.550	45,77	-6,2%	-95,4%
Total	24.223	1.076,15	24.793	156,81	2,4%	-85,4%
Saldo final	189.605	1.748,67	172.053	2.221,75	-9,3%	27,1%

Fonte: DGI – DCT

Transitaram para este período, 189.605 processos no valor de 1.748,67 milhões de meticais, tendo sido instaurados 7.241 processos no valor de 629,88 milhões de MT, cobrados 5.243 processos no valor de 111,04 milhões de MT, anulados e/ou julgamento em falhas, 19.550 processos no valor de 45,77 milhões de MT, transitando para o período seguinte, 172.053 processos no valor de 2.221,75 milhões de MT, sendo que em termos nominais, a dívida decresceu em 24,8% e a cobrança cresceu em 29,9%.

Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades

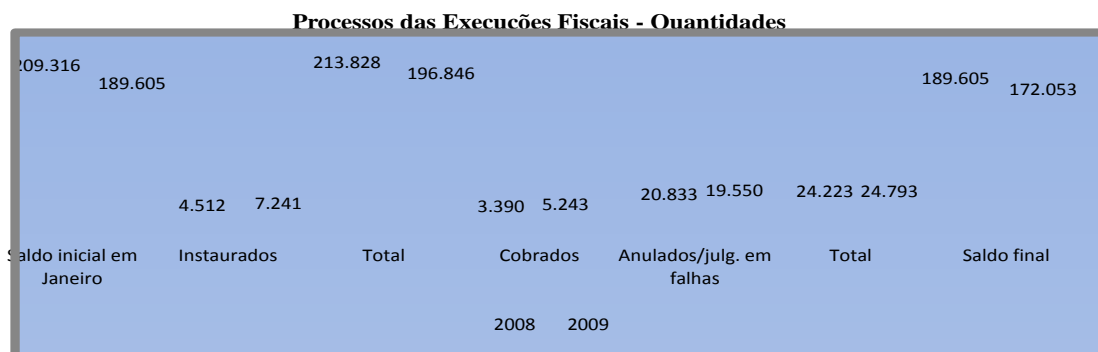
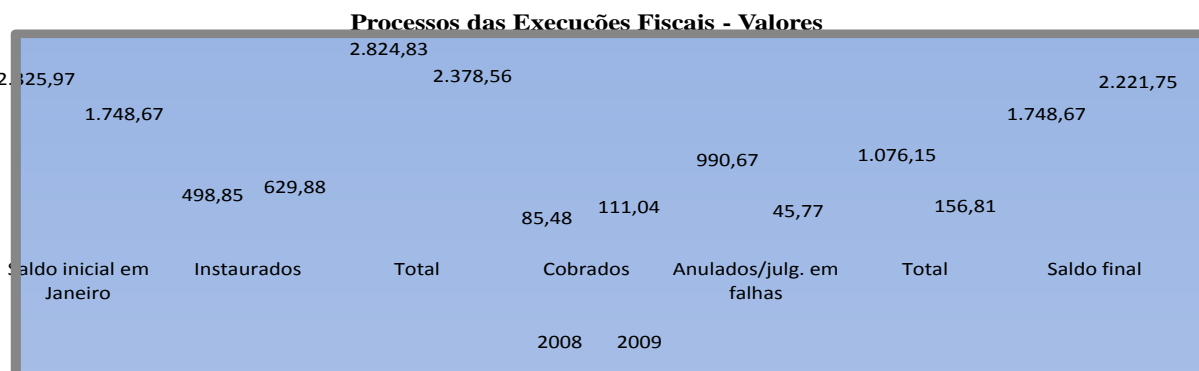


Gráfico 28 - Processos de Execuções Fiscais – Valores



Por antiguidade, os processos de execução fiscal existentes nos JPEF com (i) mais de 3 anos representam 81,7% em termos de quantidade e 43,7% em termos de valor; (ii) entre 1 a 3 anos, representam 14,1% e 39,9% em termos de quantidade e valor; e (iii) menos de 1 ano 4,3% e 16,4%, respectivamente, como ilustra a tabela 23 e o gráfico 29.

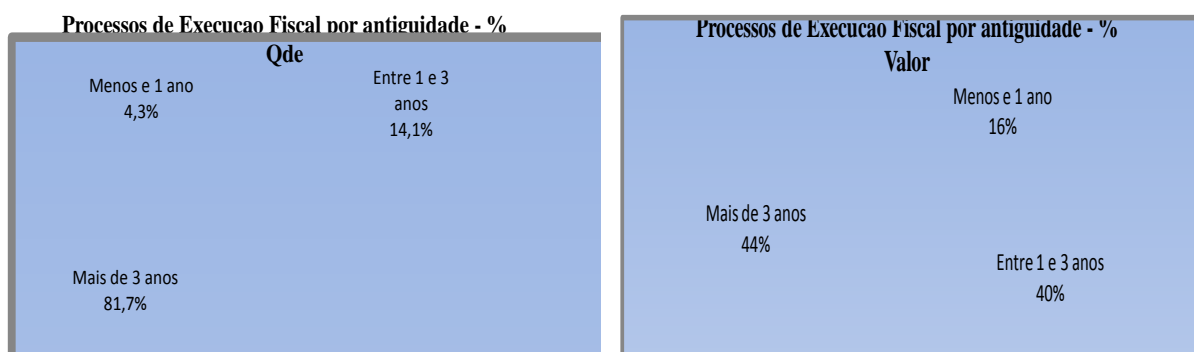
Tabela 23 – Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade

Unidade: 10⁶ MT

Periodo	Processos		Peso (%)	
	Qde	Valor	Qde	Valor
Menos e 1 ano	7.362	364,47	4,3%	16,4%
Entre 1 e 3 anos	24.174	886,68	14,1%	39,9%
Mais de 3 anos	140.517	970,61	81,7%	43,7%
Total	172.053	2.221,76	100,0%	100,0%

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 29 - Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade (qtde e valor)



Importa referir que, dos 172,053 processos das Execuções Fiscais, cerca de 81,7% constituem processos de risco, por serem processos que têm mais de três anos, sendo que, na sua maioria, os executados são de difícil localização.

Deste saldo, o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo possui 58% e 60,7%, respectivamente, seguido da Matola com 13,9% e 10,6% e Beira com 12,4% e 3,6%, em termos de quantidade e valor, respectivamente de processos de execuções fiscais.

2.5. REEMBOLSOS

Com vista a melhorar o sistema de reembolsos, foram implementadas medidas administrativas que visam aumentar o nível de prestação nesta área e reduzir a quantidade de processos pendentes, que se circunscrevem no aumento do efectivo que trata da tramitação dos processos, definição de novos procedimentos e mudança de instalações.

2.5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Durante o exercício fiscal de 2009, em sede do IRPS e IRPC, foram recebidos um total de 12.714 pedidos de reembolso no montante de 171,16 milhões de MT, tendo sido tratados 5.213 pedidos dos quais (i) 5.038 foram autorizados no montante de 80,04 milhões de MT; (ii) pagos 4.880 no montante de 64,02 milhões de MT; (iii) indeferidos 134 pedidos no montante de 1,24 milhões de MT; e (iv) anulados 41 pedidos no montante de 2,87 milhões de MT.

No geral, o nível de prestação dos reembolsos do IR em relação ao solicitado (em termos de quantidade) é de 41% pedidos tratados e 59,0% em análise. Dos 5.213 processos tratados, 38,4% foram pagos e 1,2% aguardam pagamento, 0,3% anulados e 1,1% foram indeferidos. A dívida potencial em IR de 7.501 pedidos equivalentes ao montante de 87 milhões de MT, conforme ilustram a tabela 24 e o gráfico 30.

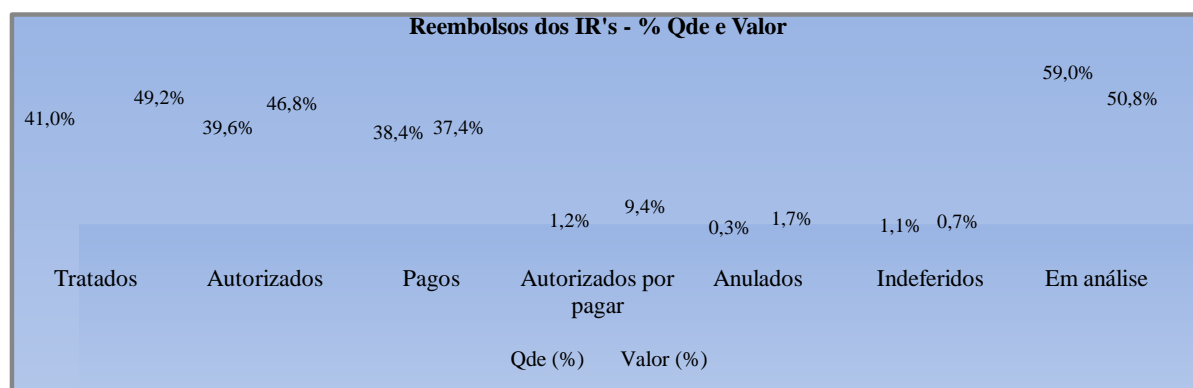
Tabela 24 – Pedidos de Reembolso de IR - global

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Qde	Valor	Qde (%)	Valor (%)	Qde	Valor	Qde (%)	Valor (%)	Qde	Valor	Qde (%)	Valor (%)
	IRPS				IRPC				IRPS+IRPC			
Solicitados	12.681	154,42	100,0%	100,0%	33	16,74	100,0%	100,0%	12.714	171,16	100,0%	100,0%
Tratados	5.196	78,00	41,0%	50,5%	17	6,16	51,5%	36,8%	5.213	84,16	41,0%	49,2%
Autorizados	5.027	76,44	39,6%	49,5%	11	3,6	33,3%	21,5%	5.038	80,04	39,6%	46,8%
Pagos	4.872	61,21	38,4%	39,6%	8	2,81	24,2%	16,8%	4.880	64,02	38,4%	37,4%
Autorizados por pagar	155	15,23	1,2%	9,9%	3	0,79	9,1%	4,7%	158	16,02	1,2%	9,4%
Anulados	35	0,32	0,3%	0,2%	6	2,55	18,2%	15,2%	41	2,87	0,3%	1,7%
Indeferidos	134	1,24	1,1%	0,8%	0	0	0,0%	0,0%	134	1,24	1,1%	0,7%
Em análise	7.485	76,42	59,0%	0,6%	16	10,58	48,5%	63,2%	7.501	87,00	59,0%	50,8%

Fonte: DGI-DCCRB

Gráfico 30 – Reembolsos dos Impostos sobre os Rendimentos (% - qtde e valores)



2.5.1.1. REEMBOLSOS DE IRPS

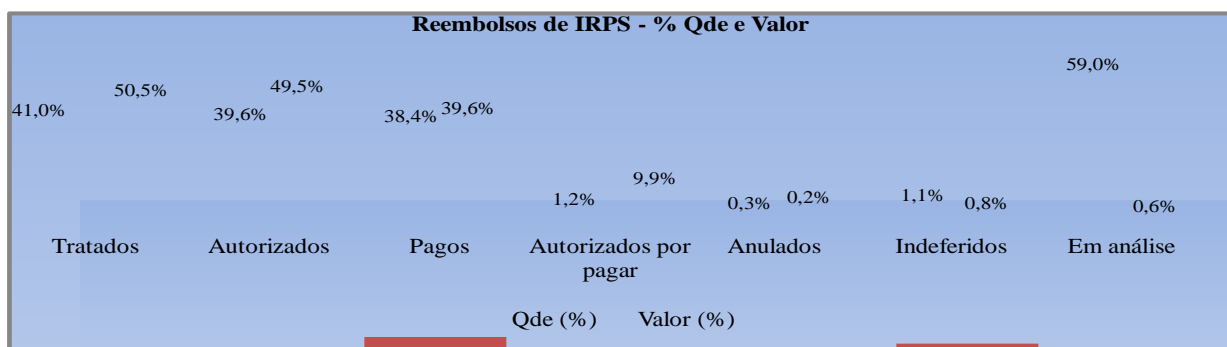
Em sede do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, foram recebidos um total de 12.681 pedidos de reembolso no montante de 154,42 milhões de MT, tendo sido tratados 5.196 pedidos dos quais (i) 5.027 foram autorizados no montante de 76,44 milhões de MT; (ii) pagos

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

4.872 no montante de 61,21 milhões de MT; (iii) indeferidos 134 pedidos no montante de 1,24 milhões de MT; e (iv) anulados 35 pedidos no montante de 0,32 milhões de MT. O número de processos em análise em IRPS é de 7.485 pedidos no montante de 76,42 milhões de MT.

No período em análise, o nível de prestação dos reembolsos do IRPS em relação ao solicitado (em termos de quantidade) é de (i) 41% pedidos tratados; (ii) 39,6% pedidos autorizados; (iii) 38,4% pedidos pagos; (iv) 1,1% pedidos indeferidos; (v) 0,3% pedidos anulados; e (vi) 59% pedidos em análise, como se ilustra no gráfico 31.

Gráfico 31 – Reembolsos do IRPS (% - qtdes e valores)

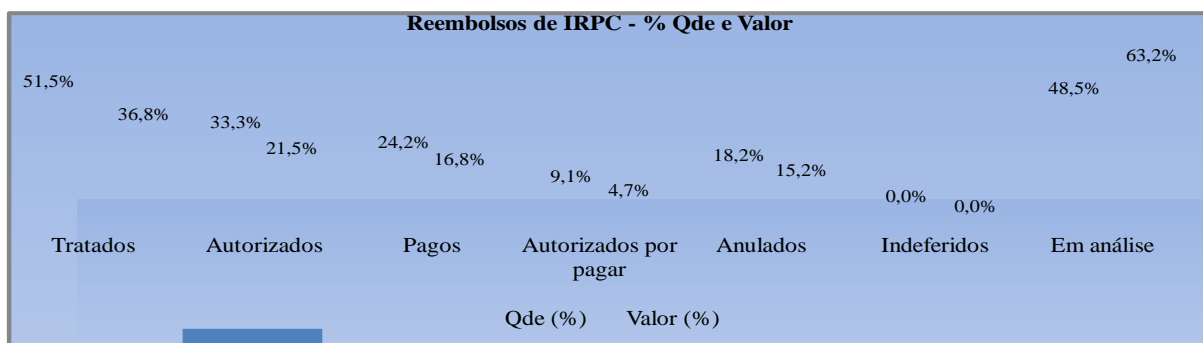


2.5.1.2. REEMBOLSOS DE IRPC

Em relação ao Imposto sobre IRPC, durante o exercício de 2009, foram recebidos um total de 33 pedidos de reembolso no montante de 16,74 milhões de MT, tendo sido tratados 17 pedidos dos quais (i) 11 foram autorizados no montante de 3,60 milhões de MT; (ii) pagos 8 no montante de 2,81 milhões de MT; (iii), 6 pedidos anulados no montante de 2,55 milhões de MT; e (iv) não tendo havido registo de pedidos indeferidos.

O nível de prestação dos reembolsos do IRPC em relação ao solicitado (em termos de quantidade) é de (i) 51,5% pedidos tratados; (ii) 33,3% pedidos autorizados; (iii) 24,2% pedidos pagos; (iv) pedidos anulados 18,2%; e (v) 48,5% pedidos em análise, sendo a dívida potencial em IRPC de 16 pedidos, correspondentes ao montante de 10,58 milhões de MT, conforme ilustra o gráfico 32.

Gráfico 32 – Reembolsos do IRPC (% - qtdes e valores)



2.5.2. SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DO IVA

Foram recebidos de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009, 902 pedidos de reembolso no valor de 2.364,24 milhões de MT, dos quais 477 do regime normal no valor de 2.284,14 milhões de MT e 425 referentes a Diplomatas no valor de 80,10 milhões de MT.

Foram pagos 579 pedidos no montante 898,84 milhões de MT, dos quais 327 são do regime normal no valor de 873,63 milhões de MT e 252 dos diplomatas no valor de 25,22 milhões de MT. Importa referir que os pedidos pagos incluem processos transitados de anos anteriores em número de 101. Relativamente ao regime normal, foram suspensos 63 pedidos, indeferidos 06, autorizados 102, em despacho 28, em análise 28, pagos 249 e 1 anulado. Ao total pago, é adicionado a quantia de 1,80 mil meticais referente às despesas bancárias, totalizando o valor de 898,85 milhões de MT, de despesas de reembolso, como ilustra a tabela 25.

Tabela 25 - Resumo dos pedidos de Reembolso de IVA

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Recebidos		Pagos	
	Número	Valor	Número	Valor
Recebidos em 2009				
1.1 Regime Normal	477	2.284,14	249	630,18
1.2 Diplomatas	425	80,10	229	23,60
Sub - Total 1	902	2.364,24	478	653,78
Transitados de anos anteriores				
1.1 Regime Normal	0	0,00	78	243,45
1.2 Diplomatas	0	0,00	23	1,62
Sub - Total 2	0	0,00	101	245,07
Despesas Bancárias	0	0,00	0	0,0002
Total	902	2.364,24	579	898,85

Fonte: DGI-DRIVA

O reembolso do IVA (regime normal) mostra, em termos de quantidade, uma prestação de 66,9% dos processos tratados, em relação ao solicitado. A prestação em termos de quantidade de pedidos pagos é de 52,2% e os processos em análise são 28, representando 5,9%. A dívida potencial em IVA é estimada em 46,3% em relação à quantidade solicitada e corresponde a 1.543,69 milhões de MT.

O reembolso do IVA (Diplomatas) mostra, em termos de quantidade, uma prestação de 57,2% dos processos tratados, em relação ao solicitado. Dos pedidos que deram entrada até Dezembro de 2009, foram pagos 229, no montante de 23,59 milhões de MT. Os pedidos que transitam para o mês de Janeiro de 2010 são, no total 53, conforme tabela 26 e gráficos 33 e 34.

Tabela 26 – Reembolsos do IVA – por Regime (Normal/Diplomatas)

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Regime Normal		Diplomatas		Regime Normal		Diplomatas	
	Qty	Valores	Qty	Valores	Qde (%)	Valores (%)	Qde (%)	Valores (%)
Solicitado	477	2.284,14	425	80,10	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total Tratado	319	1.249,86	243	59,95	66,9%	54,7%	57,2%	74,8%
<i>Pagos</i>	249	630,18	229	23,60	52,2%	27,6%	53,9%	29,5%
<i>Indeferidos</i>	6	109,83	14	36,36	1,3%	4,8%	3,3%	45,4%
<i>Suspensos</i>	63	509,42	0	0,00	13,2%	22,3%	0,0%	0,0%
<i>Anulados</i>	1	0,43	0	0,00	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Em análise	28	253,07	53	4,14	5,9%	11,1%	12,5%	5,2%
Autorizados por pagar	102	578,48	123	13,72	21,4%	25,3%	28,9%	17,1%
Divida potencial	221	1.543,70	182	20,15	46,3%	67,6%	42,8%	25,2%

Fonte: DGI-DRIVA

Gráfico 33 - Resumo dos Reembolsos de IVA – quantidades/regime

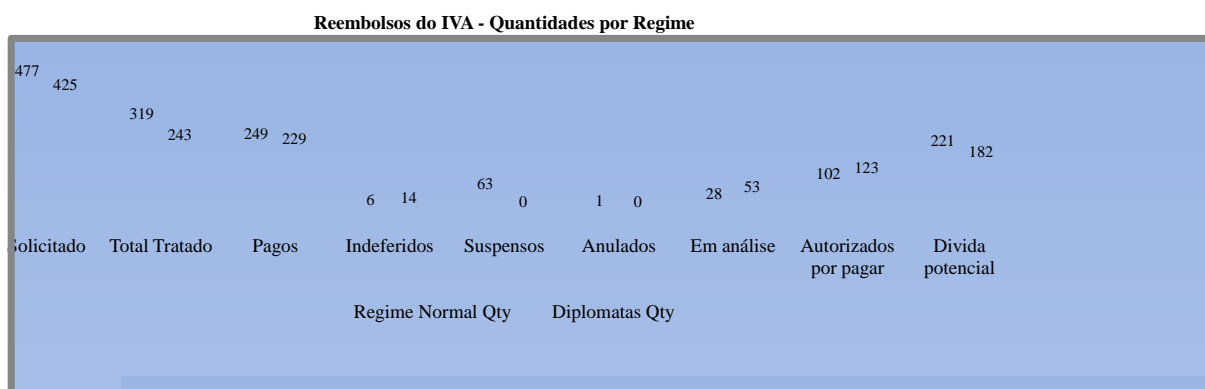
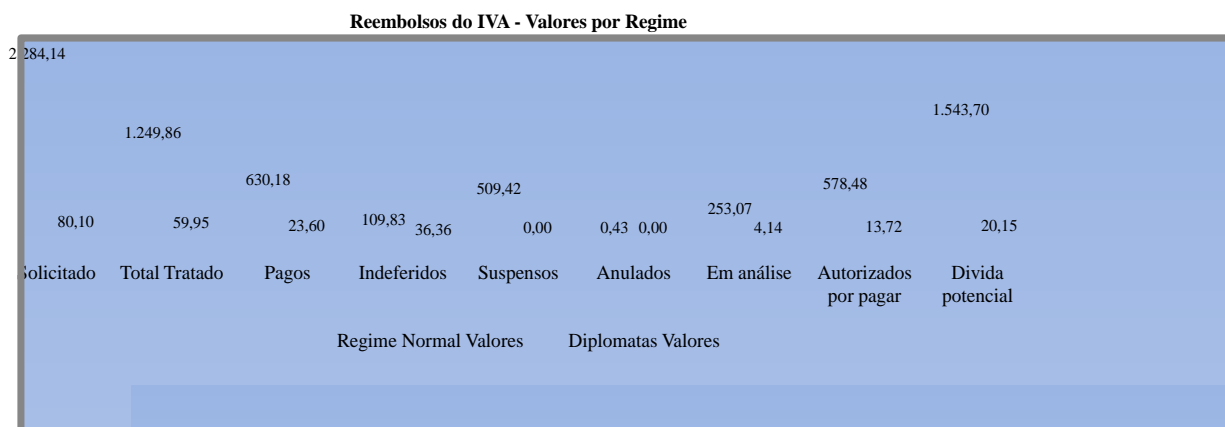


Gráfico 34 - Resumo dos Reembolsos de IVA - valores



2.6. BENEFÍCIOS FISCAIS – ISENÇÕES ADUANEIRAS

Durante ano de 2009, os benefícios fiscais concedidos totalizaram 3.224,44 milhões de MT, o que representa cerca de 19% da receita colectada pela área dos Impostos sobre o Comércio Exterior, cerca de 6,8% do total das receitas colectadas pela Autoridade Tributária e 1,2% do PIB.

Comparativamente ao ano de 2008, em que o volume de isenções totalizou 2.254,91 milhões de MT, verifica-se um aumento do volume global dos benefícios fiscais em cerca de 43%, como ilustram a tabela 27 e o gráfico 35, basicamente derivado do facto de terem sido aprovados novos benefícios fiscais e aduaneiros para a área do turismo, sobretudo para importação de barcos de recreio, aeronaves, planadores, material de construção, tecidos, recheios para instalação das unidades hoteleiras tais como electrodomésticos, equipamento de som, equipamento sanitário, equipamento de refrigeração, dentre outro material necessário ao desenvolvimento do sector.

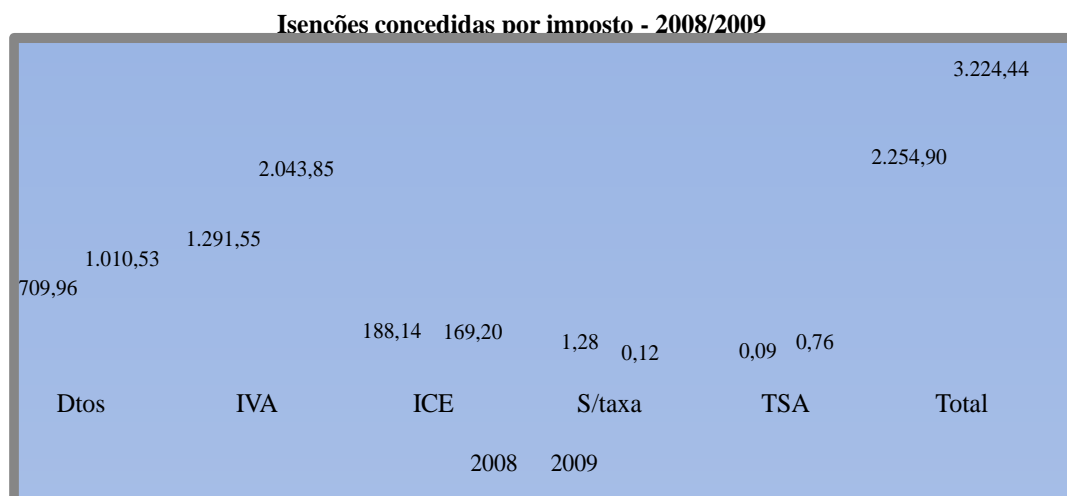
Tabela 27 – Evolução do volume de isenções – 2008/2009

Unidade: 10⁶ MT

Anos	Dtos	IVA	ICE	S/taxa	TSA	Total
2008	709,96	1.291,55	188,14	1,28	0,09	2.254,90
2009	1.010,53	2.043,85	169,20	0,12	0,76	3.224,44
Taxa Cresc.	42,3%	58,2%	-10,1%	-90,7%	734,9%	43,0%

Fonte: DGA-DRIVA

Gráfico 35 – Evolução das Isenções – 2008/2009



Outra das razões para este comportamento das isenções, prende-se com o tratamento especial concedido à Empresa Electricidade de Moçambique, no âmbito do projecto de Electrificação Rural, visando o desenvolvimento económico dos pólos de desenvolvimento – os Distritos. Acrescido a isso, temos as isenções concedidas ao Banco Comercial de Investimentos – BCI, no âmbito do projecto de bancarização da economia, com especial enfoque nas zonas rurais.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

Da totalidade das isenções concedidas, conforme a tabela 28 e gráfico 36, a maioria foi direccionada para os investimentos em 35,3% e para as actividades petrolíferas com 27,3%. Uma percentagem ínfima de incentivos fiscais vai para mineiros em serviço na RSA, sendo de promoção de investimentos, zonas francas e Zonas de Rápido Desenvolvimento, entre outros.

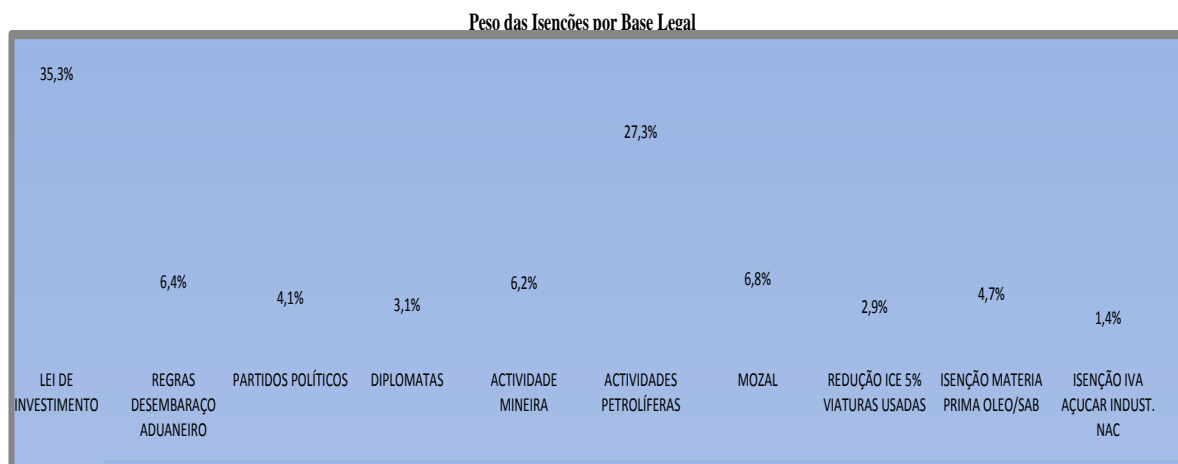
Tabela 28 – Isenções concedidas – 2009

Unidade: 10⁶ MT

Cód.	Base Legal	CIF	Dtos	Ice	Staxa	Tsa	Iva	Total	Peso por BL
1	DONATIVOS / LEI DE EMERGÊNCIA	66,93	3,89	0,26	0,00	0,00	4,93	9,07	0,3%
2	LEI DE INVESTIMENTO	6.221,65	345,15	15,57	0,00	0,01	778,11	1.138,84	35,3%
3	REGRAS DESEMPARAO ADUANEIRO	3.449,72	174,23	11,91	0,00	0,00	19,43	205,57	6,4%
4	PARTIDOS POLÍTICOS	294,65	58,06	11,93	0,00	0,00	61,98	131,98	4,1%
5	DEPUTADOS	14,28	2,61	4,08	0,00	0,00	3,10	9,78	0,3%
6	LEI DE MACENATO	0,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,0%
7	DIPLOMATAS	210,37	32,22	23,83	0,00	0,65	44,14	100,84	3,1%
9	ACTIVIDADE MINEIRA	755,41	66,54	1,17	0,07	0,00	133,74	201,52	6,2%
10	ACTIVIDADES PETROLÍFERAS	3.559,03	235,00	0,87	0,05	0,10	644,01	880,02	27,3%
11	PIPELINE COMPANY	202,91	14,57	0,00	0,00	0,00	0,03	14,60	0,5%
13	HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA	50,17	3,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3,91	0,1%
15	ITS	0,74	0,06	0,00	0,00	0,00	0,13	0,19	0,0%
16	SADC	0,13	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,0%
19	ACORDOS/TRATADOS/INTERNACIONAI	9,00	1,80	2,18	0,00	0,00	2,20	6,18	0,2%
20	MINEIROS EM SERVIÇO NA RSA	3,71	0,23	0,05	0,00	0,00	0,31	0,59	0,0%
21	CENTRO/PROMOÇÃO/INVES. (CPI)	0,36	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,0%
22	ZONAS FRANCAS	2,43	0,12	0,00	0,00	0,00	0,43	0,56	0,0%
23	MOZAL	974,00	48,70	0,02	0,00	0,00	169,84	218,56	6,8%
24	ZONAS/RAPIDO/DESENVOLVIMENTO	0,08	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,0%
25	MOTRACO	0,55	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,06	0,0%
27	ANTIGOS COMBATENTES	0,81	0,13	0,18	0,00	0,00	0,19	0,50	0,0%
28	ISENÇÃO ICE ALCOOL USO INDUSTR	0,09	0,01	13,39	0,00	0,00	0,00	13,39	0,4%
29	REDUÇÃO ICE 5% VIATURAS USADAS	56,61	3,57	83,70	0,00	0,00	6,08	93,36	2,9%
30	ISENÇÃO MATERIA PRIMA OLEO/SAB	767,22	19,69	0,00	0,00	0,00	131,18	150,87	4,7%
31	ISENÇÃO IVA AÇUCAR INDUST. NAC	258,71	0,00	0,00	0,00	0,00	43,98	43,98	1,4%
Total		16.899,62	1.010,53	169,20	0,12	0,76	2.043,85	3.224,44	100,0%
Peso por Imposto			31,3%	5,2%	0,0%	0,0%	63,4%	100,0%	

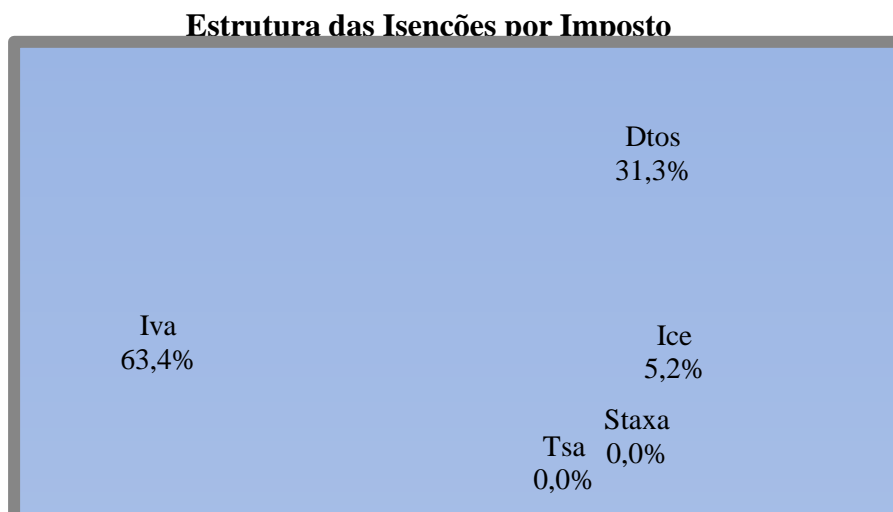
Fonte: TIMS-DTIC

Gráfico 36 – Isenções por Base Legal



Analisando o volume de isenções por imposto, temos a situação ilustrada pela tabela 28 e pelo gráfico 37, em que claramente o maior volume é concedido no âmbito do IVA na importação, cerca de 63,4%, seguido dos direitos aduaneiros com cerca de 31,3% e do ICE com cerca de 5,2% do total das isenções.

Gráfico 37 – estrutura das Isenções por Imposto



3. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

3.1. Educação Fiscal e Aduaneira

A divulgação do ISPC constitui um dos desafios da Autoridade Tributária no programa de popularização do imposto, com vista ao alargamento da base tributária, sendo que neste âmbito, no período em análise, foram realizadas as seguintes acções:

- i. O lançamento do ISPC;
- ii. Campanha de divulgação do Certificado de Origem em Ressano Garcia Km 4
- iii. A realização de actividades de esclarecimento sobre impostos, nomeadamente, 47 palestras nos mercados e nas escolas de diversos distritos, das 10 províncias do país;
- iv. A produção de *spots* publicitários sobre impostos, que foram divulgados nos órgãos de comunicação social, nomeadamente, a STV, a TVM e a Rádio Moçambique;
- v. A produção e (re) impressão de brochuras sobre o ISPC, NUIT e Certificado de Origem; Manuais sobre o ISPC traduzido em 6 línguas locais (Shangana e Ronga para a Região Sul; Sena e Ndau para a Região Centro e Nyamja e Macua para a Região Norte) e sobre os produtos mais importados pelos operadores económicos do sector informal; Tabela Indicativa do ISPC, Boletins Informativos e Calendário Fiscal.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

- vi. Ainda no âmbito das actividades de Educação Fiscal e Aduaneira, a AT realizou encontros com diferentes instituições, com o objectivo de criar parcerias para a Popularização do Imposto e intensificação de atribuição de NUITs. Como resultado, foram assinados memorandos de entendimento com a UEM, o ISCTEM, a ROTARY CLUB DE MAPUTO, a CNJ, a SNJ, a UP e PARLAMENTO JUVENIL.

No que diz respeito ao esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos contribuintes, o Serviço de Informação ao Contribuinte atendeu durante o corrente ano, 2.920 contribuintes distribuídos da seguinte forma: IVA – 1.271; IRPS/IRPC – 1.482; e ISPC – 167.

3.2. Registo de Contribuintes

De um programa anual de 218.475 NUITs, foram registados durante o ano 2009, 188.215 NUITs, o que representa um nível de realização de 86,1%, conforme tabela 29 e os gráficos 38 e 39. Em termos absolutos, em relação ao programa anual, a Região Sul foi a que melhor prestação teve, com 86.855 NUITs atribuídos correspondentes a uma realização de 99,7%, seguido da Região Centro com 69.028 NUITs atribuídos e 94,9% de realização e Região Norte com 32.332 NUITs atribuídos e 55,2% de realização. Em termos acumulados, até 31 de Dezembro de 2009, foram inscritos 960.281 NUITs.

Tabela 29 – Registo Fiscal

Designação	Programa - 2009			Registos - 2009			% Realização		
	Singulares	Colectivos	Soma	Singulares	Colectivos	Soma	Singulares	Colectivos	Soma
Total Regional Norte	58.033	582	58.615	31.729	603	32.332	54,7%	103,6%	55,2%
Total Regional Centro	71.630	1.138	72.768	67.666	1.362	69.028	94,5%	119,7%	94,9%
Total Regional Sul	84.338	2.754	87.092	83.840	3.015	86.855	99,4%	109,5%	99,7%
Total Geral	214.001	4.474	218.475	183.235	4.980	188.215	85,6%	111,3%	86,1%

Fonte: DGI – DRC

Gráfico 38 – Registo de Contribuintes

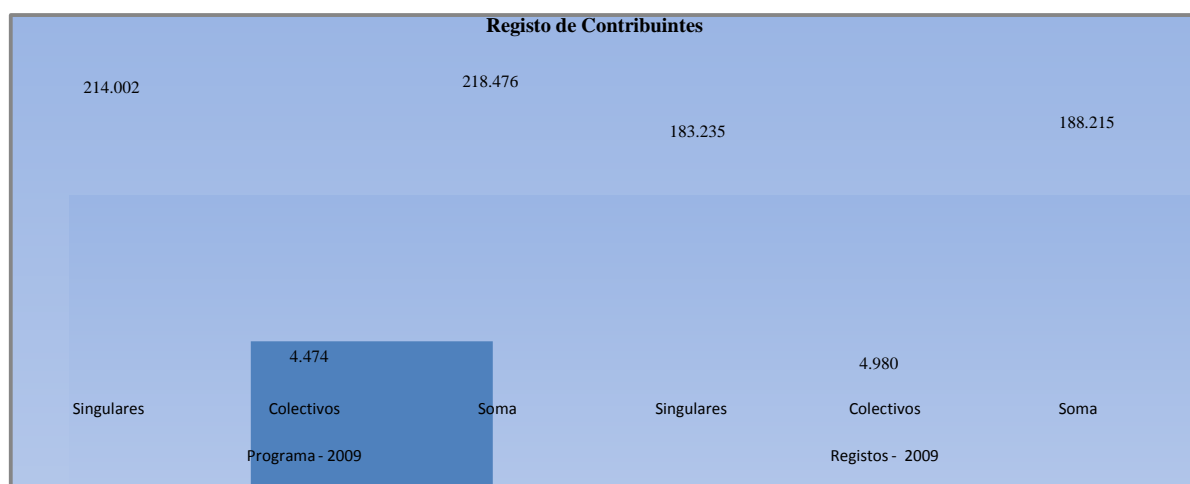
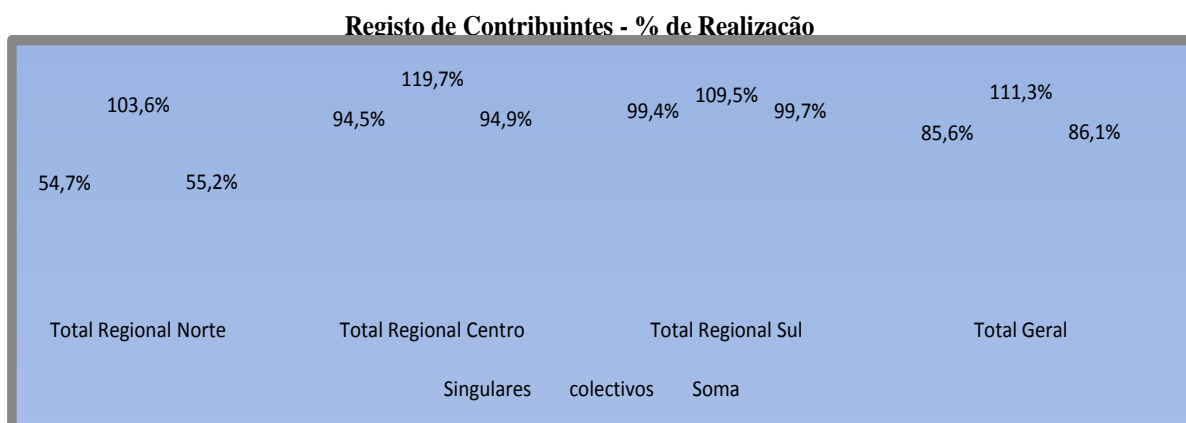


Gráfico 39 – Registo de Contribuintes – Grau de realização em percentagem



O fraco nível de desempenho deveu-se, principalmente, aos constrangimentos relacionados com (i) o manuseamento do mini-aplicativo informático, para as unidades orgânicas não informatizadas; e (ii) a queda constante do sistema informático influenciado pela constante instabilidade da corrente eléctrica e das comunicações. Também apontam-se como causas do fraco desempenho, (i) a infecção por vírus, nos computadores; e (ii) constrangimentos de ordem financeira para custear as deslocações para os Distritos.

Em relação ao ISPC, iniciaram actividade durante o ano de 2009, 9.040 contribuintes, dos quais 8.554 compreendem novos ingressos e 486 dizem respeito aos contribuintes que imigraram do regime simplificado do IVA.

4.GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

4.1. Administração de Recursos Humanos

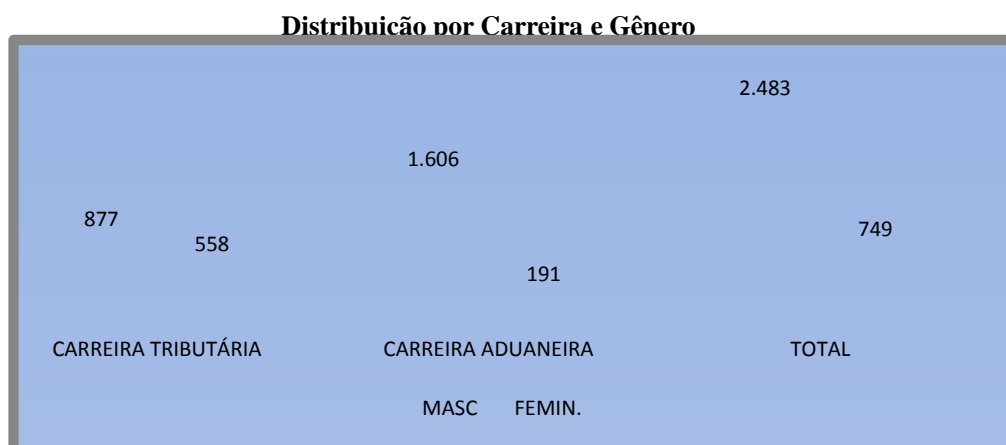
4.1.1. Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)

Em 31 de Dezembro de 2009 a AT contava com 3.232 funcionários dos quais 1.797 são da carreira aduaneira, 1.435 da carreira tributária, correspondendo a 55,6%, 44,4%, respectivamente. Em termos de género, 2.483 são homens e 749 são mulheres representando 77% e 23% respectivamente, conforme ilustram a tabela 30 e o gráfico 40 a seguir.

Tabela 30 – Distribuição de funcionários por carreira e por gênero

Descrição	MASC.	MASC (%)	FEMIN.	FEMIN. (%)	TOTAL	TOTAL (%)
CARREIRA TRIBUTÁRIA	877	35,3%	558	74,5%	1.435	44,4%
CARREIRA TRIBUTÁRIA (%)	61%		39%			
CARREIRA ADUANEIRA	1.606	64,7%	191	25,5%	1.797	55,6%
CARREIRA ADUANEIRA (%)	89%		11%			
Total	2.483		749		3.232	100,0%
Total (%)	77%		23%		100%	

Gráfico 40: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero



Comparativamente ao ano de 2008, que em 31 de Dezembro apresentava 3.091 funcionários, verifica-se um incremento em cerca de 4,6%, resultante da integração de 13 funcionários da APIE, da readmissão de 10 funcionários que haviam sido desvinculados em resultado de processos disciplinares, da integração de 14 funcionários transferidos de outras instituições do Estado e da regularização de vínculo laboral de 128 funcionários cujos processos não tinham sido visados pelo Tribunal Administrativo.

4.1.2. Distribuição de funcionários por Regiões

Quanto à localização, 28,8% estão a exercer as suas funções nos órgãos centrais, 40,9% estão a exercer as suas funções na Região Sul; 18,5% na Região Centro e 11,9% na Região Norte, como mostram a tabela 31 e os gráficos 41 e 42 a seguir.

Tabela 31 – Distribuição de funcionários por região e por género

Descrição	MASC	MASC (%)	FEMI N	FEMIN (%)	TOTAL	TOTAL (%)
Serviços Centrais	672	27,1%	258	34,4%	930	28,8%
Região Norte	284	11,4%	100	13,4%	384	11,9%
Região Centro	485	19,5%	112	15,0%	597	18,5%
Região Sul	1.042	42,0%	279	37,2%	1.321	40,9%
Total	2.483	100,0%	749	100,0%	3.232	100,0%

Gráfico 41: Distribuição de funcionários por carreira e por género

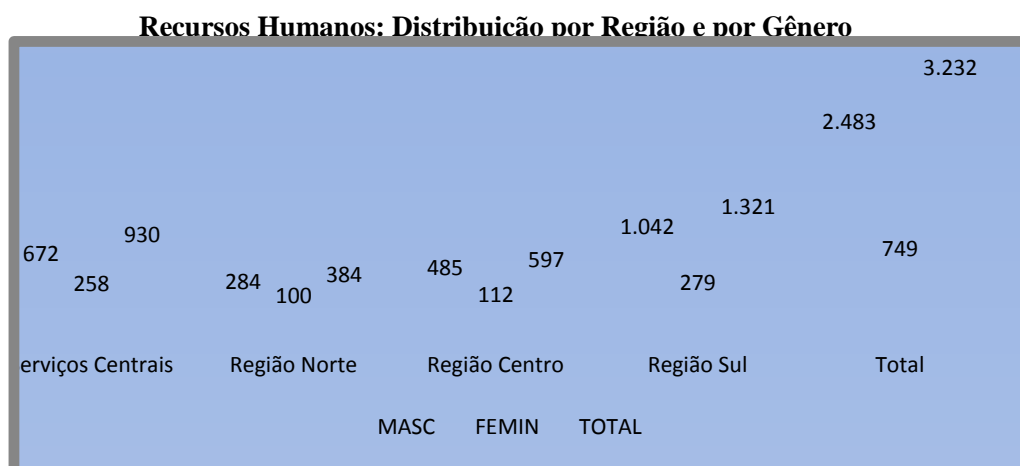
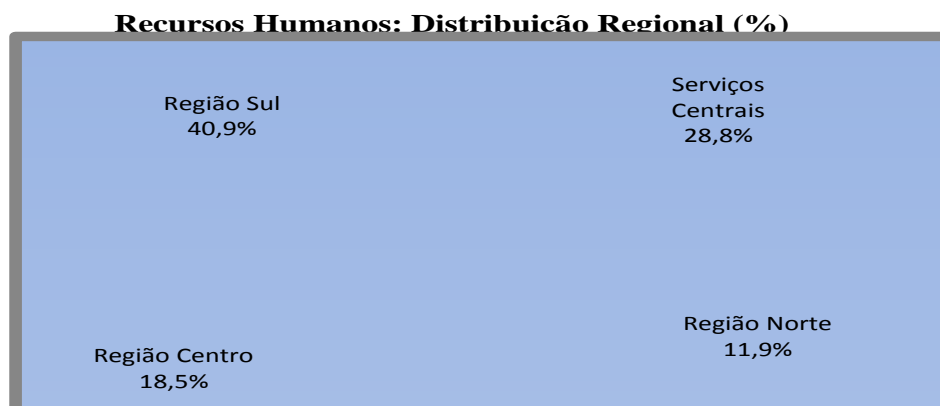


Gráfico 42: Distribuição de funcionários por carreira e por género



4.1.3. Situação de funcionários por níveis académicos

Dos 3.232 funcionários que se encontram no activo, no que se refere aos níveis académicos, 21,4% têm formação superior, representando um crescimento de 3% comparativamente ao ano de 2008; 54,4% com ensino médio; 16,1% ensino básico e 8,1% com nível inferior ao nível básico, como demonstram a tabela 32 e os gráficos 43 e 44 a seguir.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

Tabela 32 – Distribuição de funcionários por nível académico e por gênero

HABILITAÇÕES	MASC	MASC (%)	FEMIN	FEMIN (%)	TOTAL	TOTAL (%)
SUPERIOR - DOUTORADO	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
SUPERIOR - MESTRADO	15	0,6%	3	0,4%	18	0,6%
SUPERIOR - LICENCIADO	270	10,9%	124	16,6%	394	12,2%
SUPERIOR - BACHARELATO	191	7,7%	88	11,7%	279	8,6%
MÉDIO PROFESSIONAL	512	20,6%	148	19,8%	660	20,4%
MÉDIO GERAL	884	35,6%	214	28,6%	1.098	34,0%
BÁSICO PROFESSIONAL	50	2,0%	18	2,4%	68	2,1%
BÁSICO GERAL	350	14,1%	102	13,6%	452	14,0%
INFERIOR A BÁSICO	210	8,5%	52	6,9%	262	8,1%
Total	2.483	100,0%	749	100,0%	3.232	100,0%

Gráfico 43: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero

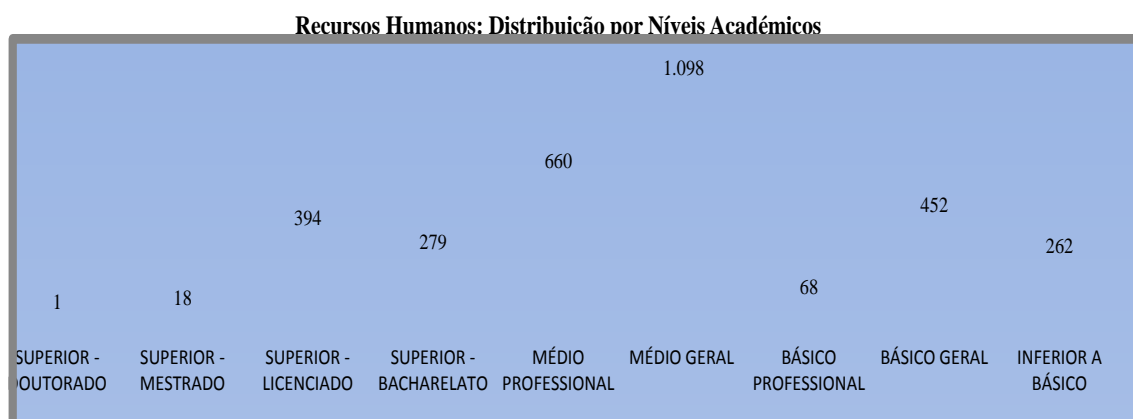
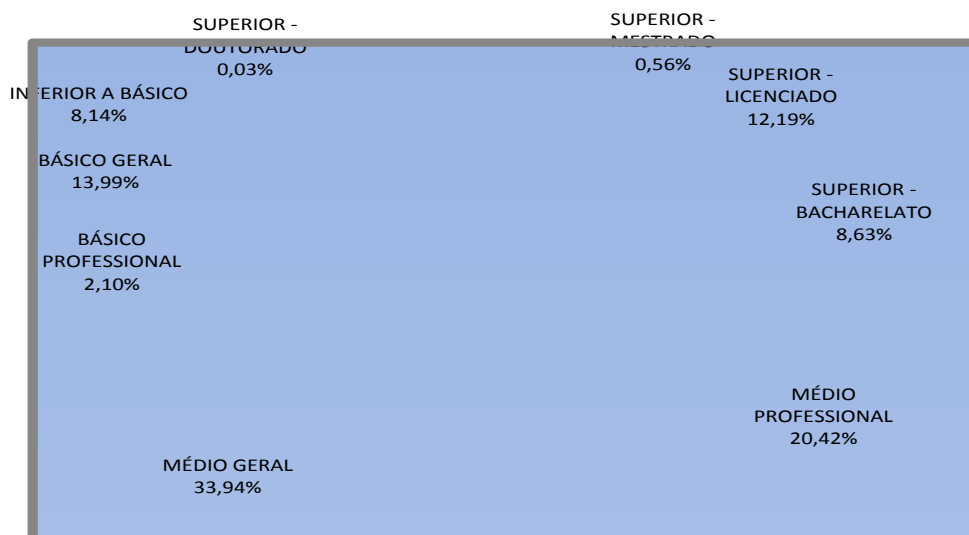


Gráfico 44: Distribuição de funcionários por carreira e por gênero



4.1.4. Óbitos de funcionários em 2008

Durante o ano de 2009 pereceram 35 funcionários dos quais 19 da carreira tributária e 16 da carreira aduaneira. Em termos comparativos, verificou-se um aumento de cerca de 13%, correspondentes a 4 óbitos relativamente ao ano de 2008.

4.1.5. Enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias

Em cumprimento do artigo 4 do Decreto 30/2006, de 30 de Agosto, que aprova o Estatuto do Pessoal da AT, e do Diploma Ministerial Conjunto n.º 72/2008, de 06 de Agosto, dos Ministros da Finanças e da Função Pública, foi divulgada, a nível nacional, a lista de enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias, onde, foram recebidas 696 reclamações, analisadas pela Comissão de Enquadramento, tendo-se aferido que 526 reclamações relativas ao enquadramento são respeitantes à mudança de carreira e as restantes 170 de natureza diversa.

Durante o processo de enquadramento, constatou-se que nos processos individuais de 342 funcionários, não consta nenhum despacho visado pelo Tribunal Administrativo, que justificasse a sua relação de trabalho com o aparelho do Estado, sobretudo a nomeação provisória para efeitos de contagem de tempo. De forma a regularizar o vínculo laboral dos funcionários cujos processos ainda careciam do visto do Tribunal Administrativo, foram tramitados e visados 169 processos de nomeação provisória e 14 de nomeação definitiva, daqueles 159 ainda carecem de regularização.

Em função das reclamações e de forma a proceder à correcção das imprecisões e algumas falhas contidas na primeira lista, foi publicada a segunda lista provisória, através da Circular n.º 4/CIF/AT/09, de 15 de Junho. Contudo, a implementação do enquadramento só será exequível após a aprovação do Estatuto Remuneratório da AT, documento que aguarda aprovação pelo Conselho de Ministros.

4.1.6. Assistência Social aos funcionários

No que respeita ao programa de combate e mitigação do HIV/SIDA no seio dos funcionários, foram desenvolvidas actividades que consistiram na sensibilização dos funcionários efectuarem testes voluntários, na distribuição de cestas básicas para os funcionários vivendo com HIV/SIDA, em visitas periódicas aos funcionários em convalescença, e distribuição de preservativos em todos sectores. Até ao presente momento, são assistidos 27 funcionários que beneficiam do programa de cestas básicas.

Ainda no âmbito do programa de prevenção e combate ao HIV/SIDA decorreram as 2ªs jornadas de testes voluntários para os funcionários, em que 252 funcionários submeteram-se aos testes. Deste número, 146 funcionários são do sexo masculino e os restantes 106 são do sexo feminino. O índice de seroprevalência no seio dos 252 funcionários testados é de 5%.

Em 2009 pereceram 20 funcionários vítimas do HIV/SIDA, dos quais 13 da carreira tributária e 07 da carreira aduaneira. Para assegurar o direito estatuído nos artigos 258 e 263 do EGFE aos

familiares dos finados tramitaram-se 13 processos de pensão de sobrevivência e 16 de subsídio por morte.

Para reduzir as dificuldades de acesso à habitação, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Grupo Millenium-Bim, destinado ao Crédito à Habitação e Leasing com juros bonificados para os funcionários da AT, que entrou em vigor em 28 de Dezembro de 2009.

4.1.7. Aposentação de funcionários

Procedeu-se ao levantamento de funcionários com idade para aposentação em 2009, tendo-se apurado um número de 24 funcionários em condições de aposentação, nos termos do artigo 142 do E.G.F.A.E.. Deste número verificaram-se as seguintes situações:

- i. 9 funcionários foram aposentados;
- ii. 5 funcionários foram desligados aguardando a formalização da sua aposentação;
- iii. 10 funcionários a trabalhar com processos em curso.

Na projecção de funcionários por aposentar no biénio 2009/2010, foram identificados 17 funcionários, dos quais 5 da carreira aduaneira e 12 da carreira tributária. Para facilitar a tramitação do processo de aposentação e fixação das respectivas pensões, foram exortados a todos os funcionários a procederem a contagem de tempo de serviço prestado ao Estado, tendo sido tramitados 132 processos.

4.1.8. Formação

Para o período em análise, o plano de formação previu a realização de 82 cursos nas diferentes áreas (aduaneira, tributária, administração e gestão e tecnologias de informação). Contudo, tendo em conta que o Instituto de Finanças Pública e Formação Tributária (IFPFT) ainda estava em processo de instalação, o número de cursos foi reduzido para 32, dos quais foram realizados 24, tendo abrangido o total de 818 funcionários assim distribuídos:

- 7 (sete) cursos para a área técnica aduaneira, com a participação de 377 funcionários;
- 7 (sete) cursos para a área técnica tributária, com a participação de 376 funcionários;
- 3 (três) cursos para área de administração e gestão, com a participação de 44 funcionários; e
- 1 (um) curso para a área de tecnologias de informação, com a participação de 21 funcionários.

Em coordenação com outras Instituições foram realizados os seguintes cursos:

- i. Formação sobre e-tributação, que contou com a participação de 17 funcionários, cujo início foi a 03 de Agosto com a duração de 05 meses;
- ii. Formação em CISCO para os funcionários da Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação onde participaram 8 funcionários;

- iii. Formação de Fiscalização em Direito da função publica, que decorreu de 3 a 7 de Agosto no qual participou um funcionário;
- iv. Curso sobre operadores de Scanner, onde participaram 63 funcionários;
- v. Uma secretária foi formada pela AMANDI em Maputo e outras três secretárias foram formadas na Beira pela ASEMOM.

Para além dos cursos previamente programados para o período em análise, a Repartição de Formação, coordenou com o secretariado da SACD a ida de 1 funcionário a um Seminário em Gaberone ligado ao tema “Management Development Program”.

Funcionários do GCI participaram nos cursos de formação realizados no IFPFT em diversas matérias relacionadas com a actividade do Controlo Interno, nomeadamente, legislação e procedimentos das áreas aduaneiras e tributária, incluindo os pacotes informáticos TIMS, SICR, NUIT e PHC.

Vinte e dois funcionários dos diversos sectores da AT (GCI, DGSC, DAFI, DAII, DAFs e estâncias aduaneiras) participaram, juntamente com outros quadros da Função Pública, num seminário anti-corrupção organizado pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC).

Participação da AT no “*Annual Border Management Forum 2009*”, evento realizado em Joanesburgo, na RSA, em que foram abordados temas bastante relevantes e actuais para a gestão fronteiriça, tais como:

- (i) Os desafios da imigração relativa ao Mundial 2010;
- (ii) O controlo das fraudes e crimes transfronteiriços;
- (iii) A coordenação entre as agências fronteiriças e o controlo de pestes e epidemias;
- (iv) A migração ilegal; e
- (v) O uso de novas tecnologias como o ‘e-passport’/‘e-gate’ e a biometria no controlo fronteiriço de pessoas;

Participação do Seminário sobre Crimes Financeiros e Branqueamento de Capitais na África do Sul, organizado pela “The Business Zone”;

5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI

5.1. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

5.1.1 Sistemas de Comunicações

No âmbito da ampliação da abrangência geográfica e da capacidade e comunicação foi alcançado o objectivo de implementação de mecanismos tecnológicos que possibilitam o acesso a RENA a partir das Direcções das Áreas Fiscais, tendo-se conseguido disponibilizar este serviço aos seguintes locais: UGC de Maputo, DAF da Matola, DAF de Tete, DAF de Chimoio, DAF de

Mocímboa da Praia, DAF de 1º Bairro Beira, UGC da Beira, DAF de Gurué, DAF de Mocuba, DAF de Nacala, UGC de Nampula, DAF de Nampula, DAF de Pemba.

Para além destes locais, a expansão foi extensiva ao Tribunal Fiscal de Maputo, Delegações Aduaneiras de Lichinga, Cuamba, Sede das Alfândegas de Cabo Delgado, Zambézia e Pemba. Fez-se ainda Instalação de acesso a Internet no Tribunal Fiscal de Maputo e na Logística Paramilitar situada na Matola e no IFPFT em Maputo. Para todos os locais acima mencionados a ligação foi conseguida através de estabelecimento de ligações a internet via banda larga da TDM.

Foi também materializado o objectivo de aceder à RENA a partir do exterior, isto é, tornou-se possível o acesso aos e-mails internos da RENA (user@at.gov.mz) a partir de qualquer parte do mundo desde que se tenha acesso à internet. Para viabilizar o referido acesso por parte dos usuários da RENA foi produzido e publicado um manual de instruções para estes serviços.

Ainda, ao nível das comunicações, diversas acções foram levadas à cabo, desde as contínuas intervenções de manutenção das infra-estruturas de redes de comunicação da AT (RENA, Rede SICR), e a prestação de suporte aos utentes em diversos sectores, até a concretização de diversas tarefas tais como:

- i. Assistência no processo de mudança das instalações do 1º Bairro Fiscal;
- ii. Restabelecimento das comunicações na fronteira de Namaacha e Multimodal;
- iii. Conclusão da elaboração de procedimentos inerentes à execução de contrato de prestação de serviços de desenho, montagem e manutenção de cablagem, conforme o caso, pela empresa CA System;
- iv. Término do processo da expansão da RENA às Delegações Aduaneiras de Lichinga, Cuamba e Quelimane;
- v. Início do estudo dos mecanismos de interligação das redes SICR e RENA, para efeitos de partilha do acesso ao NUIT em todas Estâncias Aduaneiras.

5.1.2. Gestão do Equipamento

No tocante aos equipamentos, para além das contínuas intervenções técnicas de manutenção correctiva e preventiva em todos os sectores da sede, deu-se maior destaque às efectuadas no âmbito das visitas de gestão na Região Sul (Namaacha, Ressano Garcia, Goba, DAF's de Manhiça, Macia, Xai-xai, Chókwe, Inhambane, Vilaculos, Delegações Aduaneiras de Xai-xai, Inhambane, Vilanculos e TIAR de Vilanculos) e na região Norte (DAF de Lichinga, Serviços Provinciais de Alfandegas de Lichinga, DAF de Cuamba, Alfandegas de Cuamba e Posto Fronteiriço de Mandimba) que incidiram essencialmente na resolução de todos os problemas pontuais tais como: configuração e partilha de impressoras, actualização de antivírus, operacionalização da UPS de 3 KVA na DAF Lichinga, operacionalização do sistema TIMS nos SPA de Lichinga, recomendações diversas aos supervisores locais sobre os cuidados com os equipamentos e rigor na periodicidade das actualizações. No capítulo do apetrechamento em equipamento informático, fez-se a aquisição de impressoras de cartões de NUIT, a AT registou um crescimento, nos computadores, em 25% ou seja dos 1.267 computadores que tinha até 31/12/2008, passou a ter 1.585 computadores, representando uma redução do rácio de 3 pessoas/1 computador para 2 pessoas/1 computador.

5.1.3. Sistema TIMS

- i. Manteve-se estável em todos os sites onde esse aplicativo foi instalado, não obstante algumas anomalias reportadas na Beira, Manica, Machipanda e Nacala.
- ii. Foram instalados os sistemas TIMS-Local e TIMS-DUA na Tiro de Namaacha e na Delegação Aduaneira de Milange, o que criou condições para que estas Estâncias passassem tramitar todos os DU's, de por esta via.
- iii. Foi feita a actualização dos sistemas TIMS (Alfândegas) e PDU (Despachantes) em todo o país para acomodar o preceituado nas leis nº 6/2009 de 10 de Março (alterações à pauta aduaneira) e na 17/2009 de 10 de Setembro (código do imposto sobre consumo específico).
- iv. Terminou com sucesso a instalação do servidor de TIMS na Delegação Aduaneira de Lichinga.
- v. Foi feita a reposição do sistema TIMS em Machipanda depois de um longo período de inactividade, passando a cobrança de receita a ser por via desse sistema.

5.1.4. Sistema SICR

O projecto de manutenção evolutiva do SICR foi adoptado pela AT com vista a proporcionar ao sistema, algumas melhorias em termos de funcionalidades, para que respondesse às actuais necessidades dos utilizadores. A execução efectiva deste projecto inciou em Dezembro de 2008 com a fase de levantamento inicial dos requisitos, em função do caderno de encargos.

Este processo resultou até ao momento no seguinte:

1. Manutenção Evolutiva do ISV;
2. Introdução das funcionalidades do ISPC;
3. Gestão de Reembolsos de IVA e IR;
4. Introdução das funcionalidades no processo de relaxe, para o controle das dívidas;
5. Conformidade do Modelo 51 com o sistema e-SISTAFE.

O Contrato de Manutenção Correctiva de eventuais anomalias e implementação de pequenas alterações (Quick Wins) no SICR, prevê a disponibilização de uma bolsa de horas que vão sendo usadas à medida que aparecem pedidos de intervenção. O contrato prevê 400 horas de assistência técnica, e no seu cumprimento estão em execução os ajustes a funcionalidade do tratamento do Ficheiro electrónico M/20 H, de forma a tornar automático o recálculo do valor da capa do modelo 20.

5.1.5. Sistema NUIT

O sistema NUIT manteve-se operacional em todos locais onde está instalado, com um nível de resposta aceitável. Com a abertura do posto fixo de cobrança da Maxixe, foi aqui instalado o Sistema de atribuição de NUIT. Este sistema foi igualmente instalado no Juízo Privativo de Execuções Fiscais de Maputo, neste caso, apenas permitindo a consulta do cadastro de contribuintes.

Com vista a acelerar o processo de atribuição de NUITs, foi intensificada a divulgação do uso do mini-aplicativo NUIT que permite a partir de qualquer ponto, mesmo na ausência do sistema em online, a recolha e envio de dados para a obtenção dos NUITs. Este processo foi feito por via do correio electrónico, tendo sido bastante satisfatória a experiência com as DAFs de Angoche, Mocuba, Gurué, Montepuez, Mocimboa da praia e Cuamba, entre outras.

5.1.6. Sistema PHC

Com base neste sistema, foram desenvolvidos e implementados novos módulos, nomeadamente: i) O módulo de gestão de contratos em funcionamento a nível central com expansão para as regiões Sul, Centro e Norte prevista para o início de 2010; ii) O módulo de gestão de contentores cujo piloto foi realizado no Porto de Maputo a ser expandido proximamente para o Porto de Nacala; iii) O módulo de logística e transportes a ser implementado em todas as regiões, permitindo a gestão da frota e de toda a logística; iv) O módulo de gestão diária da receita, que está foi implementado em fase piloto, estando-se na fase do seu aperfeiçoamento e estabilização.

5.1.7. Outros Sistemas

Foram desenvolvidos outros aplicativos informáticos para dar resposta às necessidades de automação e flexibilização dos processos em alguns sectores da AT, tais como: (i) o sistema para a gestão do Armazém de leilões (*vulgo B6*), localizado no porto de Maputo; (ii) o módulo de cobrança da dívida no Juízo de Execuções Fiscais de Maputo; (iii) gestão e controlo de todo o expediente que flui na AT para os usuários do sistema SIGEX; (iv) o módulo de cálculo de juros para o sistema de reembolsos; (v) sistema de gestão de viaturas para o Terminal Internacional Rodoviário de Namaacha; e (vi) o sistema de gestão para o Service desk da AT.

5.1.8. Melhoria do uso dos Sistemas

Neste contexto, foram realizadas as actividades de treinamento e acompanhamento dos utilizadores e dos sistemas e modelos electrónicos, tendo em função da matéria, entre outras áreas, abrangido o Juízo de Execuções Fiscais de Maputo, gabinete de Controlo Interno, DAFs e UGC de Maputo, outras Estâncias Aduaneiras, Despachantes Aduaneiros e o Sector Privado, representado pela CTA, entre outros.

Ainda neste Âmbito, foram realizadas acções de expansão do sistema e treinamento de usuários dos sistemas PHC, com maior intensidade para as regiões centro e norte, onde a maioria dos utilizadores foram movimentados para outras áreas. Os módulos abrangidos foram os de Finanças, Logística, Imobilizado e Contratos.

5.2. Desenvolvimento de sistemas no âmbito do PDTI

5.2.1. E-Tributação

No âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação (PDTI), foi aprovado o Modelo Conceptual do e-tributação e realizada a formação de técnicos que irão configurar e parametrizar o aplicativo já adquirido. Actualmente encontra-se em desenvolvimento o modelo de negócio do piloto.

5.2.2. Janela Única Electrónica

No âmbito da implementação do Projecto da Janela Única Electrónica, foi decidida pelo Governo a variante de seguimento que consiste numa parceria envolvendo o Governo, a CTA e um terceiro parceiro identificado por meio de um concurso público internacional. Este concurso culminou com a selecção da SGS em parceria com a Escopil Internacional. O respectivo contrato de concessão foi assinado e homologado pelo Governo.

5.2.3. Página WEB

Foi concluído o desenho da página WEB, podendo ser acedida através do endereço www.at.gov.mz, com os seguintes conteúdos: missão, visão, valores e objectivos da AT, legislação fiscal e aduaneira, e outra informação de interesse para o público utente. Neste momento ainda decorre o carregamento de conteúdos e testes finais de interactividade com os usuários. A página permite navegabilidade através de qualquer sistema operativo *Windows, Linux, Macintosh*, dentre outros.

6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Para o ano de 2009 foi fixado o orçamento de despesa para AT no montante total de 1.971.843,93 mil meticais, dos quais 1.830.546,71 mil meticais são provenientes dos fundos internos e 141.297,22 mil meticais dos recursos externos, assim distribuído:

- a) Fundos Internos – Orçamento do Estado
 - i. Despesas com o pessoal 1.187.756,40 mil meticais;
 - ii. Bens e Serviços 397.103,85 mil meticais;
 - iii. Transferências Correntes 1.368,90 mil meticais;
 - iv. Outras Despesas Correntes 26.379,42 mil meticais;
 - v. Despesas de investimento 140.980,87 mil meticais;
 - vi. Capacitação Institucional 68.786,10 mil meticais;
 - vii. Projecto de Fronteira de Paragem Única 76.957,27 mil meticais.

- b) Fundos Externos – Fundo Comum
 - i. Outras Despesas com o pessoal 500,00 mil meticais;
 - ii. Bens e Serviços 105.050,19 mil meticais;
 - iii. Maquinaria e Equipamento 35.747,03 mil meticais.

6.1. Execução do Orçamento

Da dotação final disponível fixada em 1.830.546,71 mil meticais⁶, proveniente dos fundos internos da AT – Orçamento do Estado, foi executado o montante de 1.794.127,66 mil meticais⁷, equivalente a 98,0%, como ilustra a tabela 30. Esta realização não atingiu os 100%, influenciado fundamentalmente pelo fraco desempenho na rubrica de Transferências Correntes e atraso nos processos inerentes à implementação do Projecto de Paragem Única.

Relativamente ao orçamento de 141.297,22 mil meticais, proveniente dos Recursos Externos – Fundo Comum, no mesmo período, foi executado o montante de 65.384,45 mil meticais, equivalente a 46,3%, como ilustra, igualmente, a tabela 33. Esta realização deveu-se a fraca capacidade dos quadros das áreas beneficiárias dos projectos, tendo sido decidida e implementada a sua capacitação. Por outro lado, o desempenho foi influenciado pelo atraso dos processos inerentes à implementação do Projecto e-Tributação, tais como a aprovação do modelo de negócio e implementação do projecto-piloto, entre outros.

Tabela 33 - Balancete de execução do orçamento da despesa – 2009

Unidade: 10³ MT

Class. Econ.	Descrição	Dotação Orçamental	Dotação Final Disponível	Execução Janeiro a Dezembro	Saldo	Despesa em %	Estrutura da Despesa
FUNDOS INTERNOS - ORÇAMENTO DO ESTADO							
1	Despesas com o pessoal	1.126.247,51	1.187.756,40	1.184.837,33	2.919,07	99,8%	68,2%
120000	Bens e Serviços	418.194,19	397.103,85	388.065,74	9.038,11	97,7%	22,3%
14	Transferências correntes	1.521,00	1.368,90	258,35	1.110,55	18,9%	0,0%
16	Despesas correntes	26.183,48	26.379,42	25.455,12	924,30	96,5%	1,5%
21	Despesas Investimento	153.592,63	140.980,87	137.854,13	3.126,74	97,8%	7,9%
212000	Capacitação Institucional	70.792,63	68.786,10	68.125,62	660,48	99,0%	3,9%
212001	Meios de Transporte	36.792,63	36.792,63	29.174,22	7.618,41	79,3%	1,7%
212099	Outra Maquin. e Equipam.	34.000,00	34.000,00	29.553,48	4.446,52	86,9%	1,7%
Sub Total 1		1.725.738,81	1.753.589,44	1.736.470,67	17.118,77	99,0%	100,0%
Projecto de Fronteira de Paragem Única		100.000,00	76.957,27	57.656,99	19.300,28	74,9%	
Sub Total 2		1.825.738,81	1.830.546,71	1.794.127,66	36.419,05	98,0%	
RECURSOS EXTERNOS - FUNDO COMUM							
112000	Outras despesas c/pessoal	0,00	500,00	81,90	418,10	16,4%	0,1%
120000	Bens e Serviços	119.450,19	105.050,19	41.323,54	63.726,65	39,3%	63,2%
212000	Capacitação Institucional	21.847,03	35.747,03	23.979,01	11.768,02	67,1%	36,7%
212099	Outra Maquin. e Equipam.	21.847,03	35.747,03	23.979,01	11.768,02	67,1%	36,7%
Soma		141.297,22	141.297,22	65.384,45	75.912,77	46,3%	100,0%
Total Geral		1.967.036,03	1.971.843,93	1.859.512,11	112.331,82	94,3%	

Fonte: DGSC-DF

Combinando as duas dotações, recursos internos e externos, temos um total de 1.971.843,93 mil meticais, do montante de dotação disponível, do qual foi executado o montante de 1.859.512,11 mil meticais, durante o período em análise, correspondentes a 94,3% da dotação total, como ilustram a tabela 33 e gráficos 45 e 46 a seguir.

⁶ Inclui 76.957,27 mil meticais, do Projecto de Fronteira de Paragem Única

⁷ Inclui 57.656,99 mil meticais, do Projecto de Fronteira de Paragem Única

Gráfico 45 – Execução Orçamental Total

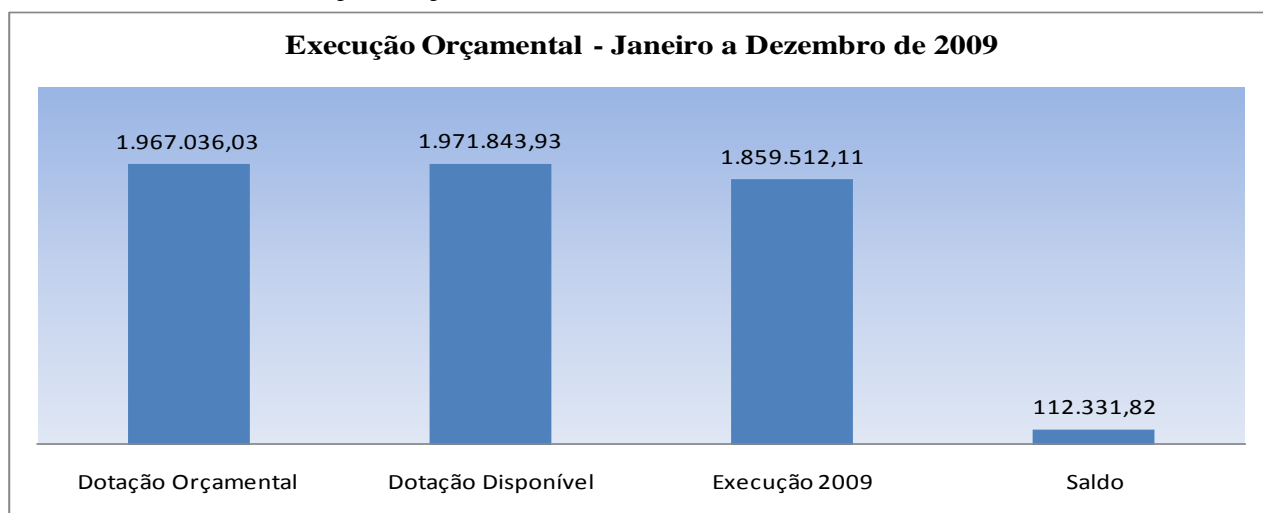
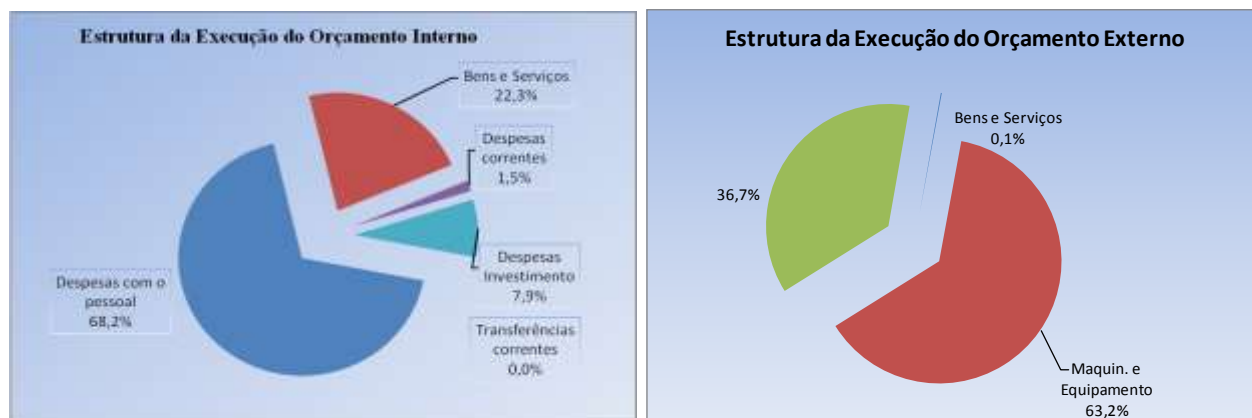


Gráfico 46 – Execução do Orçamento: recursos internos e externos



6.1.1. Salários e Remunerações

As despesas com o pessoal, durante o período, situaram-se na ordem de 99,8% em relação a dotação disponível, correspondendo a um montante de 1.184.837,33 mil metcais, incluindo o décimo terceiro vencimento referente ao exercício económico de 2008.

No mês de Junho deu-se início à implementação do pagamento de salários por via directa (e-CAF) em cumprimento das orientações da Direcção Nacional da Contabilidade Pública. Devido a constrangimentos gerados pela incompatibilidade do sistema de pagamento da AT e da UTRAFE, este sistema de pagamento foi interrompido para os ajustamentos técnicos necessários.

A execução da rubrica Outras despesas com o pessoal, por via do Fundo Comum, situou-se em 16,4%, correspondentes a 418,10 mil metcais. Este valor foi utilizado para o pagamento de despesas de deslocação com os formadores na divulgação do ICE, de modo a facilitar a sua

implementação, esperando-se como resultado a melhoria da cobrança de receitas resultante deste imposto.

6.1.2. Bens e Serviços

O nível de execução nesta rubrica situou-se em 97,7%, correspondente ao montante de 388.065,74 mil meticais, tendo se situado abaixo de 100% dos recursos disponibilizados do tesouro e consignadas. No que respeita aos recursos provenientes do Fundo Comum, a execução situou-se em 39,3%, correspondentes a 41.323,54 mil meticais, devido a fraca realização de projectos previstos para financiamento.

6.1.3. Outras Despesas Correntes

A execução na rubrica Outras Despesas Correntes esteve na ordem de 96,5% da dotação disponível de 26.379,42 mil meticais, o que equivale a 25.455,12 mil meticais.

6.1.4. Despesas de Investimento

A rubrica de investimento proveniente de fundos internos, foi executada em 97,8%, correspondente ao montante de 137.854,13 mil meticais da dotação disponível, deixando um saldo no montante de 3.126,74 mil meticais.

O nível de execução dos recursos dos fundos externos foi influenciado pelo atraso no arranque das actividades do Projecto e-Tributação, cujo montante permaneceu cativo, estando em o processo de preparação dos procedimentos.

6.1.5. Execução do Orçamento da Fronteira de paragem única

Relativamente a este Projecto, foi executado durante o período em análise um montante total de 57.656,99 mil meticais, equivalente a 74,9% do total disponível. Deste valor, 98,75 mil meticais MT são correspondentes a outras despesas com o pessoal, nomeadamente despesas de deslocação inerentes ao processo para o estabelecimento da Fronteira de Paragem Única e 13.000,83 mil meticais correspondem a despesas com bens e serviços, 34.361,34 mil meticais nas construções e 10.196,06 mil meticais na rubrica máquinas e equipamento. O saldo remanescente correspondente a 25,1% num montante de 19.300,28 mil meticais, devido ao curso dos processos relativos à implementação do projecto.

6.1.6. Impacto da utilização dos recursos do Fundo Comum no incremento das reformas

Com base nos recursos do Fundo Comum, no período de Janeiro a Dezembro, a AT desenvolveu as seguintes actividades: *(i) promoção da educação fiscal e informação ao contribuinte, (ii) aquisição de equipamento informático e rádios de comunicação e (iii) manutenção correctiva do SICR.* Neste âmbito, foram produzidas brochuras, cartazes e panfletos, contendo informação sobre os impostos, procedimentos a eles inerentes e realizados seminários e palestras junto dos potenciais contribuintes, que permitiram disseminar a informação e sensibilizar o cidadão para a importância

social e económica dos impostos, divulgar e popularizar o imposto, criando condições para o alargamento da base tributária, o que contribuiu para o registo de 188.215 novos contribuintes, em particular o engajamento de 9.040 novos contribuintes para o ISPC ora introduzido.

Melhoria dos processo de cobrança de receita, tendo como resultado a redução do tempo de atendimento aos contribuintes, devido a automação dos sistemas com a aquisição e ou reposição dos equipamentos em todos os sectores da AT, com especial destaque para a Direcção de Área Fiscal de Manhiça e Milange, equipados recursos ao Fundo Comum;

Troca de informações operacionais e de inteligência em tempo útil, a nível horizontal e vertical, usando os sistemas de rádios e comunicação, o que contribuiu para a prevenção e detecção de actos ilícitos e maior celeridade na tramitação dos processos.

Garantia das funcionalidades dos sistemas NUIT, TIMS, SICR, assegurando o normal funcionamento da aplicação e da base de dados, contribuindo para a melhoria qualitativa do funcionamento das Estâncias Aduaneiras e das DAFs em termos de tempos de sincronização dos dados, passando a ser diária, ao invés da semanal.

7. PLANEAMENTO E ESTUDOS

7.1. Planeamento

Sistema de Informação para a Gestão – SIG

Com vista ao fortalecimento da gestão institucional, foi aprovada e implementada a **Ordem de Serviço 001/AT/GPAT/2009**, sobre o **Sistema de Informação para Gestão – SIG**, que estabelece os modelos a serem seguidos, na elaboração dos relatórios periódicos, com o objectivo de fornecer aos gestores a todos os níveis, uma ferramenta necessária para a planificação, execução e controlo das suas actividades. A implementação desta O.S. conheceu alguns constrangimentos pela falta da observância dos prazos estabelecidos, situação a ser corrigida em 2010 com o envolvimento intensivo de todos os sectores.

Planificação das actividades da AT

Foi revisto o Plano Tático 2009, tendo resultado na sua actualização, reflectindo as actividades estratégicas e orçamento para 2010. Para a implementação deste plano, foram orientados todos os sectores na elaboração dos planos operacionais virados para o cumprimento das actividades estratégicas relativas a cada sector. Estes planos encerram em si os indicadores de desempenho que permitem monitorar a sua eficácia e o alcance dos resultados dentro dos prazos estabelecidos.

O ciclo de planificação na AT contou com a assistência técnica do Departamento do Tesouro Americano, com envolvimento de consultores em missões de curta duração.

7.2. Estudos fiscais e aduaneiros

Da necessidade de introdução de medidas para a simplificação e actualização do sistema tributário, em particular, a legislação, os procedimentos e os modelos inerentes, foram elaborados os seguintes estudos:

- i) Contributos da Política Tributária para a Revolução Verde, com o objectivo de identificar que medidas de política fiscal e aduaneira devem ser implementadas ou que estão a ser implementadas pelo Governo na promoção e incremento da revolução verde, para a sua divulgação junto dos beneficiários e demais interessados. Este estudo foi aprovado pelo CST, estando em processo de envio ao Conselho Consultivo do Ministro para as demais demarches subsequentes;
- ii) Avaliação da pertinência da vigência do Imposto De Reconstrução Nacional (IRN) face a existência do Imposto Predial Autárquico (IPA) e do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), como o objectivo de avaliar a sua pertinência face aos constrangimentos que se verificam na sua aplicação e gestão devido a existência do IPA e ISPC recentemente introduzido. Este estudo foi concluído estando a ser apreciado pelo CST, para posterior harmonização com as áreas relevantes;
- iii) Estudo sobre Receitas Próprias e Consignadas, que tem como objectivo clarificar o conceito de receitas próprias, fazer o seu diagnóstico, definir os fundamentos da sua existência e os procedimentos para a sua correcta classificação e recolha à CUT. O estudo está ainda numa fase embrionária, estando a decorrer consultas com os sectores relevantes e trabalhos de campo, que incluíram a sistematização da legislação existente sobre a matéria;
- iv) Estudo sobre Arrendamento de Imóveis - caso Cidade de Maputo, com o objectivo de identificar as estratégias para a maximização da captação de receitas resultantes do arrendamento de imóveis, efectuado por pessoas singulares e astimar o número de imóveis arrendados por pessoas singulares. Este estudo encontra-se finalizado, devendo ser submetido a aprovação do CST;
- v) Estudo sobre o impacto da introdução das NIRFs nas receitas do Estado, com o objectivo de avaliar o seu impacto. Este estudo foi finalizado, tendo concluído haveria um impacto positivo líquido de geração de receitas no valor de 249,52 milhões de MT, um impacto equivalentes a 0,09% do PIB em 2010.

8. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

No âmbito da reforma legislativa, foram elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes, propostas de diversos diplomas legais com destaque para os seguintes:

- i. Lei nº 6/2009, de 10 de Março, que aprova o novo texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções, garantindo a liberalização de 85% do tipo de mercadorias importadas da região (posições pautais), no âmbito da implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, bem como a liberalização (taxa aduaneira zero) de cerca de 70% do tipo de mercadorias importadas da União Europeia, no âmbito da implementação do Acordo de Parceria Económica (APE's) e procedendo a um significativo aumento do valor da franquias dos viajantes, passando dos então vigentes USD 50,00 (1.250,00 MT) para 5.000,00 MT. Esta

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

Lei passa para 0%, a taxa aplicável aos fertilizantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas e outros insumos agrícolas, bem como às ferramentas e máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalhos do solo ou para cultura, medida adoptada no âmbito da criação de um melhor ambiente fiscal para a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos.

- ii. Lei n.º 17/2009, de 10 de Setembro, que aprova o Código do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE), que adequa o sistema de tributação vigente, às práticas internacionais regionais, uma vez que Moçambique é parte integrante da SADC. Adicionalmente, procedeu à redução da lista de bens sujeitos ao imposto, expurgando da sua incidência: a) Os veículos automóveis de passageiros, de cilindrada não superior a 1.000 cm³, tendo a taxa passado de 15% para 0%; b) As motocicletas, incluindo os ciclomotores, de cilindrada até 250 cm³, cuja taxa de 15% para 0%. A exclusão da tributação destes bens tem como razão motivar a aquisição dos mesmos, a preços económicos e acessíveis, atendendo aos fins a que se destinam, enquanto se encoraja, paralelamente, uma política de produção doméstica, de substituição.
- iii. Lei n.º 19/2009, de 10 de Setembro, que altera os artigos 4, 6, 8, 11 e 16 da Lei n.º 1/2006, de 22 de Março que cria a Autoridade Tributária de Moçambique, conferindo a natureza paramilitar às Alfândegas e redefinindo as atribuições da AT no que respeita a execução da função de fiscalização e controlo aduaneiro.
- iv. Lei n.º 20/2009, de 10 de Setembro, que altera o Código Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, para acomodar a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs). A aprovação desta lei visava responder à necessidade urgente de, com a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs), alterar alguns preceitos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRPC) relacionados com a abrangência dos custos aceites fiscalmente;
- v. Decreto n.º 14/2009, 14 de Abril, que aprova o Regulamento do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes, com o objectivo de regulamentar Lei n.º 5/2009, de 12 de Janeiro, e estabelecer os procedimentos necessários para a cobrança deste imposto;
- vi. Decreto n.º 34/2009, 6 de Julho, que aprova as Regras Gerais do Desembaraço Aduaneiro de Mercadorias, que veio adoptar normas complementares e procedimentos necessários à operacionalização da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares, garantindo maior celeridade no desembaraço aduaneiro e proporcionando aos agentes económicos facilidades e mecanismos simplificados, mediante a introdução da figura de Operador Económico Autorizado;
- vii. Decreto n.º 56/2009, 7 de Outubro, que aprova o Regulamento do Código dos Benefícios Fiscais, com vista a regulamentar a Lei n.º 4/2009, de 12 de Janeiro, estabelecendo a forma e os procedimentos necessários à operacionalização do gozo dos benefícios fiscais, previstos no Código;

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

- viii. Decreto n.º 68/2009, de 11 de Dezembro, que altera o artigo 5 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto n.º 9/2008, de 16 de Abril;
- ix. Decreto n.º 69/2009, de 11 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Código do Imposto sobre Consumos Específicos, com vista a regulamentar a Lei n.º 17/2009, de 10 de Setembro, e estabelecer os procedimentos necessários para a cobrança deste imposto;
- x. Decreto n.º 70/2009, de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial;
- xi. Decreto n.º 74/2009, de 15 de Dezembro, que cria a Taxa de Segurança Aeroportuária e aprova o respectivo Regulamento de Cobrança. A taxa constitui uma contraprestação pelos serviços prestados para a segurança de passageiros e carga da aviação civil, sendo aplicada por cada bilhete ou título emitido para o passageiro embarcado em todos os aeroportos e aeródromos do País, bem como, por cada quilograma de carga despachada nos voos domésticos e de carga despachada e recebida nos voos internacionais, em todos os aeroportos e aeródromos do País.
- xii. Decreto n.º 75/2009, de 15 de Dezembro, que altera os artigos 1 e 2, alínea b) do artigo 3 e o artigo 4 do Decreto n.º 10/2006, de 5 de Abril, referente ao Sistema de Inspecção Não Intrusiva de Mercadorias, Meios de Transportes, Bagagens e Pessoas, vulgo *scanners*, visando a adequação de alguns dos seus dispositivos à realidade actual;
- xiii. Diploma Ministerial n.º 269/2009, de 29 de Dezembro, que aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2010.
- xiv. Despacho do Ministro das Finanças, de 11 de Agosto de 2009, relativo aos procedimentos a observar no processo de cobrança das rendas dos imóveis geridos pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).
- xv. Despacho que aprova os modelos de impressos de Benefícios Fiscais (em fase de publicação).

Foram ainda elaboradas propostas de outros dispositivos legais e que aguardam a aprovação, nomeadamente: proposta do Código do Processo Tributário e do Processo Penal Tributário; revisão do Estatuto Orgânico da AT; proposta de Lei que aprova a Sobretaxa de Valorização da Madeira, já harmonizada com as entidades relevantes; proposta de Estatutos dos Despachantes aduaneiros.

No âmbito do processo de transição e implementação das NIRFs no sector empresarial em Moçambique, foram, em Janeiro de 2009, apresentadas as propostas do PGC – NIRF e a de alteração do Código IRPC, tendo este último dispositivo legal sido aprovado pela Assembleia da República, em 07/05/09. Para além destes documentos, foram ainda realizadas as seguintes acções:

- i. Um seminário, no dia 05 de Junho de 2009, sobre as NIRF's aplicáveis ao sector empresarial, destinado aos Quadros Sêniores da AT;
- ii. Várias sessões de debate, que culminaram com a recolha de contribuições para o enriquecimento do PGC-NIRF's;
- iii. Uma sessão de apresentação pública do pacote legislativo, para a implementação das NIRF, aplicáveis ao sector empresarial em Moçambique, a 20 de Novembro;
- iv. Formação dirigida aos técnicos da DGI, em NIRF's aplicáveis ao sector empresarial, realizada no IFPTF, no segundo semestre de 2009.

9. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL

9.1. Integração Regional

No âmbito da implementação do Protocolo Comercial da SADC e tendo em vista o fortalecimento da Zona de Livre Comércio e a preparação da entrada em vigor da União Aduaneira, a AT participou nos grupos de trabalho da SADC, com destaque para (i) a conclusão do Código Aduaneiro da SADC, que integra as melhores práticas regionais e internacionais, como sejam os Códigos Aduaneiros da COMESA e da Comunidade da África Oriental (EAC), o Código Aduaneiro da UE e a Convenção de Kyoto revista; e (ii) reuniões técnicas sobre o Trânsito Aduaneiro Regional para a identificação dos constrangimentos e soluções para a implementação do sistema de garantias de trânsito aduaneiro, tendo sido feito o diagnóstico para a sua implementação nas regiões centro e sul do País; (iii) realização de estudo para a introdução de um Certificado de Origem Simplificado, que beneficie os pequenos importadores e (iv) harmonização e monitoria das medidas para a eliminação das Barreiras Não Tarifárias, envolvendo o sector privado, tendo sido elaborada a competente matriz. Foi lançado pela SADC um *site* regional para a monitoria das BNT, entre outros.

No processo do acompanhamento da implementação da ZCL foram produzidos relatórios periódicos dos impactos resultantes do uso das preferências, tendo-se verificado que havia fraca aderência por parte de alguns operadores, o que ditou a realização de campanhas de sensibilização em todos os sectores, incluindo o sector informal. Estas campanhas resultaram no aumento dos certificados de origem recebidos.

A tabela 34, indica uma incidência de cerca de 31,7% do uso de preferência, sendo que, durante o ano de 2009, Moçambique importou dos países da SADC mercadorias no valor de 29.239,19 milhões de MT, deste valor, 9.277,94 milhões de MT é que beneficiaram do tratamento preferencial, mediante a apresentação de Certificados de Origem da SADC.

Tabela 34 – Certificados de Origem – Quantidades e Valores

Unidade: 10⁶ MT

Origem	CIF SADC	CIF Preferencial	Peso CIF Preferencial	% Uso Preferência
África do Sul	27.104,23	8.702,92	93,8%	32,1%
Outros Países da SADC	2.134,96	575,03	6,2%	26,9%
Total	29.239,19	9.277,94	100,0%	31,7%

Fonte: DIR-GPECI

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

O valor total de direitos aduaneiros e do IVA sobre o comércio externo, que o país deixou de colectar durante o ano de 2009, como resultado da implementação do Protocolo Comercial da SADC foi de 978,01 milhões de MT, sendo 834,78 milhões de MT em direitos aduaneiros e 143,23 milhões de MT em IVA, conforme a tabela 35 que se segue.

Tabela 35 – Impacto/Despesa Fiscal

Unidade: 10⁶ MT

Mês	Direitos colectados (a)	Direitos preferenciais (b)	IVA colectado	IVA preferencial (c)	Impacto Fiscal (b+c)
Janeiro	258,90	30,27	537,49	5,07	35,34
Fevereiro	315,99	40,34	594,80	6,82	47,16
Março	259,12	52,93	537,07	8,81	61,74
Abril	357,63	54,87	738,80	9,27	64,14
Mai	283,01	67,33	677,56	11,34	78,67
Junho	315,99	67,01	594,80	11,31	78,32
Julho	329,79	84,14	892,44	14,38	98,53
Agosto	267,90	86,46	819,55	14,71	101,18
Setembro	354,25	93,27	868,58	15,85	109,12
Outubro	380,13	102,22	926,61	18,06	120,29
Novembro	501,41	129,27	1.186,84	22,78	152,05
Dezembro	476,66	26,66	992,70	4,83	31,49
Total	4.100,77	834,78	9.367,23	143,23	978,01

Fonte: DIR-GPECI

A tabela 36 e o gráfico 47 a seguir, ilustram o impacto do uso das preferências da SADC nas receitas fiscais e no PIB.

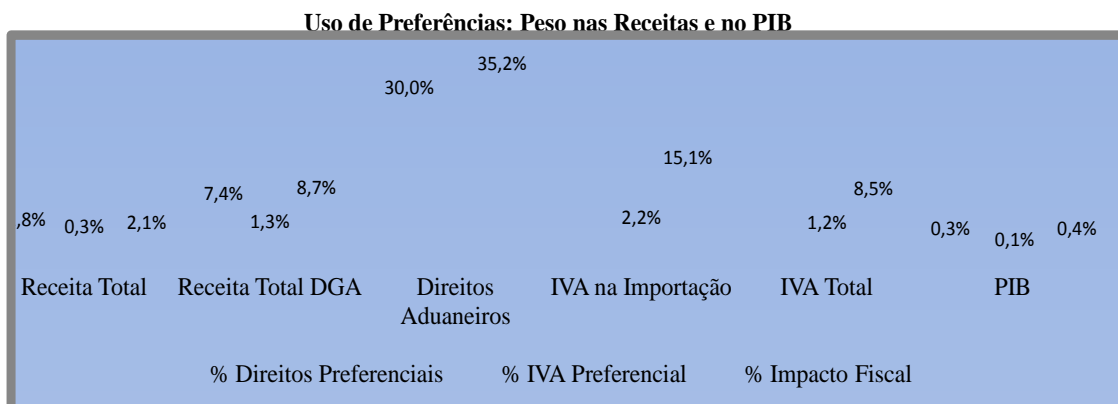
Tabela 36 – Impacto/Despesa Fiscal – pesos nas receitas e no PIB

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	% Direitos Preferenciais	% IVA Preferencial	% Impacto Fiscal
Receita Total	47.401,46	1,76%	0,30%	2,06%
Receita Total DGA	11.247,48	7,42%	1,27%	8,70%
Direitos Aduaneiros	2.779,63	30,03%		35,18%
IVA na Importação	6.498,36		2,20%	15,05%
IVA Total	11.547,44		1,24%	8,47%
PIB	266.572,00	0,31%	0,05%	0,37%

Fonte: DPE-GPECI

Gráfico 47 – Pesos, uso das preferências nas receitas



9.2. Cooperação Bilateral

No âmbito do desenvolvimento de relações com o universo de nações do mundo, foram desenvolvidas acções de alargar e estreitar relações com diversos países, através das organizações homólogas da AT, das quais se destacam as seguintes acções:

- i. Acordo sobre de Cooperação e Assistência Mútua administrativa entre República de Moçambique e de Angola na área Aduaneira, sobre o qual foi realizada a primeira ronda de negociação de 16 a 19 de Setembro de 2008, sendo que a proposta de Acordo foi submetida a consideração do Exmo. Senhor Presidente da AT, no dia 21 de Maio de 2009.
- ii. Acordo entre AT e a Receita Federal do Brasil sobre Cooperação e assistência Mútua Administrativa na área Aduaneira, sendo que a 5 de Maio de 2009, o Brasil apresentou uma proposta de Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua Administrativa com Moçambique na área aduaneira. Ainda com o este país, foi apresentada uma proposta de Memorando de Entendimento entre AT e Escola Fazendária do Brasil, sobre cooperação técnica e formação do pessoal na área tributária, tendo já sido analisado e submetido à consideração do Exmo. Senhor PAT a 22 de Maio de 2009;
- iii. Memorando de Entendimento sobre Cooperação aduaneira e assistência mútua entre AT e Autoridade malawiana de Receitas, sobre o qual foi realizada uma reunião técnica a nível da AT em Fevereiro de 2009, tendo sido discutido e melhorado o texto a ser proposto ao Malawi, que se encontra na fase tradução para a língua Inglesa;
- iv. Memorando de Entendimento assinado entre o Governo de Moçambique e Portugal na área de Finanças Públicas No âmbito das relações de cooperação entre a República de Moçambique e a República Portuguesa, assinado a 01 de Julho de 2008, versando sobre Cooperação e Assistência Técnica entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal e o Ministério das Finanças de Moçambique. Nesta sequência e com vista a materialização dos objectivos descritos no referido Memorando, deslocou-se a Moçambique durante o mês de Abril do presente, uma Missão técnica composta por especialistas do Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal, que

- trabalhou com AT no esboço do programa de trabalho para os próximos dois anos, 2010 e 2011;
- v. Acordo para Prevenção e Combate a Dupla Tributação e Evasão Fiscal entre Moçambique e Botswana assinado em Cape Town, a 27 de Fevereiro de 2009;
 - vi. Conclusão das negociações com a Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SECO) e assinatura do respectivo Acordo Bilateral, como instrumento de adesão ao Fundo Comum da Autoridade Tributária, processo que culminou com o desembolso no dia 16 de Novembro de 2009 do valor de 1.400.000,00 Francos Suíços, correspondente a 38.122.000,00MT.

9.3. Cooperação Multilateral

- i. Participação em Negociações dos Acordos de Parceria Económica entre o Grupo SADC/EPAs e a União Europeia, na sequência das quais, a AT participou em diversas rondas negociais, entre Fevereiro e Maio de 2009, que culminaram com a assinatura do APE Interino por quatro países do grupo SADC/EPAs, Botswana, Lesotho, Moçambique e Swazilândia, sendo que África do Sul, Angola e Namíbia, preferiram continuar o processo negocial em direcção ao Acordo Final;
- ii. Participação na Conferência de Lançamento do Fórum Africano de Administrações Fiscais (ATAF), de 18 a 20 de Novembro de 2009, cuja missão principal é apoiar e incentivar parcerias entre as Administrações Fiscais de África tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e capacidades visando a melhoria de colecta de receitas vis a vis a criação da sustentabilidade económica e financeira dos Países Africanos.

9.4. Mobilização de Recursos Financeiros

No âmbito dos esforços para a mobilização dos recursos financeiros com vista ao financiamento dos projectos de reforma da AT, foram garantidos os seguintes financiamentos:

- i) A nível do Fundo Comum, 38.596,64 mil meticais do Reino Unido, através do DFID; 74.673,94 mil meticais da Alemanha por intermédio da KFW e 36.813,35 mil meticais da Suíça, através da SECO, totalizando 150.083,93 mil meticais, que somados ao saldo de 2008 totalizaram 151.791,48 mil meticais;
- ii) Outros financiamentos, 858.500 Euros da União Europeia, através da UNIDO, para financiamento de acções de facilitação de comércio.

Ainda na mobilização de fundos, foram asseguradas promessas de financiamento junto de outras instituições tais como: o Banco Mundial, no valor de 3.500.000 USD para a implementação de medidas decorrentes do Projecto da JUE, no âmbito do projecto de Apoio ao Sector Privado; UTRESP, no valor de 200.000 USD, no âmbito da reforma do Sector Público para a melhoria do atendimento do público.

10. ACÇÕES NO ÂMBITO DO CONTROLO INTERNO

10.1. Inspecções e Auditorias Internas

Foram realizadas as seguintes acções:

- (i) Monitoramento das recomendações deixadas pelas brigadas no decurso dos trabalhos de inspecção realizados nas DAF's e estâncias das regiões Sul, Centro e Norte durante o exercício de 2008;
- (ii) Realização de balanço de transição nas estâncias aduaneiras e DAF's, a seguir indicadas: Delegações Aduaneiras de Ressano Garcia e Namaacha; Posto Fiscal de Goba; TIAR, TIMAR, TIROFER, TIAUTO I, II e III e DAF's da Josina Machel, Xai- Xai, Inhambane, 1º Bairro da Beira, 2º Bairro da Manga e UGC de Nampula, DAFs de Angoche, Montepuez e Mocímbo da Praia;
- (iii) Realização de inspecções e auditorias nos seguintes locais: (a) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Niassa* (DAF de Lichinga, DAF de Cuamba, Delegação Aduaneira de Lichinga, Sub-Delegação Aduaneira de Cuamba, Delegação Aduaneira de Entre-Lagos e Posto Fiscal de Mandimba); (b) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Nampula* (UGC de Nampula, DAF de Nampula, DAF de Angoche, Alfândega e Tesouraria de Nacala Serviços Provinciais das Alfândegas de Nampula), (c) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Cabo Delgado* (Direcções de Áreas Fiscais de Mocímbo da Praia, Montepuez e Pemba; Postos Fiscais de Namoto, Quionga, Palma, Namatil, N'Gapa e Nangade, Delegação Aduaneira de Mocímbo da Praia e Serviços Provinciais das Alfândegas); (d) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Sofala*, (UGC da Beira, 1º Bairro da Beira, DAF da Manga, Alfândega da Beira (Casa de Despacho), Serviços Comuns e TIMAR) (e) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Manica* (DAF de Chimoio, Serviços Provinciais das Alfândegas de Manica, Delegação Aduaneira de Machipanda), (f) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província da Zambézia*, (Sede das Alfândegas de Quelimane; DAFs de Gurué, Mocuba e Delegação Aduaneira de Milange); (g) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Tete*, (DAF de Tete, Serviços Provinciais das Alfândegas de Tete e Delegações Aduaneiras de Zobwé, Cuchamano e Calomué); (h) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Inhambane*, (DAF's de Inhambane, Vilanculos, Quissico, Delegação Aduaneira de Inhambane e Posto Fiscal de Vilanculos); (i) *DAF's e Estâncias Aduaneiras da Província de Gaza*, (DAFs de Xai-Xai, de Chokwé, Chibuto; Sede da Alfândega de Xai-Xai, Postos Fiscais de Chicualacuala, Gyriondo e Páfuri); (j) *DAF e Estâncias Aduaneiras da Província de Maputo* (DAF da Manhiça, e Ressano-Garcia); (k) *DAF e Estâncias Aduaneiras da Cidade de Maputo*, (DAF's do 2º Bairro Fiscal de Maputo, Juízo das Execuções Fiscais de Maputo e Timar); (l) *Estâncias Aduaneiras e Portos*: (Aeroporto da Beira, Tesouraria da Alfândega da Beira, Posto Fiscal do Inchope, e os Portos de Nacala); e (m) Deslocação aos Distritos de Angoche, Moma e Mogincual em resposta à solicitação feita pelo Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Nampula, no âmbito das denúncias feitas aos órgãos de comunicação social, a respeito do mau funcionamento da DAF de Angoche e cobranças ilícitas feitas pelos funcionários desta;

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2009 e Perspectivas de Acções para 2010

- (iv) Realização dos trabalhos de monitoria dos novos procedimentos de transferência de receitas para as DAF's, no TIMAR, TIRO e Posto Fiscal da Mozal;
- (v) Realização de um trabalho conjunto DGA/DRS/GCI na empresa "Kawena" visando o apuramento da dívida daquela empresa, a concepção de procedimentos actualizados e a revisão da legislação (Despacho do Ministro do Plano e Finanças de 23 de Fevereiro de 1998);
- (vi) Levantamento dos comprovativos do pagamento faseado da dívida da 'Kangela' no âmbito do memorando de entendimento havido entre esta empresa e a Alfândega;
- (vii) Inspecção à Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicações com o objectivo de: (a) avaliar operações referentes ao controlo de desempenho; (b) verificar a eficiência e eficácia dos controlos de gestão das actividades (perfis de risco e de gestão); (c) avaliar a operacionalidade dos sistemas informáticos instalados e em uso na AT; (d) produzir a lista de prioridades para a resolução de pontos críticos do exercício de 2009; (e) transmitir os principais aspectos ligados ao controlo interno, constatados aquando das fiscalizações efectuadas em alguns serviços provinciais; e (f) recolha de informação para futuras auditorias.
- (viii) A inspecção administrativa, visando garantir acções permanentes de fiscalização e controlo do cumprimento da legislação laboral, realizou as seguintes actividades: (a) criação das normas e instrumentos de trabalho; (b) estudo da legislação vigente sobre a matéria; (c) contactos com a Inspecção-geral da Administração do Estado, e com a IGF, visando colher experiências, directrizes e apoios; (d) concepção do modelo de estrutura e instrumentos de trabalho necessários para a IAAT, de acordo com as especificidades do sector; (e) elaboração das normas de funcionamento e instrumentos de trabalho nomeadamente, o Regulamento de Controlo Interno e o Guião das Inspecções Administrativas; (f) disseminação dos referidos instrumentos legais de trabalho junto dos dirigentes, gestores, técnicos e funcionários em geral, no intuito de recolher mais subsídios; (g) localização de instalações para acomodação da Inspecção Administrativa

Em todas as unidades orgânicas inspeccionadas e ou auditadas constatou-se a prevalência de irregularidades no que concerne fundamentalmente aos aspectos procedimentais, que concorrem para a ineficiência que ainda se verifica em alguns sectores embora, de um modo geral se reconheçam algumas melhorias.

10.2. Apoio para a elevação dos níveis de cobrança de receitas

- (i) Quanto às acções de apoio às áreas operacionais com vista à elevação dos níveis de arrecadação de receitas, foram realizadas visitas de monitoramento das recomendações deixadas aquando das visitas de inspecção e auditoria ao TIRO e ao Posto Fiscal de Mozal, realizadas em 2008, sendo de realçar a omissão, durante a transição da gestão do TIRO, da cobrança de 12,52 milhões de MT, remanescentes dos 34,92 milhões de MT, de direitos e demais imposições aduaneiras apuradas em 2008;
- (ii) De igual modo, as dívidas apuradas no Posto Fiscal da Mozal, resultantes de DU's Pendentes, na importância de 13,46 milhões de MT, ainda não foram regularizados, por se aguardar pela resposta da Alfândega de Maputo, para onde foi enviada a respectiva informação;

- (iii) Em Nacala, na sequência das notificações feitas aos respectivos importadores, para liquidação das importâncias apuradas por subfacturação na importação de viaturas foi cobrado o valor de 0,63 milhões de MT;
- (iv) No âmbito da verificação dos processos de contencioso tributário, a intervenção dos técnicos do GCI permitiu que fossem notificados 15 (quinze) contribuintes para efectuarem o pagamento da importância total de 106,00 milhões de MT, de impostos e multas.

10.3. Inteligência Tributária

- (vi) O sector de inteligência tributária tem por atribuição a gestão de risco à nível da AT. Assim, no ano de 2009 iniciou a criação de bases de dados com vista a prevenção e mitigação de riscos de não cumprimento de metas (atribuição de NUIT's e receita), garantia do controle do património da AT, permitir o acompanhamento do funcionamento dos principais sistemas informáticos da AT (SICR, TIMS e NUIT). Estes trabalhos que decorrem em paralelo com o desenvolvimento de um modelo de análise e gestão do risco farão parte deste modelo. Esta informação tem servido também para potenciar as equipas de Inspeção e Auditorias em informação que permita cruzamentos com os dados que encontram em diversos objectivos da AT;
- (vii) No que se refere aos dados do NUIT, os dados compilados mostram, que a execução ficou abaixo das metas em muitas DAF's, apesar da introdução do ISPC, que permitiu a entrada para o sistema de muitos sujeitos passivos. O baixo nível de realização, pode ter sido originado pelo critério usado na atribuição de metas que se baseou na população economicamente activa, que pode não estar distribuída como mostram as estatísticas e por esta razão algumas províncias estejam a ser prejudicadas pelo critério. Por outro lado, em relação aos singulares, algumas DAF's chegaram ao final do ano com um saldo de declarações por processar, devido ao facto de apesar do investimento feito na compra de servidores o sistema NUIT ter voltado aos problemas de lentidão. É provável que isto tenha a ver com o facto de em muitas DAF's os utilizadores activarem em simultâneo muitas sessões de trabalho, situação que pode ser melhorada com o acompanhamento eficaz dos utilizadores. Os colectivos continuam a superar a meta;
- (viii) O sector de inteligência iniciou a criação do aplicativo informático para a gestão de recomendações das auditorias (SIGER) em parceria com a DTIC, encontrando-se em fase de testes. Uma das razões que levou ao desenvolvimento deste aplicativo, foi por ter se notado uma grande fragilidade de controlo de elevado número de recomendações deixadas pelas equipas de Inspeção e Auditoria nos Locais e constantes dos relatórios. Espera-se que esta facilite o controlo;
- (ix) Foi também elaborado um fluxograma de procedimentos de logística para permitir fácil cruzamento de dados da Logística, Finanças e UGEA, de forma a identificar possíveis desvios de aplicação da Lei;
- (x) No que concerne ao apoio aos projectos de manutenção evolutiva e correctiva do SICR, o GCI tem feito o devido acompanhamento. No entanto, muitos dos pacotes já desenvolvidos ainda se encontram em teste e o projecto tem observado várias paragens devido a problemas administrativos.

11. PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE A CORRUPÇÃO

11.1. Irregularidades do Pessoal e Anti-corrupção

- (i) No âmbito da prevenção, foi concluída a tradução do Código para a língua inglesa e iniciada a sua distribuição via internet em formato PDF em Português e Inglês, estando já disponível no site da AT e tendo já sido estabelecidos contactos para que o mesmo documento seja acessível a partir dos sites da OMA, CIP, ACIS e Sal & Caldeira;
- (ii) Foi concluída a reprodução gráfica do Código de Conduta (apenas na versão portuguesa) e realizada a sua distribuição por quase todos os sectores da AT, num total de 3.150 exemplares;
- (iii) Ao longo do ano, foram realizadas 45 sessões de divulgação do código de conduta aos funcionários da AT, sendo 10 a nível central (Direcções Gerais), 14 na Região Sul, 16 na Região Centro e 5 na Região Norte, abrangendo as áreas aduaneiras (Delegações e Fronteiras), tributária (DAF's e UGC's) e administrativa (Direcções Gerais), tendo contado com a participação de 950 funcionários. Paralelamente, foram ainda realizados em vários sectores da AT, *workshops* sobre responsabilidade disciplinar;
- (iv) Com o objectivo de desenhar os ToRs e monitorar a realização do diagnóstico dos níveis de corrupção na AT, foi constituída uma equipa de trabalho (GCI, GPECI e DGSC) e foram realizados encontros de auscultação para colher subsídios com vista à elaboração dos ToRs do diagnóstico com diversas entidades colectivas e singulares. Como corolário desta breve auscultação, o Conselho Superior Tributário da AT, optou, de entre os 4 cenários possíveis, pelo que permite que a AT (i) inclua na pesquisa nacional sobre a corrupção a realizar-se ainda este ano um módulo específico para a recolha de dados sobre os níveis de corrupção na AT e (ii) se candidate para participar na fase piloto de introdução do modelo de excelência no âmbito da implementação da 2ª fase da reforma do sector público, ambas as iniciativas sob a responsabilidade da UTRESP. Como consequência desta decisão a AT participou no 1º e 2º curso sobre o modelo de excelência. Porém, a UTRESP não realizou a 2ª Pesquisa Nacional sobre governação e corrupção, esperando-se que tal se efective este ano. Em compensação, um consultor da OTA efectuou um breve diagnóstico sobre a situação da ética e integridade na AT, tendo apresentado recomendações que poderão ser úteis na elaboração da estratégia de integridade da instituição;
- (v) Foi elaborada pelo GCI e publicada pela DGSC a circular sobre a numeração única e centralizada dos PDs e PInq., que permitirá (i) evitar a proliferação de referências diferentes para o mesmo processo, o que complica a identificação do mesmo sempre que seja necessário; (ii) que a DRH tenha conhecimento e controlo sobre todos os PDs e PInq., instaurados em todos os sectores da AT, de modo a acautelar o cumprimento das etapas, prazos e outras formalidades legais inerentes à instrução dos processos em apreço; e (iii) a fiabilidade na informação estatística sobre os mesmos processos. Note-se que há um maior fluxo de informação sobre os PSs e PInq instruídos nas regiões, especialmente pelas Divisões de Controlo Interno;
- (vi) No âmbito da repressão, foram abertos em todo o País 57 (cinquenta e sete) processos de inquérito (PInq) e concluídos 53 (cinquenta e três) que culminaram com 82 (oitenta e

- dois) funcionários e 3 (três) despachantes participados, Encontram-se pendentes 73 (setenta e três) Pinq;
- (vii) Em termos de processos disciplinares, foram abertos em toda a AT 61 (sessenta e um) processos disciplinares (PDs) e concluídos 41 (quarenta e um) PDs. Destes, foram decididos superiormente 34 (trinta e quatro) e aplicadas as seguintes penas: expulsões (2), demissões (3), despromoções (7), multa (12), repreensões públicas (13) e advertências (2). Foram absolvidos 12 arguidos. Destes PDs, 15 foram instruídos no Norte, 2 no Centro e 17 ao nível central do GCI. Estão em fase de instrução 131 (cento e trinta e um) PDs;
 - (viii) Com vista a merecerem procedimento criminal, no período em análise, foram remetidos ao GCCC 4 (quatro) PDs, 4 (quatro) Pinq. e 2 (duas) denúncias. Por outro lado, foram remetidos para abertura de processo fiscal no Tribunal Aduaneiro de Maputo 6 (seis) PDs;
 - (ix) Foram recebidas 55 (cinquenta e cinco) petições, sendo 11 (onze) pedidos de revisão, 5 (cinco) pedidos de reintegração, 6 (seis) pedidos de levantamento de suspensão, 8 (oito) pedidos de informação, 1 (uma) citação, 1 (um) requerimento, 3 (três) participações, 3 (três) pedidos de anulação de despacho, 4 (quatro) reclamações e 13 (treze) recursos hierárquicos.

12. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS DA AT

As actividades desenvolvidas pela AT, têm como suporte as decisões tomadas pelos órgãos que a compõem, criados nos termos da lei, a quem compete apreciar e deliberar sobre matérias de impacto na reforma do sistema tributário e na gestão corrente. Durante 2009, estes órgãos tomaram importantes decisões, com impacto no aumento das receitas arrecadadas, modernização institucional e implementação das tecnologias de informação e comunicação. As decisões destes órgãos são tomadas num processo interactivo de consulta, com todas as partes interessadas.

Das medidas tomadas por estes órgãos resultou o sobrecumprimento do programa de receitas em 2,6%, o incremento no registo de contribuintes, a melhoria das condições de atendimento e de comodidade dos contribuintes e dos funcionários, a simplificação da legislação e dos procedimentos, abrindo perspectivas para uma maior aderência ao sistema, criando condições para mais investimentos em áreas prioritárias, melhorando o ambiente de negócios no País. No desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, particular ênfase é dada as acções realizadas para a implementação do projecto da JUE já decidida pelo Governo e do e-Tributação, cujo modelo conceptual foi aprovado.

12.1. Conselho Superior Tributário

Dentro das competências atribuídas e no cumprimento do calendário previamente estabelecido, este órgão, realizou um total de 31 sessões, sendo 3 ordinárias e 28 extraordinárias, tendo apreciado e aprovado os seguintes assuntos: a Matriz de Actividades da AT para 2009, as propostas de legislação de natureza fiscal e aduaneira, que foram submetidas a aprovação dos órgãos competentes, o regulamento Interno deas Áreas Especializadas do Conselho de Fiscalidade e constituição das respectivas comissões, a Tabela Indicativa de Valores a pagar no ISPC, a

constituição e operacionalização de uma Equipa Executiva de Gestão de Mudanças do CST, a proposta dos Termos de Referência do projecto da Janela Única Electrónica da AT, a proposta da Transferência da função de cobrança de rendas para a AT, os Memorandos de entendimento entre a AT e as associações MUKHERO, AMIM e ASSOTSI.

12.2. Conselho Directivo

Durante o período em análise, este órgão realizou um total de 9 sessões ordinárias, em que foram apreciados e aprovados, os seguintes documentos e projectos: a proposta de Actividades e Orçamento a serem financiados pelo Fundo Comum da AT em 2009, a versão final do Plano Tático 2009, a Ordem de Serviço sobre procedimentos a observar na elaboração de relatórios periódicos de desempenho dos órgãos da AT e na elaboração do Sistema de Informação para Gestão (SIG), a proposta de revisão do Decreto Nº 30/2006, que versa sobre o Estatuto do Pessoal da AT e apreciação da Situação dos Recursos Humanos, no que tange a integração dos funcionários na Carreira Única, a necessidade da aprovação dos Estatutos Remuneratório e Orgânico da AT, o Programa das Inaugurações das Instalações da AT, construídas/reabilitadas em todo País,

12.3. Conselho de Fiscalidade

Realizaram-se duas sessões ordinárias do Conselho de Fiscalidade, conforme estabelecido por lei, a V Sessão no dia 19 de Junho, na Praia do Bilene, nas instalações do Complexo Humula, sob o lema: “Para fazer face à crise financeira global: Todos e cada um na busca de soluções sectoriais de estabilidade económica – social”, e a VI Sessão, nos dias 12 e 13 de Novembro, na Província de Nampula, nas instalações da Universidade Lúrio (UNILURIO), sob o lema “Para fazer face aos Desafios do século XXI: Todos e cada um na aceitação Social do Imposto e no Combate à Evasão Fiscal.”

Estes Conselhos trouxeram as seguintes considerações e recomendações, dar continuidade à implementação das recomendações saídas das sessões anteriores, sobretudo no que respeita à adopção de mecanismos cada vez mais simplificados e céleres para o sistema dos reembolsos do IVA, do IRPC e do IRPS, cujos pedidos têm de ser analisados e respondidos nos prazos previstos por lei, aos projectos da Fronteira de Paragem Única de Ressano Garcia, às acções da Popularização do Imposto, imprimir maior celeridade aos programas de modernização tecnológica da AT, nomeadamente, a implementação do *e-tributação*, Janela Única Electrónica para o desembaraço aduaneiro de mercadorias e a bancarização do imposto.

Recomendaram, ainda, o prosseguimento das acções de divulgação do novo Código dos Benefícios Fiscais, para garantir a sua implementação efectiva e acelerar os programas de auditorias aos mega projectos na esteira da racionalização dos Benefícios Fiscais para que possam aumentar a sua contribuição para o orçamento do Estado, dar continuidade à interacção com os Governos Locais, conselhos consultivos locais e associações de operadores do comércio informal no âmbito da divulgação e implementação do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC) e o prosseguimento das acções de formação aos diferentes actores, entre funcionários e operadores económicos, sobre as regras de origem de modo a que o País tire maiores ganhos comparativos, no quadro da Zona de Comércio Livre da SADC.

12.4. Seminário Nacional

O III Seminário Nacional a Execução da Política Fiscal e Aduaneira realizado na Cidade de Maputo, na Sala de Conferências da TDM, nos dias 06 e 07 do mês de Março, sob o lema “*Por um maior protagonismo de cada um e de todos no alargamento da base tributária e na popularização do imposto*”, onde se fez o balanço das actividades realizadas em 2008 e foram perspectivadas as acções para o ano de 2009.

12.5. Outros eventos

Foram realizadas diversas palestras ministradas por várias personalidades de renome nas áreas económicas, social e política, tendo sido abordados, dentre outros, os seguintes temas: (i) “O papel dos mega projectos na estabilidade da carteira fiscal”, (ii) “O Papel da Educação na Popularização do Imposto”, (iii) “O papel do Comercio informal no alargamento da base tributária e contribuição para o Orçamento do Estado”, (iv) “O papel do fundo Comum como factor de melhoria da eficiência da Administração Fiscal: Exemplo de 2008”, (v) “Moralização pela Legalidade”, e (vi) “Revolução verde como opção de desenvolvimento agrário: o caso de Moçambique”.

Com vista ao fortalecimento da gestão institucional foi criado o Grupo Técnico de Apoio a Equipa Executiva para a Gestão de Mudanças, do Conselho Superior Tributário (EEGM-CST), para fazer o acompanhamento da implementação das actividades do Plano Tático da AT para 2009.

Foi feita a recolha e compilação de informação para as organizações internacionais parceiras da AT, com destaque para prossecução das Missões do FMI e do Banco Mundial; e

Como forma de fortalecimento do desempenho dos funcionários que lidam com as questões de planeamento, estes participaram de um processo de formação em matérias de Gestão de Projectos.

13. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2010

Na implementação dos objectivos previstos no Plano Estratégico 2009/2010, a Autoridade Tributária tem como principais acções para 2010, a colecta de 57.098,74 milhões de MT para as receitas do Estado, o enquadramento dos funcionários nas carreiras definitivas, a implementação do Estatuto Orgânico da AT, a extensão postos fiscais e estâncias aduaneiras, a implementação do Piloto do projecto do e-tributação, o início da implementação do projecto da JUE e o início da implementação do Projecto de Fronteira de Paragem única em Ressano Garcia.

Destaca-se ainda, a elaboração do Plano estratégico 2011/2014, o registo de cerca de 400.000 novos NUIs, a continuidade da reforma legislativa, dando primazia a sua simplificação e actualização de acordo com as necessidades de desenvolvimento do País e as práticas internacionais.

Serão também realizadas as seguintes acções:

13.1. No âmbito da Cobrança de Receitas

- i. Aumentar o conhecimento do auditor fiscal no uso de técnicas de auditoria especializadas para mega projectos e proceder ao acompanhamento, de modo sistemático e rigoroso dos Grandes Contribuintes⁸, de forma a garantir o cumprimento voluntário das respectivas obrigações fiscais;
- ii. Intensificar as auditorias, inspecções e operações de fiscalização, incluindo o controlo das mercadorias em circulação, de acordo com a análise risco para reduzir os níveis de evasão fiscal;
- iii. Intensificar as campanhas de educação fiscal e aduaneira no âmbito da divulgação e da popularização do imposto, com enfoque para o ISPC;

13.2. No âmbito da modernização e fortalecimento da Administração Tributária

- i. Criar a carreira única da AT e proceder a integração de todo o pessoal;
- ii. Implementar os Estatutos Orgânico e Remuneratório da AT e a política de rotação do pessoal de modo a garantir a mobilidade do pessoal;
- iii. Intensificar as acções de formação de acordo com o plano aprovado e dar continuidade aos processos para a criação do Instituto Superior Politécnico de acordo com “o Racional do Instituto Superior Politécnico da AT”;
- iv. Dar continuidade a construções e reabilitação de infra-estruturas da AT e seu apetrechamento com mobiliário e equipamentos adequados;
- v. Implementar a estratégia de promoção da integridade e combate à corrupção ou outro tipo de irregularidade na AT;
- vi. Desenvolver acções que contribuam para a melhoria da vida e estabilidade social e profissional dos funcionários da AT, com especial ênfase para as acções no âmbito de prevenção e combate ao HIV-SIDA;

⁸ Incluindo Mega Projectos e Instituições Financeiras

- vii. Continuação da harmonização das políticas fiscais e aduaneiras com as práticas regionais e internacionais, em particular no âmbito da SADC e da União Africana.

13.3. No âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

- i. Implementação do piloto do projecto e-Tributação, após a conclusão da elaboração do modelo de negócio do IRPC;
- ii. Dar início a implementação do projecto da Janela Única Electrónica;
- iii. Assegurar a manutenção regular das plataformas actuais (SICR, TIMS, NUIT), modernizar a infra-estrutura física de comunicações e ampliar a abrangência geográfica e a capacidade da RENA.

Para a realização das actividades da AT durante o ano de 2010, está projectado um orçamento no montante de 2.457,59 milhões de MT, dos quais 2.307,84 milhões de meticais são provenientes dos fundos internos e 149,75 milhões de meticais, são garantidos pelos parceiros de cooperação, por via do Fundo Comum.

Maputo, Fevereiro 2010